

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CONDIÇÕES DE VIDA NO NORDESTE BRASILEIRO:
RETRATOS DA POLÍTICA LOCAL

Autor: Fábio Alves

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título Mestre.

Brasília, novembro de 2006

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CONDIÇÕES DE VIDA NO NORDESTE BRASILEIRO:
RETRATOS DA POLÍTICA LOCAL

Autor: Fábio Alves

Orientadora: Prof^ª Dra. Maria Francisca Pinheiro Coelho

Banca: Prof. Dr. Danilo Nolasco Cortes Marinho
Prof. Dr. Yves Chaloult
Prof^ª Dra. Deis Elucy Siqueira (suplente)

A meus pais:

Wilson e Augusta

AGRADECIMENTOS

À Prof^ª. Maria Francisca, pelo apoio, paciência e compreensão que tornou possível a conclusão desse trabalho.

À Gissele, minha irmã, cuja revisão e dicas de redação tornaram “inteligíveis” os meus escritos.

À Secretaria da Agricultura Familiar, pelo incentivo e pela oportunidade a mim oferecida de trabalhar com o público sobre o qual fiz a pesquisa.

Às comunidades de Ibiassucê, São Miguel das Matas, Poço das Trincheiras e Murici dos Portelas, pela hospitalidade com que me acolheram.

"Eu sempre votei 25. Toda eleição é 25, 25, 25. Desde que venho votando, eu só voto no 25. Meu caso é assim, eu não gosto de mentira. Eu sei que o 25 não dá nada pra ninguém, mas eu acostumei."

(De uma moradora de São Miguel das Matas que diz votar sempre no mesmo partido, o PFL, por hábito.)

RESUMO

O presente trabalho trata das relações entre condições de vida, cultura política e disponibilidade hídrica em municípios do Nordeste Brasileiro. Seu objetivo principal foi fazer uma análise comparativa da vida política em pequenos municípios rurais da região nordestina, levando em consideração a inserção ou não dos municípios no semi-árido brasileiro. Para isso, abordou aspectos como: participação comunitária na esfera pública local, experiências organizativas da sociedade civil, comportamento políticos das elites locais, estrutura fundiária e indicadores de bem-estar. Primeiramente, foi realizado um estudo quantitativo que, além de servir para a escolha dos quatro municípios – Ibiassucê e São Miguel das Matas no Estado da Bahia, Poço das Trincheiras em Alagoas e Murici dos Portelas no Piauí, permitiu verificar que não existe correlação entre os indicadores de bem-estar de um município com o fato de ele estar inserido ou não dentro do semi-árido. O trabalho de campo propiciou avaliar que, apesar do histórico oligárquico encontrado em todos os municípios estudados, há consideráveis distinções quanto à dinâmica da sociedade civil, no que se refere à existência de sistemas de participação cívica e regras de reciprocidade, aspectos que compõem o capital social de uma comunidade. Nesse sentido, os estoques mais elevados de capital social foram encontrados justamente naqueles municípios que apresentavam os melhores indicadores de bem-estar, o que indicava uma correlação positiva entre uma cultura política democrática e a qualidade de vida local.

PALAVRAS-CHAVE:

Nordeste, semi-árido, esfera pública, cultura política, capital social, desenvolvimento local.

ABSTRACT

This survey studies the relations among life conditions, political culture and availability of water in municipalities of the Northeast Region of Brazil. It intends to compare the political culture in small cities of Northeast, considering whether these cities are inserted or not in Brazilian half-barren region. To reach this intention, should be considered, such as the follows aspects: communitarian participation, organizations of the civil society, political behavior of local elites, agrarian structure, and welfare proxies. First, a quantitative search was done in order to chose four municipalities (Ibiassucê and São Miguel das Matas in the State of Bahia, Poço das Trincheiras in Alagoas and Murici dos Portelas in Piauí) and it allowed to demonstrate that there is not correlation between the welfare proxies and the fact of the city is in or out the half-barren region. By means of the field study, it verified that, despite the oligarchic description found in all of the studied municipalities, there are intense distinctions referring to dynamic of civil society, in relation to presence of civic participation systems and reciprocity rules, components of the social capital of a community. In this direction, higher supplies of social capital were found exactly in those municipalities that presented the best level of welfare. This fact attests a positive correlation between a democratic political culture and quality of local life.

KEY WORDS:

Northeast, half-barren, public sphere, political culture, social capital, local development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabelas:

Tabela 1 - Indicadores dos municípios escolhidos para a pesquisa de campo	17
Tabela 2 - Correlação entre variáveis estudadas.....	19
Tabela 3 - Médias dos indicadores de bem-estar para municípios dentro e fora do semi-árido	19
Tabela 4 - Ibiassucê - Número de estabelecimentos por grupos de área total e condição legal das terras	38
Tabela 5 - São Miguel das Matas - Número de estabelecimentos por grupos de área total e condição legal das terras.....	64
Tabela 6 - Poço das Trincheiras - Número de estabelecimentos por grupos de área total e condição legal das terras.....	90
Tabela 7 - Buriti dos Lopes - Número de estabelecimentos por grupos de área total e condição legal das terras.....	114

Gráficos:

Gráfico 1: Esfera pública do Município de Ibiassucê.....	61
Gráfico 2: Esfera pública do Município de São Miguel das Matas.....	87
Gráfico 3: Esfera pública do Município de Poço das Trincheiras	109
Gráfico 4: Esfera pública do Município de Murici dos Portelas	132

ÍNDICE:

INTRODUÇÃO: APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	10
1. DESENHO DA PESQUISA.....	14
1.1. PARTE QUANTITATIVA DA PESQUISA	14
1.2. PARTE QUALITATIVA DA PESQUISA	20
2. CONCEITOS DE APOIO PARA A ANÁLISE.....	23
2.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO DILEMA NORDESTINO	23
2.2. MEDIDAS PARA AVALIAÇÃO DO BEM-ESTAR DE UMA COMUNIDADE	27
2.3. ESFERA PÚBLICA, CULTURA POLÍTICA E CAPITAL SOCIAL	28
3. RETRATOS DA POLÍTICA LOCAL.....	34
3.1. IBIASSUCÊ.....	36
3.1.1. Aspectos gerais	36
3.1.2. Cultura política	38
Comportamento da elite	38
Comportamento da massa	46
Conselhos comunitários	50
Movimento sindical	52
Experiências organizativas e atitudes comunitárias de solidariedade social	54
3.2. SÃO MIGUEL DAS MATAS	62
3.2.1. Aspectos gerais	62
3.2.2. Cultura política	64
Comportamento da elite	64
Comportamento da massa	72
Experiências organizativas e atitudes comunitárias de solidariedade social	75
Movimento sindical	80
Conselhos Comunitários	83
3.3. POÇO DAS TRINCHEIRAS	88
3.3.1. Aspectos gerais	88
3.3.2. Cultura política	90
Comportamento da elite	90
Comportamento da massa	97
Conselhos Comunitários	100
Experiências organizativas e atitudes comunitárias de solidariedade social	102
Movimento sindical	107
3.4. MURICI DOS PORTELAS	111
3.4.1. Aspectos gerais	111
3.4.2. Cultura política	115
Comportamento da elite	115
Comportamento da massa	120
Experiências organizativas e atitudes comunitárias de solidariedade social	122
Conselhos comunitários	127
Movimento sindical	129
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	143
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	144
ANEXO I.....	146
ANEXO II	149

INTRODUÇÃO: APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

O Nordeste Brasileiro é historicamente a região do país com os piores índices sociais. Em 2000, segundo o último Censo Demográfico do IBGE, a taxa de analfabetismo das pessoas com idade acima de 15 anos é, no Nordeste, de 26%, a maior do país, seguida da Região Norte, com 15,66%, e contra uma média nacional de 16,27%. Apresenta também a menor esperança de vida ao nascer (65 anos) e a maior taxa de mortalidade infantil: 47,8 por mil. A renda *per capita* da população também é a menor: R\$ 152,16 contra uma média nacional de R\$ 246,68. Grande parte da população, sobretudo a rural, tem uma condição de vida precária, dependendo de ações governamentais que abrandam sua vulnerabilidade econômica e social, não alterando, todavia, as condições objetivas que propiciariam a emancipação social e econômica da população rural.

Costuma-se relacionar a condição de pobreza do nordestino como fruto de uma adversidade climática da região: a seca recorrente que inviabiliza a produção agrícola e causa um colapso econômico na região. Historicamente, a ação governamental tem tratado a questão partindo desse pressuposto. Há uma espécie de unanimidade em dizer que os baixos índices sociais no Nordeste são produto da seca e que a permanência histórica do problema, ou seja, o fato de não se ter superado a condição de vulnerabilidade econômica e social da população, deve-se a formas errôneas de políticas públicas voltadas para combater os efeitos das longas estiagens. De acordo com essa visão, a seca é o alvo a ser atingido, e o que estariam errados são os meios utilizados para superar esse problema.

Sem desconsiderar que, de fato, a seca é um fenômeno natural que implica sérios problemas para a população, a proposta deste trabalho é questionar a análise “causa x efeito” do dilema nordestino. Em primeiro lugar, pergunta-se: é a seca o fator determinante da vulnerabilidade econômico-social do cidadão nordestino ou essa vulnerabilidade vem de outros fatores, agravando-se e mostrando-se gritante quando ocorrem longas estiagens? Um segundo questionamento seria: independentemente do fator determinante, é o tipo de política pública adotada que acarreta o sucesso ou fracasso de seu resultado, ou seja, essa vulnerabilidade permaneceria ao longo do tempo devido a uma concepção errada de política, as quais estão voltadas somente para amenizar os efeitos das secas?

Cabe aqui relatar a questão inicial da qual surgiram as acima descritas: se a seca é o fator determinante da atual condição precária do agricultor familiar nordestino, por que há determinadas localidades, dentro da região semi-árida, com um padrão de vida mais elevado que outras, localizadas fora do semi-árido, com altos índices pluviométricos e condições consideradas propícias para a exploração da atividade agrícola? Porque o Estado do Maranhão, que não possui nenhuma parte de seu território inserida no semi-árido, apresenta um índice de desenvolvimento humano menor que o do Ceará, estado onde a área de semi-árido abrange quase 100% de seu território?

A hipótese defendida e que se buscou confirmar no presente trabalho é a de que a condição de vulnerabilidade econômica e social vivida pela camada mais pobre da população rural do Nordeste tem, como uma de suas condicionantes, a cultura política das comunidades ali existentes, onde predomina, a despeito das iniciativas de descentralização das políticas governamentais e da criação de esferas de participação da sociedade civil, uma estrutura local de poder autocrática, sem participação efetiva da comunidade. As elites tradicionais se apropriam da esfera pública para defenderem seus próprios interesses e se perpetuarem no poder. Não existe a prática da organização comunitária em prol de interesses comuns. Em uma aproximação inicial com o conceito de esfera pública, está-se, aqui, entendendo como tal a arena de discussão dos interesses compartilhados pela comunidade. O conceito abrange, portanto, a estrutura política local e a questão do associativismo.

O objetivo principal do trabalho de pesquisa foi fazer uma análise comparativa da cultura política em municípios da Região Nordeste, relacionando a análise de aspectos referentes à participação na esfera pública local, ao comportamento político dos cidadãos e das elites locais, bem como procurar formas de organização comunitária no âmbito da sociedade civil. Para atingir tal finalidade, buscou-se analisar aspectos chaves da realidade local que tinham influência sobre a dinâmica da esfera pública. Tais aspectos se relacionam com: a estrutura fundiária do município; a existência de experiências associativistas e outras formas de atitudes comunitárias referentes à solidariedade social e à participação na esfera pública local; a atuação do movimento sindical como entidade de organização de

trabalhadores em prol de interesses comuns; a atuação dos grupos políticos locais e a dinâmica de poder no âmbito do município; os fatores explicativos do grau de participação ou passividade do cidadão na esfera pública.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo dispõe sobre a parte metodológica do trabalho. Explica-se, nessa parte, os instrumentos e as técnicas de pesquisa usadas e a tarefa de delineamento da pesquisa, com uso preliminar de dados quantitativos que propiciaram a escolha dos quatro municípios para o trabalho de campo e que também permitiram obter algumas constatações sobre os fatores que influem no desenvolvimento local. Apresenta-se, também, uma síntese de como foi realizada a visita de campo nos municípios selecionados, os meios de pesquisas e os ajustes exigidos pelas circunstâncias em que o trabalho ocorreu.

O segundo faz uma breve revisão da literatura sobre a questão da seca e suas implicações na região nordestina, os dramas sociais e as ações do Estado para enfrentar o problema. Nele, são introduzidas, também, as categorias que servem de apoio para o trabalho de análise.

O terceiro consiste na análise dos municípios estudados, pela ordem: Ibiassucê, São Miguel das Matas, Poço das Trincheiras e Murici dos Portelas. É nesse momento que cada município tem sua vida pública descrita, sua história, as características socioeconômicas, a dinâmica política local e seus respectivos grupos que disputam a hegemonia política, a atuação da sociedade civil, sua relação com o poder público e suas experiências e comportamentos relacionados a formas de organização comunitária. Os depoimentos estão transcritos o mais fielmente possível, buscando-se corresponder, por meio da escrita, a literalidade da fala, reproduzindo-se os “vícios” e as informalidades comuns da linguagem falada. Ajustes foram feitos somente quando necessários para não prejudicar o sentido da declaração obtida.

No quarto capítulo, as considerações finais, as categorias analisadas são comparadas entre os municípios objetos da pesquisa, mostrando-se suas semelhanças e disparidades. São abordadas, ainda, outras questões surgidas durante a execução do

trabalho de campo que suscitam novos parâmetros de análise sobre o tema e provocam novos questionamentos para futuros trabalhos.

1. DESENHO DA PESQUISA

Para fazer o trabalho comparativo entre quatro municípios, buscou-se “isolar” as categorias variáveis centrais do projeto de pesquisa. São as categorias referentes a *bem-estar*, *disponibilidade hídrica* e *cultura política*. A análise dessas categorias exigiu a combinação de métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos. A categoria *cultura política* foi analisada por meios de técnicas qualitativas de pesquisa, essencialmente, entrevistas e observação de campo. Quanto às demais categorias, *bem-estar* e *disponibilidade hídrica*, foram aferidas por meio de dados quantitativos.

Como o objetivo foi estudar a relação entre essas três categorias, tomou-se a precaução de evitar que determinados fatores socioeconômicos pudessem interferir nessa relação. Daí a necessidade de isolá-las, ou seja, verificar sua variação mantendo outras categorias constantes. Nessa pesquisa, consideraram-se como fatores de influência das três variáveis de estudo as categorias de *tamanho da população*, *urbanização* e *distribuição fundiária*. Portanto, escolheram-se municípios que mantinham semelhanças entre essas três características, que resultou na análise de municípios pequenos, predominantemente rurais e com distribuição fundiária semelhante.

1.1. Parte quantitativa da pesquisa

Para cada uma das categorias a serem analisadas a partir de dados quantitativos, foram utilizados os seguintes indicadores:

- **bem-estar:** índice de desenvolvimento humano municipal – IDH-M e taxa de mortalidade infantil (esta como balizadora da primeira);
- **disponibilidade hídrica:** inserção ou não do município na área do semi-árido nordestino.
- **municípios pequenos:** população residente;
- **urbanização:** percentual da população rural;
- **distribuição fundiária:** índice de Gini para propriedade da terra.

O primeiro passo adotado foi a composição do universo para a análise. Como esta pesquisa se restringe a municípios pequenos, considerou-se como universo todos os municípios do Nordeste com população residente até vinte mil habitantes. O que compreendeu, no momento da análise, um total de 1250 municípios em todo o Nordeste Brasileiro.

Estabelecido o universo, partiu-se para a combinação de todos os indicadores de modo a garantir, no final, uma amostra de municípios que apresentassem semelhanças entre si em relação às categorias “constantes” e discrepâncias entre as “variáveis”. Isso exigiu um considerável trabalho de análise, que, por sua vez, permitiu algumas conclusões preliminares que serão abordadas mais adiante. Levou-se em conta, inicialmente, também, para escolha dos municípios, a priorização de uma amostra de localidades próximas e/ou dentro de uma mesma unidade da federação, a fim de obter uma melhor operacionalização da pesquisa quanto à questão de deslocamento para as visitas de campo, buscando, também, diminuir os custos.

No entanto, algumas dificuldades surgiram, gerando a necessidade de se alterar alguns parâmetros previamente delimitados:

Classificação do IDH-M: A primeira dificuldade encontrada foi a de adotar as classificações do IDH-M estabelecidas pela literatura. Assim, o IDH-M classificado como alto (acima de 0,80) não foi encontrado entre municípios de até vinte mil habitantes e com população rural acima de 50%. Dessa forma, foi necessário, para os fins desta pesquisa, fazer uma classificação relativa, considerando o universo de municípios com até vinte mil habitantes.

Questão geográfica: A tentativa de estudar municípios próximos e/ou dentro do mesmo estado não seria possível sem “sacrificar” as discrepâncias desejáveis entre as variáveis, sobretudo os indicadores de bem-estar. Ao separar os municípios com maiores indicadores de bem-estar daqueles cujos índices são menores, notou-se que os primeiros concentram-se na Bahia e os segundos, predominantemente no Maranhão e no Piauí. Portanto, para

manter o objetivo da pesquisa, teve-se que se resignar à necessidade de viajar de um extremo a outro do Nordeste.

Índice de Gini: Os dados sobre distribuição fundiária foram obtidos mediante uma tabela, fornecida pelo INCRA, elaborada a partir dos resultados do último Censo Agropecuário do IBGE. Contudo, nem todos os municípios do universo considerado estavam nessa tabela, a maioria por obterem sua emancipação depois da realização do Censo. Como grande parte concentrava-se no extremo inferior da categoria bem-estar, a fim de garantir o critério da discrepância das variáveis, foi necessário fazer uma estimativa para esses municípios. Assim, atribuiu-se para tais municípios a média do índice de Gini de suas respectivas microrregiões.

Seguindo o princípio de manter certas categorias constantes e considerar o máximo de discrepância entre as variáveis, os municípios escolhidos deveriam ser suficientemente similares no que se refere ao tamanho da população, percentual da população rural e distribuição fundiária. Ao mesmo tempo, era necessário que fossem os mais distintos possíveis com respeito à combinação das categorias bem-estar e disponibilidade hídrica.

Para melhor delinear a amostra e considerar as devidas classificações dentro de cada categoria, aplicou-se, primeiramente, parâmetros estatísticos em todo universo delimitado, dividindo os indicadores em *quartis*. A partir de então, os valores classificados como *altos* são aqueles situados entre o terceiro quartil e o ponto máximo. Os valores considerados *médios* são os compreendidos entre o segundo e o terceiro quartil. Consideram-se *baixos* aqueles entre o ponto mínimo e o segundo quartil. Dentro de tais subgrupos, procurou-se restringir ainda mais a amostra, obviamente, a ponto de não prejudicar os demais indicadores. Chegou-se, dessa maneira, aos seguintes parâmetros de amostra:

IDH-M:

- **baixo:** menor ou igual a 0,50;
- **alto:** maior ou igual 0,65.

Mortalidade infantil:

- **alta:** maior ou igual a 73 por mil;
- **baixa:** menor ou igual a 45 por mil.

Índice de Gini: médio - entre 0,50 e 0,70.

Urbanização: população predominantemente rural - maior que 65%

Tamanho da população: entre 6.000 e 13.500 habitantes.

Para finalizar a escolha dos quatro municípios, verificou-se o histórico de dez anos de IDH-M e de taxa de mortalidade infantil para evitar que houvesse alguma variação brusca desses índices nesse período. Além disso, buscou-se confirmar, em conversas com técnicos agrícolas da região, a condição do município a respeito da disponibilidade hídrica, evitando, dessa maneira, escolher municípios inseridos na área do semi-árido que apresentassem um microclima diferenciado, pois o objetivo final era selecionar dois municípios típicos do semi-árido e outros dois que não apresentassem grande risco de seca ou déficit hídrico.

Por fim, após aplicar uma série de filtros sobre os dados estatísticos, chegou-se à decisão sobre os quatro municípios onde a pesquisa de campo se realizaria: **Ibiassucê** e **São Miguel das Matas**, na Bahia; **Poço das Trincheiras**, em Alagoas e **Murici dos Portelas**, no Piauí. A Tabela 1 resume os indicadores utilizados para a escolha desses municípios:

Tabela 1 - Indicadores dos municípios escolhidos para a pesquisa de campo

UF	Nome do Município	Município pertence ao Semi-Árido	População residente total	IDH-M	Classificação do IDH-M	% Pop. Rural	Mortalidade de infantil	Índice de Gini
BA	Ibiassucê	Sim	12828	0,659	ALTO	68,53%	32,39	0,508
BA	São Miguel das Matas	Não	10001	0,659	ALTO	72,29%	34,1	0,652
AL	Poço das Trincheiras	Sim	13224	0,499	BAIXO	88,23%	85,1	0,674
PI	Murici dos Portelas	Não	6379	0,494	BAIXO	84,28%	73,42	0,647

Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano – 2000 e INCRA – Tabela de Distribuição Fundiária – Censo Agropecuário 1995-1996

Além de propiciar os dados necessários para a delimitação da amostra para a pesquisa de campo, o trabalho de análise dos indicadores sobre o universo em questão propiciou algumas constatações que merecem ser apresentadas. A primeira delas, que já foi citada, é referente à inexistência de municípios de até vinte mil habitantes e com população rural acima de 50% do total, que apresentassem o índice de desenvolvimento humano num patamar considerado alto pela literatura utilizada neste trabalho. O índice máximo que se tem é 0,714, referente ao Município de Triunfo, em Pernambuco.

Considerados os municípios do Nordeste de até vinte mil habitantes, a correlação entre as variáveis IDH-M e percentual da população rural apresenta-se como média e negativa, ou seja, quanto maior o IDH-M, o percentual da população rural tende, levemente a ser menor. No entanto, a correlação entre este e a taxa de mortalidade infantil é muito baixa¹. O mesmo ocorreu ao se analisar o IDH-M com o índice de Gini.

As constatações mais importantes foram as obtidas da análise de relação entre os indicadores estatísticos de bem-estar e a categoria da disponibilidade hídrica. Consistiu-se em uma oportunidade de verificar até que ponto o fenômeno da seca interfere nas condições de vida da população. Para tal objetivo, foram utilizados dois parâmetros estatísticos. O primeiro se refere às correlações entre IDH-M e disponibilidade hídrica e desta com a taxa de mortalidade infantil. O segundo consistiu na comparação entre as médias de IDH-M e de taxa de mortalidade infantil dos subconjuntos de municípios inseridos no semi-árido e dos não inseridos.

Para fazer a análise seguindo o parâmetro da correlação, atribuiu-se, arbitrariamente, o valor “1” para os municípios do semi-árido e “2” para os demais. Dessa forma, foi possível avaliar, mesmo que precariamente, uma relação entre disponibilidade hídrica e bem-estar. Os índices de correlação obtidos entre as variáveis IDH-M e disponibilidade hídrica foi de **-0,11**, muito baixo, indicando pouca relação entre as duas categorias. Nota-se que, mesmo assim, ela é levemente negativa, ou seja, há uma ínfima

¹ Uma correlação entre duas variáveis é considerada baixa quando está entre zero e 0,33; média quando de 0,33 a 0,66; alta quando se apresenta entre 0,66 e 1, tanto para valores negativos como para positivos.

tendência de elevação do índice de desenvolvimento humano quando o município está inserido no semi-árido. Já a correlação entre mortalidade infantil e disponibilidade hídrica é praticamente nula: **0,037**.

Dada a precariedade do critério acima descrito, dividiu-se o universo da pesquisa em dois grupos, semi-árido e não semi-árido, a fim de se comparar suas médias. Trabalho que acabou por confirmar o resultado do anterior, pois as médias desses dois grupos são muito parecidas. O grupo do semi-árido é composto por 737 municípios que apresentaram um IDH-M médio de **0,60** e uma taxa de média de mortalidade infantil de **54,5** óbitos para cada mil nascimentos. Já o grupo dos fora da área do semi-árido são em número de 513 municípios, cujo índice de desenvolvimento médio é de **0,59**, e sua taxa de mortalidade infantil média é de **55,54** por mil. As tabelas a seguir sintetizam o resultado da análise efetuada:

Tabela 2 - Correlação entre variáveis estudadas

Variáveis	Correlação
População rural X IDH-M	-0,433627938
População rural X mortalidade infantil	0,200838904
semi-árido X IDH-M	-0,110071879
semi-árido X mortalidade infantil	0,036547612

Fonte: elaborada pelo autor a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento – PNUD – 2000

Tabela 3 - Médias dos indicadores de bem-estar para municípios dentro e fora do semi-árido

Grupo de municípios	Nº de municípios	Médias	
		IDH-M	Taxa de Mortalidade Infantil
semi-árido	737	0,603648575	54,50438263
não semi-árido	513	0,59397076	55,5354386

Fonte: elaborada pelo autor a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento – PNUD – 2000

Com base nesses dados, permite-se concluir que, para o universo em estudo, não há relação significativa entre bem estar social e seca no Nordeste. Todos os indicadores utilizados demonstram que o fato de uma comunidade estar inserida ou não no semi-árido nordestino não significa que ela terá uma tendência, para mais ou para menos, de desenvolvimento humano. Portanto, um dos pressupostos defendidos ao iniciar o projeto de pesquisa foi confirmado, ou seja, os baixos níveis socioeconômicos apresentados no Nordeste Brasileiro não são devidos ao problema da seca. Que outro aspecto da realidade

nordestina estaria relacionado, então? Uma das repostas defendidas nesse trabalho para a questão, a influência da cultura política, será analisada adiante.

1.2 Parte qualitativa da pesquisa

Escolhidos os municípios, após uso dos dados estatísticos apresentados acima, partiu-se para a realização do estudo em cada um deles. Privilegiando, dessa vez, técnicas qualitativas de pesquisa, utilizou-se pesquisas documentais, observação de campo e entrevistas semi-estruturadas.

A pesquisa documental previa o estudo de documentos oficiais do município, legislação local, atas de reuniões, matérias jornalísticas, todos com o intuito de traçar um perfil de cada município, um pouco de sua história, seus dados geográficos, sua infraestrutura de serviços, além de tentar iniciar o desenho do panorama da vida pública local. Houve, contudo, uma dificuldade em adquirir tais documentos. Dificuldade que ocorreu em parte, pelo pouco tempo disponível para realizar a visita de campo, e, em parte, pela pouca disposição muitas vezes encontrada junto aos órgãos públicos ou entidades da sociedade civil em fornecer tais documentos.

Entre os sindicatos de trabalhadores rurais, somente se conseguiu documentos referentes a atas e regimento interno junto ao Sindicato de São Miguel das Matas. Com as Prefeituras, foram adquiridos relatórios de estudos acadêmicos ou técnicos a respeito de seus municípios. A única exceção foi o Município de Murici dos Portelas, cuja Prefeitura não dispunha de nenhum documento dessa natureza. Para esse município, foi elaborado um questionário para um líder comunitário local a fim de adquirir algumas informações sobre a história local. Com os conselhos comunitários, conseguiu-se documentação (atas e regimento) junto ao Conselho de Educação de São Miguel das Matas e ao Conselho do FUMAC de Murici dos Portelas.

A observação de campo baseou-se na participação de reuniões de conselhos municipais com o intuito de analisar a dinâmica interna destes no que se refere à tomada de decisões que influem nos serviços públicos oferecidos à comunidade. Constituiu-se,

também, numa oportunidade de estudar as relações entre os membros do poder público e a sociedade civil. Inicialmente, pretendia-se analisar, de preferência, o Conselho de Desenvolvimento Rural - CMDR, já que os municípios são essencialmente rurais e pressupunha-se a importância maior de tal conselho. No entanto, o fato de o período das visitas de campo não coincidir com a realização de uma reunião do CMDR resultou na decisão de se procurar a oportunidade de presenciar reuniões de outros conselhos.

Assim, em Ibiassucê, foi possível participar de uma reunião do Conselho do Fundo Municipal de Apoio Comunitário - FUMAC, formado, dentre outras representações, pelos presidentes de associações comunitárias rurais, cumprindo, dessa maneira, o objetivo de se analisar um fórum voltado para a questão rural. Já em São Miguel das Matas, somente foi possível participar de uma reunião do Conselho de Educação e, em Poço das Trincheiras, houve a oportunidade de observar uma reunião da Cooperativa de Desenvolvimento Rural, da qual participavam presidentes de associações comunitárias e representantes da Prefeitura. Em Murici dos Portelas, não houve oportunidade de presenciar uma reunião de conselho, ficando a análise desse aspecto restrita às entrevistas, às atas e ao regimento fornecidos pela Prefeitura.

As informações coletadas nas entrevistas constituem a parte predominante da pesquisa qualitativa. Foram realizadas cinquenta e duas entrevistas, correspondendo em torno de vinte horas de gravações de depoimentos de representantes políticos, líderes comunitários, representantes sindicais, membros de conselhos comunitários e cidadãos de cada localidade, atores cujas entrevistas estavam planejadas. Houve, porém, a necessidade de acrescentar o pároco local como mais um ator em virtude da influência exercida por movimentos da Igreja Católica na organização popular em alguns dos municípios pesquisados. Nesse caso, o formato da entrevista equipara-se ao da realizada com os líderes comunitários, dando-se maior ênfase na atuação da Igreja. Essa entrevista adicional somente não foi realizada em Murici dos Portelas, uma vez que o pároco local tinha se afastado e, até o momento da visita de campo, não fora substituído. O Anexo I apresenta o roteiro das entrevistas aplicadas com cada um dos diferentes atores. A relação das entrevistas realizadas é informada no Anexo II.

A necessidade de descrever as características mais importantes do que se denominou esfera pública local, das atitudes e posicionamentos de elite política e do cidadão, das experiências de organização e mobilização comunitária de cada município estudado, motivou a ênfase nos fatos, nas características e nas avaliações que eram mais recorrentes nos depoimentos. Além disso, foram consideradas as opiniões contrapostas muitas vezes manifestadas por atores de papéis distintos na comunidade. Buscou-se colocar as opiniões divergentes entre os atores que manifestavam uma relação antagonista entre si, balizando-as, sempre que possível, com opiniões de terceiros. Por fim, foi um trabalho de interpretação do conjunto dos depoimentos fornecidos, num esforço de avaliar a dinâmica das relações políticas nesses municípios.

2. CONCEITOS DE APOIO PARA A ANÁLISE

2.1. Breve contextualização do dilema nordestino

A Região Nordeste tem registrado, nos três últimos séculos, 85 anos de secas, significando a proporção de um ano de seca para cada dois anos e meio de chuvas normais (GOMES, 2001: 75). Com a mesma historicidade e recorrência deste fenômeno natural, acontecem também os problemas sociais e econômicos que afetam, principalmente, a camada mais pobre da população, e envolvendo perdas na produção agropecuária, esgotamento das reservas de água, perda da renda e desemprego.

A camada mais pobre da população é justamente aquela que pratica historicamente a agricultura de subsistência e que não tem condições de se preparar para o evento climático adverso. Desta maneira, fica na dependência de ações paliativas do governo, ou foge do sertão para as cidades (DUARTE, 2002: 24).

A seca, quando generalizada, leva a maioria da população rural à penúria. Esta população divide-se, basicamente, em agricultores familiares, que são proprietários de minifúndios e praticam a agricultura de subsistência; em trabalhadores rurais sem terra, os quais trabalham na condição de diaristas, parceiros ou meeiros e em trabalhadores temporários, aqueles que trabalham para os grandes proprietários de terras. Uma seca intensa *“deixa os pequenos e miniproprietários rurais inermes, os trabalhadores assalariados sem função, e os parceiros, meeiros e moradores relegados à própria sorte”* (DUARTE, 2002: 25). Isso porque praticamente nenhum deles possui vínculo formal de emprego. Ocorre o que autor chama de “desemprego massivo” (2002:25).

Assim como são recorrentes o fenômeno da seca e o drama vivido pela população, recorrente também é o tipo de política adotada historicamente pelos governos. Desde o tempo do Império, a atuação do Estado face à ocorrência de grandes estiagens baseou-se, e ainda se baseia, em ações emergenciais. As principais ações governamentais para atender a multidão de flagelados englobam a distribuição de alimentos e água e a formação de frentes de trabalho (GOMES, 2001: 100).

Essas ações são tradicionalmente tratadas como políticas de “combate à seca”. Infere-se, dessa forma, que a condição de vulnerabilidade econômica e social vivida pelo trabalhador rural nordestino é consequência de um fenômeno da natureza, não havendo, portanto, outra solução a não ser adotar medidas paliativas para amenizar o sofrimento da população.

MEDEIROS FILHO e SOUZA relatam que, a despeito do volume de recursos despendidos pelo Estado para obras de infra-estrutura e captação de água durante as secas no Nordeste, empregando a própria mão-de-obra dos flagelados, as condições de trabalho são péssimas e os salários são irrisórios. “(...) *o salário que é pago nas frentes de trabalho sempre foi suficiente apenas para o trabalhador reproduzir a sua miséria. Chegado o inverno termina a seca, e tudo continua na mesma pobreza*” (1988: 69-70).

Essa noção de tratamento da seca no Nordeste perdura até os dias atuais. Os anos de 1998 e 1999 registraram a última grande seca ocorrida na região. A resposta do Governo Federal frente à multidão faminta e aos frequentes saques de gêneros alimentícios que ocorreram naquele período consistiu mais uma vez em frentes de trabalhos, distribuição de alimentos e envio de carros-pipa (GOMES, 2001: 31-46).

Isso demonstra que, em plena entrada no século XXI, o Estado, no Brasil, não tem capacidade, ou interesse, para implementar políticas estruturantes que propiciem à camada mais pobre da população condições dignas de convivência com o semi-árido, mesmo em época de seca. É recorrente a *lei de Hirschman*, como chama GOMES, que se refere ao fato de as medidas adotadas pelo governo somente acontecerem quando a seca já ocorreu, isso devido às pressões políticas que sofre para tomar providências. Desse modo, adotam-se políticas reativas e não preventivas para enfrentar o problema (2001: 47).

Se considerarmos que a situação de vulnerabilidade econômica e social atinge apenas a população do semi-árido nordestino, concluiríamos que, realmente, tal situação é resultado das secas recorrentes e da inabilidade do Estado em enfrentá-las. No entanto, a condição de vulnerabilidade econômica e social não é característica apenas do semi-árido

nordestino, mas sim uma regra geral para todo o Nordeste. Evidenciamos isso, ao tomar, por exemplo, o Estado do Maranhão, que não possui nenhuma parte de seu território inserido no semi-árido, mas apresenta uma estrutura fundiária altamente concentradora e as relações de trabalho no campo e a situação de pobreza do trabalhador rural são similares às do semi-árido (PEDROSA, 2002: 107-127).

Para BRITO, a agricultura familiar e os grandes estabelecimentos rurais, no Nordeste, estão estruturalmente vinculados. O pequeno estabelecimento geralmente é parte de uma grande propriedade, cedido ao trabalhador rural, sob várias formas de contratação para exploração da terra, ou pode ser propriedade legalmente reconhecida do agricultor, mas, mesmo assim, vinculada à grande propriedade pela relação de dependência à qual o agricultor familiar é submetido para poder produzir para seu sustento (1984: 161).

A autora resume sua visão da situação de dependência do agricultor familiar e de sua função no sistema político e econômico local e nacional:

“A agricultura desenvolvida nesses estabelecimentos, a nível de economia familiar, configura um importante fator de preservação do modelo brasileiro de relações agrárias, garantindo a subsistência da população ocupada na grande lavoura; permitindo a manutenção de uma clientela dependente do grande proprietário, que sempre esteve na raiz do poder político local; assegurando uma reserva de mão-de-obra para as demandas sazonais e para a expansão da grande lavoura, que permite rebaixar o preço da força de trabalho; sustentando, com a comercialização do seu excedente, o abastecimento alimentar dos centros urbanos e, por fim, liberando as melhores terras agriculturáveis para as lavouras mais rendosas, de exportação.” (BRITO, 1984: 162)

Diante de tal situação, há uma extrema limitação individual de sobrevivência econômica, devido à falta de insumos que alavanquem sua produção, como acesso ao crédito, assistência técnica e mecanização da lavoura, dependendo de uma renda ínfima obtida de um pequeno excedente vendido em condições desfavoráveis no mercado atacadista. Uma solução para esse problema, segundo a autora, seria o associativismo, o qual permitiria ganhos na escala da produção, além de melhoria da qualidade do produto e no incremento do poder de barganha dos agricultores associados.

Experiências associativas junto aos agricultores familiares do Nordeste têm sido implementadas, porém, em alguns casos, com pouco sucesso. A literatura sobre o Nordeste tem defendido que o fracasso dessas experiências não ocorre em função da inabilidade dos agricultores em desenvolverem atividades cooperativas, já que estes apresentam traços de associativismo espontâneo, como ajuda mútua em tarefas para as quais a mão-de-obra familiar é insuficiente, além da organização em bases cooperativas, sem assistência governamental. A principal razão está no fato de que quase a totalidade das experiências está fundamentada em modelos jurídico-formais, elaborados sob uma lógica de acumulação capitalista, à qual o pequeno produtor rural não está enquadrado (BRITO, 1984: 164-169). Contudo, como se verá nos casos de Ibiassucê e São Miguel das Matas, a incorporação de modelos pré-definidos de associações pode ser bem sucedida em comunidades desde que estas apresentem uma cultura de organização popular pré-existente.

Estendendo essa questão para a participação política, as iniciativas que visavam integrar a comunidade à esfera local de tomada de decisão no Nordeste foram pouco efetivas, pois se basearam em modelos teóricos, partindo dos pressupostos da existência de uma forte organização social no âmbito local; numa relação governante/governado baseada no compartilhamento do poder político e de que há uma demanda, por parte da comunidade, por maior participação. Esses pressupostos, porém, não acontecem na realidade: a maioria dos municípios do Nordeste não possui uma tradição de organização social, as elites locais não estão dispostas a dividir o poder, e, nem sempre, há uma vontade da população por maior participação política (ANDRADE, 2002: 57-66).

Na grande maioria dos municípios, predominam formas conservadoras e autocráticas de poder local, no qual elites agrárias se perpetuam no poder graças ao clientelismo, prática política, comum no Nordeste, que consiste na troca de votos por favores entre quem detém o poder e o eleitor. Tal prática norteia a dinâmica política local, quando os serviços públicos são oferecidos em troca de voto: *“A visão do benfeitor, do que tem algo para dar a quem tem muito a receber, continua ditando a lógica político-*

regional” (ANDRADE, 2002: 58). Usa-se, aqui, a qualificação “*autocrática*” em contraposição a formas democráticas de poder local, ou seja, as formas autocráticas são aquelas em que as decisões políticas são tomadas unilateralmente, sem a participação dos cidadãos.

Apesar das mudanças em alguns municípios, como o de Ibiassucê e o de São Miguel das Matas, estudados neste trabalho, considera-se que o fator legitimador do poder e que motiva o eleitor na hora do voto é a tradição de as famílias e seus patriarcas conduzirem a política local. Além disso, o corpo administrativo municipal é, geralmente, composto por favoritos do prefeito. Todavia, o processo eleitoral é necessário, principalmente, para legitimar o poder político externamente, fora da jurisdição municipal, uma vez que está submetido a um Estado legalmente constituído.

2.2. Medidas para avaliação do bem-estar de uma comunidade

A necessidade de avaliar comparativamente o desenvolvimento e as condições de vida de uma determinada sociedade começou a ser discutida, com mais ênfase, a partir da década de 1970, em virtude da constatação de que o processo de crescimento econômico que ocorrera em vários países, sobretudo nos subdesenvolvidos, não foi acompanhado de uma melhoria da qualidade de vida da maioria da população. A partir de então, a renda *per capita*, indicador utilizado para se medir a questão do bem-estar de uma sociedade, passou a ser visto como variável meramente instrumental, que precisaria ser complementada com outros indicadores mais diretamente ligados à questão do atendimento das necessidades básicas da população, como saúde, nutrição e educação (ROCHA, 2003: 9-19).

Atualmente, existe um consenso de que o bem-estar de uma comunidade deve ser aferido por uma combinação de parâmetros, que se dividem em instrumentais e de resultado. Os primeiros se referem às variáveis que interferem na melhoria das condições de vida, mas que, por si só, são insuficientes para representá-la. Critérios como renda, proporção de leitos hospitalares por habitantes, saneamento básico, se enquadram nessa categoria. Os segundos consistem em indicadores físicos da população, dos quais

constituem bons exemplos a esperança de vida, a mortalidade infantil, a alfabetização. O debate sobre o uso de um índice sintético de bem-estar que englobasse os principais aspectos das condições de vida de uma população resultou no IDH – índice de desenvolvimento humano, utilizado, hoje em dia, por organismos internacionais e governos para comparar as condições de vida entre sociedades ou avaliar a evolução de um determinado país ao longo do tempo. (ROCHA, 2003: 23-29).

A necessidade de aferir as condições de vida em localidades subnacionais resultou no IDH-M, que, na verdade é o mesmo IDH, só que aferido em âmbito municipal. O IDH-M mede o desenvolvimento humano no município considerando três dimensões: *educação, longevidade e renda*. A dimensão educação é avaliada mediante a ponderação dos indicadores de taxa de alfabetização das pessoas acima de 15 anos de idade e da taxa bruta de frequência à escola, com pesos dois e um, respectivamente. A dimensão longevidade diz respeito à esperança de vida ao nascer. Para avaliar a dimensão renda é considerada a renda per capita do município. Esse índice varia de zero a um. O desenvolvimento humano de um município é considerado baixo, quando apresenta um IDH-M de até 0,499; médio quando seu IDH-M está entre 0,500 e 0,799; é alto quando seu IDH-M é igual ou superior a 0,800 (PNUD, 2003).

2.3. Esfera pública, cultura política e capital social

Um dos conceitos fundamentais para a realização do trabalho de pesquisa é o de *esfera pública*, cujo significado sintético ora utilizado é o de arena de discussão das questões coletivas, onde os diversos atores se organizam e se posicionam em prol de objetivos comuns. É o lugar por excelência da política, essa entendida como fenômeno mais amplo, relacionado não apenas ao poder do Estado e às disputas interpartidárias pelo seu controle e influência, mas também ao exercício da auto-gestão e organização dos cidadãos no âmbito da sociedade civil.

Portanto, trata-se do espaço de atuação do Estado, das lutas político-partidárias e da relação da sociedade civil entre si e com o Estado. Noção que se aproxima à concepção republicana de esfera pública que considera as formas organizativas da sociedade civil

como entidades legitimamente definidoras das demandas coletivas junto ao Estado. A esse tipo de relação adiciona-se aquela realizada entre a própria organização da sociedade pela qual ela assume a resolução de questões comuns a seus membros, sem a ajuda ou a interferência do Estado. Entidades como associações, sindicatos e movimentos sociais são considerados atores sociais importantes no âmbito da esfera pública.

A noção de esfera pública defendida corresponde, dessa forma, ao conceito gramsciano de *superestrutura*, ou Estado no sentido amplo, podendo ser dividido, para fins analíticos, em *sociedade política* (ou Estado em sentido estrito) e *sociedade civil*. A sociedade política compreende a parte coercitiva, do direito positivo e do aparelho burocrático governamental. A sociedade civil diz respeito ao campo que envolve a busca dos diversos grupos sociais pela hegemonia, pelo consenso em torno de uma posição ético-política que resultará na definição dos rumos a serem seguidos pelo Estado (2002: 47, 243-244, 279). Obviamente, Gramsci dá uma ênfase maior na questão da luta pelos partidos políticos para assumir o controle do aparelho estatal, buscando analisar a possibilidade de apropriação da sociedade política pela sociedade civil, tarefa que não é objetivo do trabalho em questão. O uso metodológico da distinção entre Estado e sociedade civil visa dar condições de análise da dinâmica política nos municípios, nesse caso, abordando tanto o comportamento dos grupos ou facções políticas pelo controle do poder político, como as experiências organizativas da sociedade civil, seja para, por si mesma, buscar soluções para problemas da comunidade, seja para interagir com o Estado em prol de interesses coletivos.

Como a política consiste numa das diversas manifestações da vida social, não se pode definir *cultura política* sem entendê-la como um aspecto da *cultura* em geral. Esta abrange todas as formas de costumes, hábitos, conhecimentos, crenças, valores e quaisquer outras formas de práticas e atitudes adquiridas e compartilhadas por uma determinada sociedade (TYLOR apud LARAIA, 2004: 25). Dessa forma a cultura política é parte da cultura ligada aos fenômenos políticos, ou como afirma MOISÉS:

“(...) cultura política envolve, entre outras coisas, a generalização de um conjunto de valores, orientações para a ação, atitudes e comportamentos políticos e resulta tanto de processos originários de

socialização, como da experiência política ao longo da vida adulta de seus membros.” (1995: 84-85)

Apesar dessa definição de cultura política ser congruente com a defendida neste trabalho, a abrangência do termo cultura política, para MOISÉS, restringe-se aos comportamentos, valores e atitudes em relação às instituições políticas, em virtude de sua concepção de política assumir um viés institucionalista. Como foi visto, a noção de política ora entendida envolve toda a esfera pública, a esfera do poder político e da sociedade civil, abrangendo, também, dessa forma, as experiências organizativas da sociedade civil. Portanto, por cultura política se entende as atitudes, valores, motivações, comportamentos compartilhados de uma determinada comunidade referentes às interações com o poder político oficial, às relações entre elite política e cidadãos, às manifestações oriundas da sociedade civil organizada por meio de associações, movimentos sociais, sindicatos entre outros, seja em defesa de interesses comuns junto ao Estado, seja pela resolução autônoma de questões coletivas. Tal noção se aproxima da defendida por GOHN, segundo a qual:

“A importância do papel da cultura política passou a ser atribuída à possibilidade que esta oferece para explicar a ação política dos indivíduos nos grupos sociais, o comportamento político dos indivíduos enquanto seres políticos, no sentido aristotélico, e não apenas em relação às instituições políticas e/ou aos governantes, em especial no momento do voto. Com isto a ênfase desloca-se das atitudes e opiniões dos indivíduos isolados para os indivíduos como membros participantes de grupos, de coletivos sociais com uma identidade: ser sem-terra, negro, mulher, defensor de causas ambientalistas, etc.” (2005: 56)

Uma vez definida e delimitada a noção de cultura política, cabe tipificá-la para, posteriormente, analisar comparativamente as comunidades locais, objeto dessa pesquisa. Adotou-se a classificação utilizada por PUTNAM que estabeleceu dois tipos ideais e extremos para avaliar comunidades de acordo com sua cultura política manifestada: *comunidades cívicas* e *não-cívicas*. As não-cívicas dizem respeito a comunidades em que predominam relações verticais de autoridade e dependência e nas quais a dinâmica política é movida pela prática do clientelismo personalista. Por outro lado, uma comunidade cívica é aquela que se caracteriza por relações horizontais de reciprocidade e cooperação baseadas na confiança mútua, pela ampla participação nos negócios públicos, e pela

igualdade política, onde todos os cidadãos têm, igualmente, direitos e deveres (1996: 100-126).

A comunidade cívica tem uma relação direta com o bom desempenho governamental e, por conseguinte, com a qualidade dos serviços prestados à sociedade, ou seja, quanto mais cívica for a comunidade e mais participação de seus cidadãos houver no processo de tomada de decisões, mais eficiente será o governo. Portanto, a cultura política de uma dada comunidade é fator determinante de convergência das ações implementadas pela esfera política com as aspirações de seus membros (PUTNAM, 1996: 100-126). Avaliar uma comunidade como *cívica* é, em linhas gerais, identificar a existência de uma congruência do alto potencial participativo de seus cidadãos com o comportamento democrático das elites políticas locais. Por outro lado, classificar uma comunidade como *não-cívica* é reconhecer que o comportamento autocrático de suas elites encontra respaldo e legitimação no baixo grau de organização e participação de seus concidadãos.

Estreitamente ligado à noção de comunidade cívica está o conceito de *capital social*, que, para PUTNAM, refere-se às características da organização social, como cooperação, confiança mútua e normas gerais de reciprocidade que propiciam um incremento da eficiência de uma dada sociedade. O capital social é fator determinante no estímulo da cooperação voluntária. Neste sentido, constitui um bem público, pois, ao caracterizar-se pela confiança, normas e cadeias de relações sociais, gera uma série de benefícios para a comunidade em questão (1996: 177-181). Dessa forma, só existiria comunidade cívica onde existe considerável estoque de capital social, pois, somente numa sociedade com grande potencial organizativo pode-se configurar uma cultura política participativa.

O capital social se apresenta sob duas formas básicas: *regras de reciprocidade* e *sistemas de participação cívica*. Ambas as formas, à medida que são praticadas, auto-reforçam-se, aumentando os estoques de capital social: confiança, normas e cadeias de relações sociais. As regras de reciprocidade dizem respeito a certas normas compartilhadas por determinada sociedade, as quais fazem com que seus membros desenvolvam

determinadas atitudes voltadas à coletividade com a expectativa de serem recompensados na mesma medida pelos demais. Dessa forma, fortalecem a confiança social, favorecendo a cooperação e constringendo eventuais transgressões. Dois tipos de reciprocidade são distintos por PUTNAM: a *específica*, que está relacionada à troca simultânea de itens de igual valor; e a *generalizada*, a qual se refere a uma contínua relação de trocas que, apesar de a contrapartida não ocorrer de imediato, existe a expectativa de uma forma distinta de retribuição no futuro. Esta última forma de reciprocidade, quando associada a uma relação de iguais (ao invés de hierárquica, como é o caso das relações clientelísticas), é componente crucial para o incremento do capital social (p. 181-2).

Os sistemas de participação cívica envolvem experiências comunitárias associativistas. Dessa forma, cooperativas, clubes desportivos, sindicatos e partidos de massa consistem em sistemas de participação cívica, pois reforçam o intercâmbio horizontal entre os membros de uma comunidade. À medida que esses sistemas se desenvolvem, aumenta a possibilidade de atitudes cooperativas ou de solidariedade dentro da comunidade. Isso devido aos seguintes fatores:

- inibem o oportunismo e a transgressão das regras de ajuda mútua;
- fortalecem as regras de reciprocidade;
- otimizam o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos;
- incentivam o aprimoramento de formas colaborativas de interação da sociedade, devido ao êxito alcançado de colaborações anteriores.

Os estoques de capital social constituem uma parte da avaliação da cultura política de uma sociedade, que se refere justamente ao comportamento das massas. Uma outra dimensão para avaliar a cultura política é o comportamento político das elites. Assim, dada sociedade apresentará um grau cada vez maior de civismo à medida que aumenta o capital social, ou seja, o potencial organizativo das massas, e que esse aumento encontre respaldo no comportamento democrático das elites, de sorte que se encontre um governo sensível às demandas populares e à participação política da comunidade. Da mesma forma, a falta de

civismo é avaliada pela correspondência entre baixos estoques de capital social e o comportamento autoritário dos governos.

Para avaliar ou “medir” o capital social de uma determinada comunidade, autores têm buscado apoio em dados quantitativos sobre associativismo e atividades cívicas. Nesse caminho, MONASTERIO enumera uma série de indicadores que serviriam de *proxies* do capital social, dentre elas: número de sindicatos, associações e cooperativas; grau de filiação nessas organizações comunitárias; percentual de votos em legendas partidárias; número de jornais locais; entre outros (2003: 70-73). Sem menosprezar a importância dessas informações para aferir o potencial organizativo dessa comunidade, acredita-se que a utilização apenas desses dados quantitativos é insuficiente para tal intento. Por isso, neste trabalho, procurou-se, primeiramente, contextualizar a comunidade estudada, analisar sua história, suas singularidades, aspectos que influenciam o comportamento político de seus membros. Além disso, procurou-se entender os valores, crenças e motivações que afetam diretamente as atitudes e os comportamentos dos cidadãos em relação à esfera pública.

3. RETRATOS DA POLÍTICA LOCAL

Ocorrida entre outubro e novembro de 2005, a visita de campo proporcionou o contato com paisagens diversas da Região Nordeste. Em Ibiassucê, depara-se com a vegetação cinza e seca da caatinga do Sertão da Bahia na época do “verão” (período sem chuvas). Em seguida, ainda na Bahia, mas agora na região do Recôncavo, o que se vê é o verde da mata atlântica e o clima úmido e chuvoso de São Miguel das Matas. Já em Poço das Trincheiras, no Estado de Alagoas, encontra-se, novamente, com a caatinga típica do sertão, porém, dessa vez, o cinza deu lugar ao verde e os rios mostravam alguns filetes de água, já que a região tinha acabado de sair da época das chuvas. No último ponto da viagem, na região do litoral piauiense, é a vez da vegetação do cerrado protagonizar a paisagem, em conjunto com o rio Parnaíba, na margem do qual o Município de Murici dos Portelas se localiza.

As distinções não se restringem apenas à paisagem e à presença ou não das chuvas. Os municípios visitados apresentam realidades sociais muito diferentes entre si. Nos dois primeiros, nota-se uma boa qualidade de vida de seus habitantes, com razoável infraestrutura de serviços, boas condições de moradia e onde a maioria das pessoas apresenta aspecto saudável. O mesmo não se verifica em Poço das Trincheiras e em Murici dos Portelas, municípios onde a pobreza se faz evidente nas casas feitas de taipa, nas crianças sujas e mal vestidas e no sorriso sem dentes dos adultos.

Os contrastes continuam na dinâmica da esfera pública local. Apesar da história oligárquica constatada nas quatro localidades, Ibiassucê e São Miguel das Matas constituem comunidades com níveis de capital social muito mais elevados do que em Poço das Trincheiras e em Murici dos Portelas. O presente capítulo mostrará um retrato da realidade política dos quatro municípios estudados, abordando questões referentes ao comportamento das elites políticas e da sociedade civil local, na qual serão avaliados os sistemas de participação cívica (experiências associativistas e sindicais) e as regras de reciprocidade encontradas, aspectos que permitirão aferir os estoques de capital social em tais comunidades. Os retratos estão apresentados conforme a ordem cronológica das visitas

de campo efetuadas, o que acabou por coincidir com uma ordem decrescente do grau de capital social aferido nas localidades onde foi realizado o estudo.

3.1. IBIASSUCÊ

3.1.1. Aspectos gerais

O município de Ibiassucê está localizado na Serra Geral, região Sudoeste do Estado da Bahia, a 751,6 Km da capital Salvador. De clima semi-árido, sua pluviosidade média anual não ultrapassa 800mm³. O período das chuvas ocorre entre os meses de novembro a janeiro, sendo freqüente a ocorrência de secas. A vegetação predominante é a caatinga, da qual destacam-se o umbuzeiro e o juazeiro que, mesmo nos períodos de seca, mantêm-se verdes e folheados em meio à vegetação seca e cinza.

Sua emancipação política ocorreu em 1962. No entanto, sua existência como povoado vem desde meados do século XIX. Sua origem está relacionada à instalação da sede de uma fazenda na região e a conseqüente formação de um arraial denominado Lagoa do Cisco. Posteriormente, com a construção da igreja, passou-se a chamar São Sebastião, nome que predominou até sua emancipação do município de Caculé. A partir de então passa a ter o atual nome, Ibiassucê, termo que, em Tupi-Guarani, significa “em cima de terra de alta”, nome que retrata, portanto, sua topografia (BRITO, 2004: 16-28).

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE, em 2000, Ibiassucê tinha uma população total de 12.828 habitantes, dos quais a grande maioria (68,53%) mora na zona rural. Apresenta um índice de mortalidade infantil de 32,39 óbitos para cada mil crianças que completam um ano de idade, e a esperança de vida ao nascer é de 68,08 anos. Com relação à educação, os analfabetos acima de 15 anos correspondem a 29.34% (PNUD, 2003).

A maioria da população vive da produção agropecuária. Os principais produtos obtidos da agricultura são o milho, o feijão, a mandioca e seus derivados. Na pecuária, destacam-se a criação de bovinos, suínos e aves. Além da agropecuária, estão instaladas doze cerâmicas que produzem, predominantemente, tijolos e telhas, aproveitando-se do potencial da argila da região. A instalação de cerâmicas no município é fonte de polêmicas, por estarem instaladas à beira de uma lagoa, sendo seus danos ambientais avaliados, por

muitos, altos demais e não serem compensados pelos questionáveis benefícios econômicos e sociais ao município.

Os principais acessos a Ibiassucê se dão ao sul, pelo município de Caculé, e a oeste, pelo município de Caetité, ambos pavimentados com bom asfalto. A sede é toda pavimentada. Sua parte mais antiga é formada por casas geminadas que beiram a calçada, formando um conjunto uniforme e colorido. Já a parte mais nova é formada por casas de feitiço moderno, envolvidas por muros altos. Apresenta uma boa infra-estrutura de serviços e um comércio local razoável, com mercado central, supermercados, farmácias, pousadas, bares e lanchonetes. Além disso, existe uma agência do Banco do Brasil, um colégio público de ensino fundamental e médio, um parque de exposição agropecuária (onde funciona a Secretaria de Agricultura) e um hospital público municipal que chega a atender os habitantes de municípios vizinhos. O principal meio de locomoção é a motocicleta.

Na parte da zona rural onde foram realizadas visitas, não há pavimentação nas estradas. São localidades formadas por casas esparsas, construídas de tijolo ou adobo. Não existem casas de taipa, o que é um bom indício de ausência de miséria no município.

Ao se analisar a condição de posse e uso da terra, percebe-se que a zona rural é composta basicamente por pequenos e médios proprietários. Segundo o último Censo Agropecuário do IBGE, existem 1.357 estabelecimentos rurais em Ibiassucê. Desses, quase todos são terras próprias dos agricultores e mais da metade são propriedades com áreas de 10 a 50 hectares. A Tabela 4 sintetiza a distribuição fundiária no município.

Tabela 4 - Ibiassucê - Número de estabelecimentos por grupos de área total e condição legal das terras

Grupos de área total	Condição legal das terras		Grupos de área total	
		Qtde		%
Total	Total	1.357	100,00%	100,00%
	Terras próprias	1.345	99,12%	
	Terras arrendadas	-	-	
	Terras em parceria	1	0,07%	
	Terras ocupadas	11	0,81%	
1 a menos de 2 ha	Terras próprias	18	1,33%	1,33%
2 a menos de 5 ha	Terras próprias	149	10,98%	10,98%
5 a menos de 10 ha	Terras próprias	189	13,93%	14,15%
	Terras ocupadas	3	0,22%	
10 a menos de 20 ha	Terras próprias	311	22,92%	23,29%
	Terras em parceria	1	0,07%	
	Terras ocupadas	4	0,29%	
20 a menos de 50 ha	Terras próprias	434	31,98%	32,20%
	Terras ocupadas	3	0,22%	
50 a menos de 100 ha	Terras próprias	175	12,90%	12,90%
100 a menos de 200 ha	Terras próprias	54	3,98%	3,98%
200 a menos de 500 ha	Terras próprias	14	1,03%	1,11%
	Terras ocupadas	1	0,07%	
500 a menos de 1.000 ha	Terras próprias	1	0,07%	0,07%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/1996

3.1.2. Cultura política

Comportamento da elite

A primeira impressão, ao observar politicamente a sociedade de Ibiassucê, é de uma tranquilidade e pacificidade política. Não se detectaram eventos ou atitudes que pudessem caracterizar paixões, brigas, conflitos em torno da disputa partidária. Tampouco se constatou indícios de repressão ostensiva do grupo político dominante. Também, a princípio, existe uma aparência de consenso em relação à legitimidade do grupo que, tradicionalmente, ocupou o espaço oficial do poder político.

Desde antes de sua emancipação, Ibiassucê sempre foi comandado por um único grupo político. A atividade política era uma “herança” de família. Praticamente não havia oposição no Município, ocorrendo mesmo eleições com candidato único. Atualmente, tal

grupo político é filiado ao Partido da Frente Liberal – PFL. O seguinte depoimento sintetiza bem o histórico político do Município:

“(...) desde a época do meu bisavô, desde 1925, que era avô da minha mãe, foi antigamente o coronel e era o chefe político. Depois, dele veio o meu tio, após veio o meu pai, que foi vereador, presidente de câmara por quatro mandatos, meu irmão que foi prefeito por três vezes, inclusive como candidato único.” (Entrevista nº 3)

O processo eleitoral também é considerado como de extrema tranqüilidade pelos entrevistados. Não foram relatados casos de violência, brigas, difamações ou qualquer outro caso de exacerbação emocional pública durante as campanhas. Pelo contrário, a pacificidade do processo eleitoral é retratada tanto por políticos da situação como da oposição (representada, na época, pelo Partido dos Trabalhadores), conforme os seguintes depoimentos:

“O processo eleitoral no município até a última eleição foi muito tranqüilo, é um processo de extrema tranqüilidade, sem disputa, sem nada.” (Entrevista nº 2)

“A campanha foi boa né, foi ótima. Uma campanha limpa, todo mundo respeitava o outro, trabalhava direitinho. Ninguém usou o nome do outro e nem difamou, uma campanha ótima.” (Entrevista nº 4)

No entanto, alguns dos entrevistados vêm com ceticismo e preocupação tal estado de coisas. Ao contrário do que declararam os políticos da situação, o fato de haver eleições com candidato único a prefeito era motivo de deboche nos municípios vizinhos. A permanência de um grupo político por tanto tempo no poder é um fato preocupante para a democracia. Diz um entrevistado:

“Em Ibiassucê, nós temos um problema. Eu chamo de problema porque é relacionado à questão política. (...) foi praticamente um grupo político que governou(...). Um partido ou grupo político, por melhor que seja, se ficar muito tempo no poder, compromete a democracia.” (Entrevista nº 11)

Apesar da aparente tranquilidade política, à medida que as entrevistas eram realizadas, algumas práticas “não democráticas” foram constatadas. Atitudes classificadas como “perseguição política”, “enquadramento”, “retaliações pós-eleitorais”, “uso da máquina pública”, “compra de votos”. Os três primeiros tipos de comportamento citados podem ser classificados como “repressão silenciosa”, pois se configuram como estratégias dissimuladas e não ostensivas de contenção da oposição e da contestação política. Já as duas últimas referem-se a delitos eleitorais, pois estão diretamente ligadas à conquista de votos durante a campanha eleitoral.

Por perseguição política ou retaliação entendem-se os atos que visam prejudicar de alguma forma aqueles que não se afinam com o grupo político dominante. Atitudes como demissão ou transferência de funcionários para locais mais distantes de sua residência e a negação de serviços públicos enquadram-se nessa categoria. Podem ser individuais, quando visam especificamente uma pessoa, ou coletivos, quando a punição abrange um determinado grupo de indivíduos. No caso de Ibiassucê, as duas formas de retaliações foram constatadas.

Um caso exemplar de retaliação individual foi citado em uma das entrevistas. Trata-se da transferência de uma funcionária, afinada à oposição local, forçando-a a pedir demissão pela dificuldade de deslocamento entre sua residência e o novo posto de trabalho. Este fato é relatado na Entrevista nº 5:

“(...) logo que eles assumiram a prefeitura, havia uma senhora aqui da zona rural que trabalhou como merendeira na região onde morava (...) Quando foi desta última vez, eles a transferiram para o hospital, sabendo que ela não tinha condições de se deslocar para a sede (...) Ela acabou deixando o emprego (...) Isso aí é só um exemplo. Eles tiram professor, põem pra longe, esses tipos de coisas...”

Ao mesmo tempo em que há a punição para funcionários afinados à oposição, há, em contrapartida, a premiação para aqueles que apóiam o grupo dirigente. Isso se comprova no mesmo caso relatado acima, quando outra funcionária, afinada com o grupo dirigente, foi transferida do hospital para o local de trabalho da primeira, por esse também ser próximo a sua residência. Esse caso mostra que os mecanismos de punição e premiação

fazem parte de um sistema mais amplo de uso do emprego público como instrumento de “domesticação” do eleitorado.

Quanto a formas de retaliações coletivas, verificou-se que determinadas localidades ficaram desprovidas de certos serviços públicos prestados pela prefeitura. Isso, segundo relatos das entrevistas, deve-se ao fato de tais localidades serem “acusadas” de redutos do grupo de oposição.

Por “enquadramento” entende-se o ato de repreender ou questionar atitudes de determinado indivíduo com o intuito de reprimir atitudes oposicionistas ou de contestação política. Um fato exemplar foi relatado num dos depoimentos. Trata-se da atitude de um membro do grupo dirigente que ocupava um determinado cargo na prefeitura. Ao chamar uma cidadã ao seu gabinete, questionou-a sobre boatos de que ela o estaria criticando em sua localidade. A especificidade de esse tipo de atitude antidemocrática se manter em ambiente velado é confirmada no seguinte depoimento:

“Ela [a cidadã] foi levada dentro do seu ambiente [do membro do grupo político] para dizer pra ela, se ela estava falando contra ele lá na comunidade (...). Então, não é uma coisa pública de alguém que teme, que sai ameaçando publicamente,(...), mas existe essa repressão de falar diretamente com alguém ou de pegar outras pessoas pra poder ver o que tá falando.” (Entrevista nº 11)

A prática conhecida como compra de votos também foi verificada em Ibiassucê. Tal prática caracteriza-se pela troca do voto do eleitor por algum benefício material concedido pelo candidato ao cargo político. Tal benefício pode não necessariamente ser em dinheiro, mas também em produtos, como doações de material de construção, entre os quais: cimento, areia, tijolos, arame, etc. Foram relatados casos de vereadores cujas campanhas se basearam nesse tipo de prática, como confirma o depoimento da Entrevista nº 02, segundo a qual “há vereador eleito aqui que foi eleito dois meses antes da eleição, que fez sua política gastando seu dinheiro com o eleitor”.

O “uso da máquina pública” foi citado por um dos entrevistados. Consistiu no uso de recursos financeiros e materiais da prefeitura para a campanha eleitoral, além de utilizar

certos funcionários públicos como cabos eleitorais do candidato da situação. O uso da máquina e a compra de votos foram os principais argumentos utilizados pelo candidato a prefeito da oposição numa ação judicial de cassação de mandato em virtude de fraude eleitoral.

A hegemonia política do grupo em questão perdurou até as eleições municipais de 2004. Nesse momento, consolidou-se um grupo de oposição que tinha fundado o Partido dos Trabalhadores em 1989 e que ganhara terreno no decorrer de três eleições. Nessa última eleição, havia a expectativa de esse grupo conquistar a prefeitura, o que foi efetivado depois por uma ação judicial. Tal fortalecimento é atribuído, por membros do grupo da situação, à má administração do último prefeito, conforme os dois relatos que se seguem:

“Eu acho que foi a atuação do prefeito anterior. Ele trabalhou dentro das normas direitas, mas não prestou um certo atendimento ao povo. Eu acho que ele talvez não seja bem dedicado à política, ele é até médico aqui, muito dedicado à profissão. Mas talvez não é pra política. Ele não sabe lidar com o povo como político. Com essa situação, ele tem que aprender bastante.” (Entrevista nº 1)

“O pessoal daqui mesmo, daqui da sede mesmo, da zona urbana, que organizou um grupo político, que cresceu muito, até cresceu nas falhas dos atuais administradores (...)” (Entrevista nº 2)

Apesar da expectativa de mudança, o resultado das eleições de 2004 foi favorável ao grupo da situação, mas por uma diferença de 29 votos. Esse fato motivou o grupo de oposição a entrar na justiça eleitoral contra o resultado oficial. Na primeira instância judicial, a decisão foi favorável à situação. Porém, na instância superior, o grupo de oposição obteve êxito e, em dezembro de 2005 (portanto, após o período da visita de campo), seu candidato tomou posse como prefeito.

O uso dessas estratégias de poder não encerra os motivos para permanência de um grupo político por tão longo tempo. O bom desempenho institucional da prefeitura, principalmente no período da gestão do principal líder político, também ajuda a interpretar

essa permanência e, também, como foi visto acima, seu esgotamento. Isso será mais bem visualizado quando se partir para a análise do comportamento da massa.

Tampouco, pode-se generalizar o comportamento da elite política relacionando-o unicamente a práticas não-democráticas. Em depoimentos de políticos entrevistados, constatou-se a preocupação e a condenação desse tipo de prática. E são depoimentos oriundos tanto da oposição como da situação. Além disso, observou-se que há uma espécie de “delegação” tácita dessas práticas por parte dos principais líderes do grupo político hegemônico a seus membros subalternos. Uma espécie de “carta branca”. O não envolvimento dos líderes nesse tipo de prática, pelo menos às relacionadas à repressão silenciosa, é citada pelo seguinte depoimento:

“(...) é bom deixar claro que não é o grupo político como um todo, não são nem os principais líderes. O maior problema hoje que a gente tem às vezes não são com esse pessoal, porque esse pessoal nem participa de nada, e nem tem conhecimento de nada. O problema maior é com aquelas pessoas que tão usufruindo alguma coisa, que tem cargos, etc.” (Entrevista nº 11)

Ao serem perguntados sobre quais os principais problemas enfrentados pelo município, a resposta dada pelos representantes do grupo dirigente foi abastecimento de água e desemprego. No entanto, ao se perguntar quais as ações prioritárias da prefeitura, somente a questão do abastecimento de água foi relatado, além das atividades relacionadas à educação, saúde e estrada. Nenhuma ação relacionada à questão do desemprego foi citada. Tal fato permite supor que a prefeitura tem como atividades centrais suas atribuições clássicas. Políticas voltadas ao incremento de atividades econômicas ocupariam uma posição secundária na administração municipal.

O processo de tomada de decisão, na prefeitura de Ibiassucê, envolve basicamente o seu primeiro escalão administrativo. O planejamento é realizado pelo gabinete do prefeito com consultas às secretarias, sendo que as Secretarias da Educação e da Saúde desempenham uma participação maior por terem maior autonomia administrativa. Quanto à execução de ações e políticas governamentais, foi relatada pelo grupo dirigente a dificuldade em descentralizar funções. Isso é atribuído em parte pela baixa qualificação do

corpo funcional e em parte pela “cultura de centralização”, havendo uma dependência dos demais órgãos às decisões do gabinete.

Com relação à extensão do processo decisório à participação da sociedade civil, não foi detectada nenhuma ação deliberada da prefeitura nesse sentido, apesar do reconhecimento da importância da existência dos conselhos comunitários e da atuação das associações em suas respectivas esferas. Não há iniciativas governamentais para o incentivo de formas efetivamente participativas, principalmente na parte de formulação e planejamento administrativo. Ou seja, não existe incentivo à participação na tomada de decisão da prefeitura. Os seguintes relatos apóiam tal constatação:

“Da atual administração, não existe nenhuma iniciativa em trazer a comunidade mais pra perto. Muito pelo contrário, o trabalho que eles fazem é de distanciar o povo” (Entrevista nº 5)

“A comunidade não participa é mais por falta de ser chamado a participar do que de vontade. Eu acho que falta espaço pra população participar” (Entrevista nº 9)

Além disso, observou-se, nas declarações de membros do grupo dirigente, uma concepção “passiva” do termo “participação”, segundo a qual não seria necessariamente “participação nas decisões” e sim “consciência cívica” ou “espírito coletivo”. De acordo com tal concepção, bastaria à população manter a ordem e preservar o patrimônio público. O seguinte relato demonstra essa visão:

“(...) Com relação à atuação na esfera pública, eu também vejo a questão de estar ajudando a preservar o bem público. A comunidade tem que ter esse pensamento, porque às vezes não tem. Não só cuidar do bem público, mas também ajudar na segurança pública. Essas questões são tarefas da comunidade.” (Entrevista nº 1)

Se, por um lado, não foram abertos maiores canais de participação direta à sociedade civil, por outro, não foram identificadas atitudes da prefeitura referentes a interferências em instituições da sociedade civil, sejam elas o sindicato ou as associações. Observa-se, enfim, que há uma certa “divisão do trabalho” no espaço público: as atribuições legais do poder político oficial é assunto da prefeitura, atividades públicas

locais são assuntos da sociedade civil organizada nas associações ou no sindicato. Não parece haver efetivamente uma integração entre essas esferas e nem ingerências de uma ou de outra parte. A única exceção seriam os conselhos comunitários que existem por força de lei federal ou estadual, cuja dinâmica será analisada mais à frente.

Não obstante, o principal grupo de oposição apresentava, pelo menos no campo do discurso, uma predisposição para constituição de mecanismos de participação popular na administração municipal. Nesse sentido, o orçamento participativo foi citado como instrumento importante de ampliação da participação da comunidade nos negócios públicos:

“(...) se a comunidade atuasse, eu acho que melhoraria tudo. O que eu acho ideal seria a participação da comunidade em todos os sentidos. Só os conselhos não resolvem(...) Eu acho que seria também o orçamento participativo, a participação da comunidade nas decisões, nas prioridades. Em um município como o nosso, se a gente conseguisse fazer um trabalho assim, evoluiria, em um ano, seis” (Entrevista nº 5)

Apesar de tal discurso pró-participação, ainda não se dispõe de prova empírica do comportamento democrático desse grupo político na gestão municipal. Porém, atitudes relatadas como convocação da comunidade para audiência pública na câmara de vereadores, eventos sobre consciência ambiental junto a estudantes do município, patrocinados por vereadores ligados a esse grupo, são bons indícios de sua preocupação por maior participação popular e consciência cívica.

Os assuntos legislativos também dependem sobremaneira da atuação do poder executivo municipal. Basicamente, as atividades da câmara de vereadores são pautadas pela prefeitura. Ao descrever as atividades rotineiras da câmara, as respostas foram “aprovar os projetos vindo da prefeitura” e “fiscalizar a atuação do prefeito”. Também não foi constatado conflito entre a prefeitura e a câmara. Até porque a situação tem ampla maioria, com a oposição ocupando apenas duas cadeiras, de um total de sete. Como citado por entrevistados, até a oposição tem votado a favor dos projetos vindos do executivo.

Todavia, a maior parte da atuação do vereador acontece fora da câmara. O vereador é um provedor de serviços (quase sempre individuais) à comunidade. Mediante o vereador, consegue-se material de construção, transporte para a cidade a fim de realizar exames médicos ou outras atividades. O vereador, dessa forma, acaba desempenhando um papel de assistente social em vez de legislador municipal. Tal função é tida como um dever do vereador, cuja remuneração é usada para executar atividades como as relatadas abaixo:

“Eu sou assistente direto lá na roça. É assim: ‘resolve um problema aqui pra mim’. É pra ir à Receita Federal. Aí eu vou e resolvo os problemas de terra, de aposentadoria (...) Não falho não. Tanto que, olhando pelo que a gente ganha, é muito pouquinho o que a gente faz pelo povo.” (Entrevista nº 4)

Comportamento da massa

Não se pode entender o comportamento das lideranças políticas como ato unilateral de livre vontade. Suas atitudes são influenciadas por condicionantes. E o principal condicionante é justamente o comportamento da massa de cidadãos que, por sua vez, é influenciado pelas ações dos seus líderes políticos. Portanto, torna-se necessário analisar tal comportamento.

Nesse sentido, o vereador somente exerce uma função assistencialista porque assim é vista sua utilidade junto ao cidadão. A função legislativa é pouco reconhecida. Até porque é tida como uma esfera desvinculada da comunidade. A população de Ibiassucê não é habituada a participar das sessões da câmara, segundo depoimentos dos próprios vereadores entrevistados.

Existe, no município, o hábito de utilizar o vereador para serviços individuais. Inclusive quando o político não está ocupando o cargo, seja porque perdeu a eleição, seja simplesmente porque não a disputou, eles são demandados por membros da comunidade para esse tipo de serviço:

“Os pedidos para vereador são muito comuns. Até hoje, mesmo sem ser mais vereador, ainda vêm muitas pessoas me pedir favor. Favor

esses que não vai levar a nada. É pedir um saco de cimento, uma bola de arame, coisa que você vê que é supérfluo.” (Entrevista nº 2)

Também a prefeitura é utilizada para serviços individuais, principalmente, serviços relacionados à saúde. Consistem em pedidos de remédio, transporte para exame médico ou internação em outras cidades, em casos especiais, quando o hospital da cidade não supre o serviço demandado. No entanto, percebe-se que são casos de extrema necessidade quando a pessoa não tem outro recurso senão o auxílio da prefeitura. Esse fato é evidenciado tanto pelos depoimentos do grupo dirigente quanto dos próprios membros da comunidade entrevistados. No geral, “*o povo não ocupa a prefeitura*” segundo um dos entrevistados (Entrevista nº 14).

Uma constatação vinda do próprio grupo dirigente é a diminuição do volume de pedidos junto à prefeitura. Essa diminuição diz respeito tanto ao número de pessoas que vão à prefeitura, quanto à variedade dos pedidos. Atribuem tal fato à expansão dos programas de transferência de renda do Governo Federal, conforme justifica o seguinte depoimento:

“Sobre essas questões do programa do governo, bolsa escola, bolsa renda, melhorou muito. Porque já alivia um pouco as prefeituras, pois esse pessoal todo já tem uma rendazinha melhor. Muitos não tinham renda nenhuma e hoje já tem. Então já alivia um pouco a prefeitura nesse sentido.” (Entrevista nº 1)

A expansão dos programas de transferência de renda permite interpretar dois efeitos. O primeiro e mais óbvio é a redução da dependência dos cidadãos de favores concedidos pelo poder político local que, por conseqüência, influirá nas condicionantes que orientam o eleitor na hora de escolher um candidato a vereador ou a prefeito. Portanto, é um fator de mudança do comportamento político dos membros da comunidade e ajuda a explicar o crescimento da oposição na última eleição.

O segundo efeito é inferido do próprio depoimento transcrito acima. Ao ver “com bons olhos” o “alívio” da prefeitura com relação à concessão de serviços individuais à população, o grupo político dirigente demonstra que a concessão de favores já não é mais seu instrumento prioritário de manutenção de poder. Adicionado ao fato da não

interferência do poder político oficial nas esferas de atuação da sociedade civil, isso permite concluir que não existe uma atitude sistemática visando manter um eleitorado dependente e submisso.

Os pedidos pessoais não encerram as iniciativas dos cidadãos junto aos políticos. Também foram verificadas ações de membros da comunidade visando algum bem público. Porém, tanto o âmbito da articulação quanto o bem ou o serviço visado diz respeito, geralmente, à localidade, ao bairro. Muito raramente são articulações de âmbito municipal. São serviços de abastecimento de água, manutenção de estradas (este inclusive sendo motivo de muitas críticas da comunidade com relação ao desempenho da prefeitura), entre outros.

Para tais demandas, servem de principais interlocutores o vereador eleito na região (se houver), a associação comunitária, ou um grupo de pessoas da localidade formado pontualmente para tal finalidade. Os bairros e localidades rurais constituem as principais esferas públicas reconhecida pelos cidadãos. Como se verá adiante, é nessa esfera onde a comunidade de Ibiassucê demonstra seu espírito coletivo e potencial organizativo.

A busca de melhorias para a comunidade é uma das motivações citadas nas entrevistas realizadas juntos a membros da comunidade para escolha do candidato a um mandato eletivo. Nesse sentido, irá votar naquele candidato a vereador que tem compromisso com a sua localidade, geralmente em virtude de proximidade física. Dessa forma, o eleitor poderá cobrar a interlocução de seu vereador em algum pleito junto à prefeitura. Por outro lado, no caso da derrota de seu candidato, a comunidade perde um canal importante de representação de seus interesses.

Foi citada também a indicação de voto realizada pelo principal líder político municipal como motivação para o voto. Trata-se, portanto, de uma lealdade para com o chefe político local. Tal lealdade configura-se do reconhecimento pelos benefícios trazidos pelo líder para o município ou de favores pessoais concedidos. Nestes casos, o líder é considerado como representante geral do município para buscar recursos externos, geralmente junto ao governo estadual, mediante articulação com políticos regionais. O

voto é a contrapartida devida pelo eleitor em virtude dos serviços concedidos pelo líder político. Eis um depoimento exemplar:

“(...) Aqui no município nosso, sempre que a gente precisa, se precisar, por exemplo, pra uma doença, pra uma coisa, pros benefícios que vêm pro lugar, sempre quem puxa aqui é Aduato. (...) Então, quando ele chega e pede favor pra gente, até hoje, graças a Deus, nós nunca negamos. Porque nós não temos como pagar, só temos como pagar com voto. (...) Tudo que a gente tem aqui é ele que puxa pro lugar, com o deputado dele.” (Entrevista nº 15)

O resultado da última eleição para prefeito representa, pelo que foi observado, um processo de transição de motivações baseadas na lealdade pessoal para outras de aspecto mais impessoal e coletivo. O crescimento do eleitorado da oposição reflete, de um lado, o esgotamento de uma forma de liderança política tradicional, e, de outro, o desejo da população por mudança nos rumos da política local. A lealdade, a gratidão por serviços prestados no passado, cede lugar à expectativa de novos serviços, novas políticas que possam ser implementadas pelo grupo em ascensão.

O próprio grupo dirigente atribui o crescimento da oposição a mudanças no comportamento político dos cidadãos. A população não mais se contentaria com um governo que fosse omissivo a suas demandas. Uma vez apresentado um baixo desempenho institucional da gestão anterior, abrir-se-ia espaço para novos atores políticos. Isso porque:

“Há um processo de mudança aqui e no Brasil. As pessoas estão mais exigentes. Elas estão cobrando mais. Isso faz também com que as pessoas saibam se posicionar, com opiniões. É a democracia.” (Entrevista nº 1)

Com relação à participação, o âmbito municipal, como já foi citado, ainda é uma esfera distante da sociedade civil. As sessões da câmara de vereadores normalmente não contam com a presença da população. A administração pública municipal praticamente não é acompanhada pela sociedade civil. Não existe uma atitude sistemática de organização popular com o intuito de reivindicações junto à prefeitura. Na verdade, a população é alheia às atividades da prefeitura e da câmara de vereadores. Tais atividades não fazem parte do cotidiano da vida social e, somente em situações especiais, como em caso de

doença, é que a comunidade recorre aos poderes constituídos. Enfim, o Estado é uma esfera que não lhes pertence.

Conselhos comunitários

Em Ibiassucê, existem vários conselhos comunitários. Porém nenhum deles existe por determinação municipal. A maioria existe em função de programas do Governo Federal, com exceção de um que é por exigência do Governo Estadual. Os mais citados, por serem considerados mais atuantes, foram o Conselho de Saúde, o Conselho de Desenvolvimento Rural ou do Pronaf, e o Conselho do Fundo de Apoio Comunitário – FUMAC.

A avaliação geral que se tem dos conselhos é de que são pouco participativos, que só existem por determinação legal. A finalidade de buscar maior participação e controle por parte da sociedade civil não se efetivou. Isso se deve, em parte, ao controle exercido pelo poder executivo municipal e, em parte, à falta de preparo dos membros da sociedade civil. A situação melhora quando um conselho é formado por membros que já estão habituados a fóruns de participação, como o Conselho do FUMAC, formado basicamente pelos presidentes das associações comunitárias. Esse conselho apresenta-se, portanto, como exceção à regra, conforme o depoimento abaixo:

“(...) pelo fato de ter a participação dos presidentes de associação, eu acho permite a gente dar uma notinha melhor. Porque nosso pessoal que é presidente da associação são pessoas que conhece a história de vida, que conhece as coisas, e aí acredita que dá pra render” (Entrevista nº 5)

O Conselho do FUMAC teve início, no município de Ibiassucê, em 1996. Sua criação foi uma exigência do Governo do Estado da Bahia, por meio da CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, que repassa recursos oriundos do BID para obras de infra-estrutura nos municípios. Os projetos englobam abastecimento de água, eletricidade, casas de farinha, e os recursos são repassados diretamente para as associações comunitárias. Cabe ao Conselho deliberar sobre as obras que serão executadas e em quais localidades.

As reuniões desse Conselho são mensais. O período de visita de campo em Ibiassucê coincidiu com a data de uma de suas reuniões, possibilitando uma observação. Tratava-se de uma reunião extraordinária, visando: recompor o Conselho e eleger sua nova diretoria, cujo mandato anterior extinguiu recentemente; aprovar novo estatuto; orientar a regularização de diretorias de algumas associações, dado que eram presididas por funcionários da prefeitura, o que não seria permitido, caso a associação desejasse receber os recursos repassados pela CAR.

Havia em torno de trinta pessoas na reunião, entre membros e não membros. A mesa era composta pelo presidente do Conselho (que é Secretário Municipal de Ação Social), por dois técnicos da EBDA (órgão de assistência técnica e extensão rural do Estado da Bahia) e pelo representante da CAR. A presença deste tinha o objetivo de coordenar os trabalhos de recomposição da diretoria e aprovação do estatuto, além de verificar o processo de regularização das associações. Sua participação teve uma função “educativa”. Fez um discurso sobre a importância da participação e do associativismo. Justificou a exigência de as associações não serem presididas por funcionários públicos como forma de inibir ingerências políticas.

Havia em torno de seis mulheres na reunião, sendo, portanto minoria. Porém, foram elas que tiveram mais voz ativa. Relatavam os problemas advindos da necessidade de mudanças na diretoria de suas associações e também questionavam a mesa sobre os procedimentos formais para tais alterações.

Para fazer a nova composição do Conselho, identificaram cada um dos presidentes de associação presentes, sendo que cada um ocupou um “assento”. Também permaneceram como membros a prefeitura, a câmara de vereadores e o sindicato de trabalhadores rurais. Foram incluídas uma representação da EBDA e uma da Pastoral da Criança. Houve somente uma chapa candidata à direção do Conselho, continuando a presidência a ser exercida pelo representante da prefeitura.

Por tratar-se de uma reunião atípica, não foi possível verificar a dinâmica normal do Conselho. Não houve deliberações a respeito de projetos ou obras para a comunidade. Tratou-se basicamente de questões formais e não substanciais. Na maior parte da reunião, ocorreu um predomínio da fala do representante estadual, e a participação dos demais foi baseada na elucidação de dúvidas.

Movimento sindical

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiassucê foi fundado em 1981. Segundo informações de sua diretoria, tem cerca de dois mil trabalhadores filiados, dos quais mil e setecentos estão em dia com a contribuição sindical. A grande maioria é composta por pequenos proprietários rurais. Cada mandato dura três anos, não sendo permitida a reeleição do presidente. Não obstante, sua direção foi exercida pelo mesmo grupo desde de sua fundação, a despeito de o processo eleitoral ter geralmente duas chapas em competição.

As esferas de tomada de decisão dentro do sindicato são as reuniões de diretoria e as assembléias. As primeiras ocorrem geralmente a cada sessenta dias e visam, principalmente, fazer um balanço das atividades. As assembléias ordinárias ocorrem uma vez por ano e servem para fazer o planejamento anual. Geralmente, apresentam um quórum elevado:

“Comparecem 60%, 70% dos filiados nas assembléias. Os trabalhadores têm muito interesse mesmo! Quando convoca uma assembléia, eles tem muito interesse em participar e se informar.”
(Entrevista nº 6)

A principal atividade do sindicato é servir de intermediário entre o trabalhador rural e os serviços do Governo Federal. Há uma unanimidade sobre esta questão entre as entrevistas, inclusive a do próprio dirigente sindical entrevistado. São serviços de salário-maternidade, seguro-desemprego, crédito rural e, principalmente, aposentadoria. É mediante o sindicato que os trabalhadores rurais são oficialmente reconhecidos como tal. Nesse sentido, acaba assumindo uma função burocrática, como se fosse um “posto avançado” da administração pública.

O sindicato é considerado como um prestador de serviços e não como uma instituição que representa os trabalhadores. Não existem iniciativas partidas do sindicato em favor da melhoria das condições de trabalho e da produção dos trabalhadores. O relato que será transcrito abaixo retrata bem essa questão:

“(...) O sindicato nosso, tipo assim, não é igual lá fora onde tem aquela forçona pra fazer as coisas, como ‘vou fazer um açude pra vocês ali, vou fazer uma coisa aqui’. Mas sempre presta serviço. Às vezes uma mulher com grave maternidade e precisa de coisa, eles resolvem bem. (...) o que não tem é assim: aquela coisa de chegar e fazer grandes serviços. Mas esses pequenos serviços às vezes você vai ajeitar com eles, eles são muito legal pra gente ajeitar.”
(Entrevista nº 12)

O único evento reivindicatório constatado foi o relatado pelo próprio dirigente sindical entrevistado. Tratou-se de uma mobilização de trabalhadores que envolveu, além de Ibiassucê, outros sindicatos da região. Seu objetivo era fazer uma manifestação para pressionar os gerentes do Banco do Nordeste a liberar financiamentos para a produção agrícola. Tal evento contou com a participação maciça dos trabalhadores e foi amplamente coberto pela imprensa da região, conforme o depoimento abaixo:

“Sensibilizamos os agricultores daqui que a gente devia fazer uma manifestação, pois a gente não estava satisfeito com as decisões do banco aqui no município. Foi uma mobilização muito forte. Teve bastante gente. A imprensa deu total apoio. Foi muito importante.”
(Entrevista nº 6)

Por outro lado, não foram constatados eventos reivindicatórios junto ao poder público municipal. Quando perguntado sobre a relação sindicato/prefeitura, a resposta do dirigente sindical foi de que é uma relação amistosa, sem conflitos. Também não há relação de dependência segundo o depoente: *“Nunca precisou de a gente fazer manifestações contra mandato político. (...) A gente não depende da prefeitura, nem eles dependem da gente.”* (Entrevista nº 6)

Já outros depoimentos, afinados com o grupo de oposição à gestão municipal, acusam o sindicato de não ter autonomia em relação à prefeitura, de ser vinculado ao grupo dirigente, como afirma o seguinte relato:

“Eu particularmente acho que é um sindicato que não tem autonomia nenhuma. Sempre foi ligado ao poder local e criou aquele vínculo. (...) Ele não tem uma atuação independente, autônoma. Então não tem como andar direitinho, pois sua finalidade era trabalhar de forma autônoma pelo setor que está ligado.”
(Entrevista nº 5)

Na verdade, o que ocorre no município é que o grupo que ocupa a direção do sindicato dos trabalhadores rurais tem uma vinculação partidária com o grupo político hegemônico. A melhor evidência disso é o fato de um de seus ex-presidentes ter exercido o mandato de vereador pelo partido da situação, além de, atualmente, ocupar um cargo de direção na prefeitura. Contudo, isso não significa necessariamente uma situação de dependência entre sindicato e poder político oficial, pois cada um atua em esferas distintas. Não foram detectados conflitos de interesses envolvendo o grupo dirigente e a categoria de trabalhadores rurais. Portanto, a interpretação mais razoável é que, a despeito da vinculação partidária dos membros da diretoria sindical, não existe ingerência da prefeitura dentro das atividades desempenhadas pelo sindicato, nem o sindicato interfere nas ações da prefeitura.

Experiências organizativas e atitudes comunitárias de solidariedade social

Se o âmbito municipal de Ibiassucê não se configura como esfera de real participação popular, são nas áreas inframunicipais, bairros e, principalmente, localidades rurais, onde a participação e a organização comunitária se apresentam. São nessas localidades onde a população se organiza e se reúne para deliberar sobre assuntos coletivos, buscando recursos ou serviços para a comunidade. Também são fóruns de solidariedade mútua, tomando iniciativas conjuntas para ajudar membros com algum tipo de necessidade.

As principais formas associativas encontradas em Ibiassucê são as associações comunitárias e as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Outras formas citadas nas entrevistas foram o Clube de Mães e as comissões pastorais da Igreja Católica. As duas primeiras constituem-se em fóruns locais de organização comunitária, já as últimas constituem-se em fóruns “transversais”, uma vez que os membros que as compõem são oriundos de localidades diversas.

O Clube de Mães é uma organização formada especificamente por mulheres das comunidades. Trabalha com arrecadação de contribuições visando atividades assistenciais a pessoas de baixa renda. *“O Clube de Mães trabalha com a parte de filantropia muito bonito no município e envolve a comunidade com os problemas sociais”* (Entrevista nº 7) Além disso, foi citado o início da formação de um movimento de “mulheres camponesas”, o qual visa organizar as trabalhadoras rurais em torno de questões de gênero.

Existem em torno de vinte e cinco associações em Ibiassucê. Há uma associação cultural, associações de bairro na sede, mas a grande maioria são associações de comunidades rurais. Podem ser restritas a uma única localidade ou envolver duas ou mais localidades contíguas. Essas associações têm a função de buscar e gerenciar serviços e bens públicos, os quais englobam obras de infra-estrutura, como energia elétrica, abastecimento de água seja, nesse caso, água encanada, construção de poços ou barragens; e também aquisição e/ou construção de bens coletivos de produção, como casas de farinha comunitárias. Além disso, a maioria das associações rurais trabalha com a elaboração de projetos coletivos para a aquisição de crédito agrícola.

Em todas as entrevistas é bem avaliado o papel desempenhado pelas associações. Tais avaliações referem-se tanto a aspectos da sua finalidade, ou seja, prover benefícios para a comunidade, como a sua importância para o desenvolvimento do espírito coletivo de seus membros e da capacidade de deliberação conjunta. As associações são reconhecidamente instituições protagonistas na melhoria das condições de vida da comunidade mediante a atuação coletiva de seus membros.

“(…) as associações rurais são muito bem vindas no município, ajudam muito. Trazem muitos recursos pro município, como

convênios, poços, barragens, estradas (cascalhamento de estradas), uma série de recursos ao município” (Entrevista nº 6)

“Na medida do possível, a maioria das associações rurais têm um bom trabalho. Os presidentes de associações que eu conheço são pessoas comprometidas, que têm essa consciência política, essa consciência comunitária” (Entrevista nº 5)

A comunidade costuma participar ativamente nas deliberações das associações. Suas reuniões costumam apresentar altos quóruns.

“Quando tem reunião, todo mundo participa bem. (...) a gente tem sempre que reunir o pessoal pra passar o que gente viu por aí. O que a gente recebe, passa pro pessoal não ficar mal informado. Porque hoje, através da associação, a gente arruma muita coisa. Sem ter associação hoje a gente não arruma nada. Porque a gente vai buscar lá fora. É uma associação que a gente tem bem organizada, com tudo em dia. Um projeto que aparece, a gente vai buscar um benefício pra associação, pra comunidade. Então o pessoal sempre vem.” (Entrevista nº 8)

Existe entre a população o entendimento que a organização e a união comunitária são necessárias para a busca de benefícios coletivos. Portanto, todos são responsáveis pelo sucesso ou fracasso das iniciativas associativas.

“A associação é uma coisa boa. É pra lá pra associação que as coisas devem ser encaminhadas. Porque se diz que, sem a associação, sem a Comunidade e sem o sindicato, nada pode ser resolvido. Então essas coisas devem ser bem organizadas.” (Entrevista nº 13)

“(...) Uma andorinha só não faz verão. Duas mais três já fica bem mais fácil. A comunidade não começa com uma pessoal só. Duas pessoas já é uma comunidade. Mais 10, 20 ou 30 é mais, né? Quer dizer: a gente tendo um grupo, da força faz a união e da união faz a força. Porque, estando todo mundo junto, é bem mais fácil a gente levar, porque tem todo mundo, todo mundo trabalha” (Entrevista nº 8)

As associações, contudo, não são as primeiras formas de organização comunitária. Elas surgem, na verdade, da necessidade de haver uma instituição formalmente constituída

para a alocação de recursos. Dessa forma, as associações, no município de Ibiassucê, representam uma fase do desenvolvimento do potencial organizativo da população e não sua origem. Esta se relaciona a outra forma de organização comunitária mais antiga e de natureza distinta das associações: as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base.

As CEBs existem, em Ibiassucê, desde 1974 por decisão da diocese local. Atualmente, há quarenta e cinco CEBs no município que, geralmente, coincidem com suas localidades rurais. Uma CEB consiste na organização dos membros de uma determinada localidade (geralmente rural) para que eles próprios dirijam as atividades religiosas, como a celebração de cultos, a catequese, entre outras. Além disso, como sua origem está fortemente ligada a padres e bispos seguidores da Teologia da Libertação, busca trazer para dentro de suas reuniões a discussão sobre a realidade social em que vivem, relacionando-a com os temas da Bíblia.

“(...) a principal atividade é essa preocupação com o evangelho. E como é essa questão: é ligar fé e vida. E o que motiva a fundamentação, a ferramenta básica dessa comunidade é a Bíblia. (...) eles reúnem pra celebrar o culto. O que é isso: é, acima da palavra de Deus, tem a celebração litúrgica e, dentro dessa celebração, tem uma reflexão que eles mesmos fazem, à luz da palavra de Deus. Então a vida deles é iluminada pela palavra de Deus. E a palavra de Deus também se abre para que eles possam encaixar a vida deles ali.” (Entrevista nº 11)

Cada Comunidade tem um grupo responsável pela coordenação dos trabalhos. Esse grupo, atualmente, é chamado de Conselho Pastoral Comunitário e seus membros são chamados de conselheiros ou animadores. Anteriormente, tal grupo era chamado de diretoria, composta por presidente, vice-presidente, entre outros. A mudança do nome foi motivada pela conotação hierárquica que os termos “diretoria” e “presidente” carregam. Já os termos “conselho” e “conselheiro” confere ao grupo uma noção de horizontalidade e igualdade na relação com os membros da CEB, o que é um de seus princípios.

Uma outra característica é a autonomia que cada Comunidade tem para desempenhar suas atividades e deliberar sobre assuntos e problemas a ela pertinentes. O pároco desempenha o papel de orientador, se reunindo regularmente com os conselheiros e

visitando cada CEB uma vez por ano. Dessa forma, as atividades religiosas cotidianas são responsabilidade dos próprios “fiéis”, que, organizados, as executam sem dificuldades:

“(...) Você sabe o que significa uma comunidade reunir todo o domingo, pra poder fazer a celebração, ela mesma ali reúne seu povo, refletindo, sem ter a presença do padre? (...) as pessoas caminham com as próprias pernas. As coordenadas nós damos, porque nós damos formação. Mas elas não esperam. (...) Eles têm autoridade, essa coordenação tem autoridade pra poder tomar decisão dentro da sua comunidade.” (Entrevista nº 11)

Existe também uma articulação entre as CEBs do município. Essa articulação se dá por meio de três eventos: um encontro anual que acontece na sede da paróquia; as reuniões dos conselheiros com o pároco que ocorrem mensalmente; os encontros entre Comunidades, quando uma comunidade visita outra num evento de confraternização e debate sobre determinado tema escolhido.

Organização, autonomia, cooperação, solidariedade, consciência das questões coletivas, esses são os principais resultados citados com a experiência das CEBs em Ibiassucê. As CEBs e as pastorais a elas vinculadas não restringiram sua atuação ao campo do religioso, expandiram-na ao se envolver com questões sociais. A experiência de discussão e deliberação sobre problemas e questões coletivas fez despertar a necessidade de outras formas de organização. Assim, abriu-se o caminho para a formação de associações:

“Quase todas as comunidades têm uma associação. Então, iluminados pela palavra de Deus, eles percebem que precisam se organizar melhor. Então eles criam as associações, pra reivindicar direitos. Uma forma de estar correndo atrás das questões.” (Entrevista nº 11)

Dentre as várias comissões pastorais existentes no município, as mais citadas foram a Pastoral da Terra - CPT e a Pastoral da Criança. Essas são chamadas de “pastorais sociais”, pois transcendem a questões religiosas, envolvendo-se com questões sociais. A Pastoral da Criança trabalha com orientação e acompanhamento de mães sobre cuidados na alimentação e na saúde de seus filhos. Uma das atividades da CPT no município é a

aquisição e instalação de cisternas para abastecimento de água em residências rurais, cabendo a cada CEB a organização de mutirões para construção em sua respectiva localidade.

Os mutirões configuram-se prática comum no município de Ibiassucê, compondo mais uma prova do seu grau de organização e espírito coletivo. São atividades que objetivam a execução de projetos coletivos, a construção ou restauração de algum bem público ou o auxílio na produção agrícola, neste caso chamado de grupo de trabalho. Exemplo de projetos coletivos são as construções de cisternas e de casas populares. Com relação à construção ou restauração de bens coletivos, foram citadas as limpezas de poços para abastecimento de água e o conserto de estradas. Este último exemplo demonstra a tomada de iniciativa da comunidade quando o poder público municipal não executa suas funções, pois a atividade de manutenção de estrada é considerada como sua atribuição:

“À vezes tem conserto de estrada.(...) Esse ano mesmo, teve ocasião de nós trabalharmos dois dias com carreta de trator, braçal, carrinho, saco, tudo quanto é coisa. Pedimos ajuda da prefeitura nos tempos das águas, mas eles não prestaram não. Ficou de mandar caco de telha, de ficar juntando pra nós. Nós que fizemos o serviço. Nós mesmos! Pusemos o trator no serviço, juntou uns vinte homens na mão-de-obra.” (Entrevista nº 12)

“(...) Devia-se fazer uma estrada boa pra gente. Para, quando chegar o tempo bom na chuva, a gente não ficar sem ao menos transitar. Porque já teve época de a gente não poder passar nem de moto, nem um carro de boi, nada. Aí, os moradores daqui é que vai tapar buraco pra poder passar. Então a prefeitura é que tinha que tomar conta disso aí” (Entrevista nº 15)

Os grupos de trabalho visam possibilitar o manejo da produção agrícola dos membros da comunidade. A questão da reciprocidade, da ajuda mútua, é constatada nesses eventos, pois um agricultor beneficiado em sua roça com um grupo de trabalho irá trabalhar também na roça dos outros membros do grupo, quando for necessário:

“Há trabalho em grupo também, quando aperta, nos manejos de roça, a gente contribui um com outro. (...) O aperto é assim: vamos supor, se eu plantar uma roça de feijão. Então, essa roça amadurece de vez. É época de chuva. Quando amadurece, vão dois ou três

vizinhos ali: ‘Oh, vamos colher o feijão ali mais eu, meu feijão já secou. Se tomar uma chuva, vou perder’. Então, acontece aquilo, às vezes alguém plantou um mês adiante, ainda dá tempo de eu cair na roça do outro.” (Entrevista nº 12)

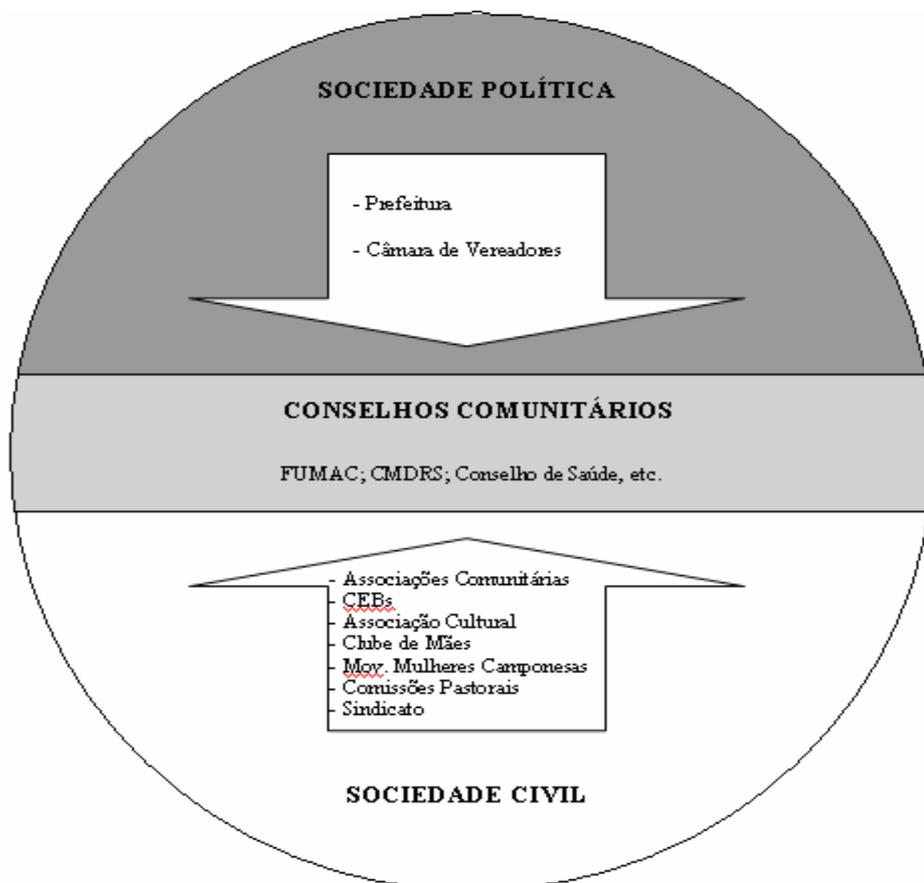
Além dos mutirões, outras iniciativas comunitárias de solidariedade social e ajuda mútua foram apresentadas nas entrevistas. Essas visam ajudar casos pontuais de extrema necessidade de um de seus membros. Dessa forma são organizadas “festinhas de leilão” para arrecadar recursos para ajudar alguém da localidade com problema de saúde e que precisa de tratamento. Com o mesmo objetivo, é comum a formação de grupos para coleta de dinheiro junto à comunidade.

Se a política oficial ainda é uma esfera distante da população, os cidadãos de Ibiassucê demonstram uma intensa atividade pública em suas localidades submunicipais. Existe uma cultura de organização e associação bem difundida. As questões e problemas coletivos mais próximos e corriqueiros são enfrentados mediante ações conjuntas em virtude do reconhecimento da necessidade de que todos são responsáveis pelo bem estar geral. As associações comunitárias e as CEBs são instituições tão importantes na vida local que seus membros dirigentes (os presidentes de associações e os conselheiros das CEBs) são citados por muitos como os principais representantes de interesses coletivos. Isso acaba por formar lideranças que vão ocupar posições importantes na esfera pública oficial. Prova disso é que dois dos políticos entrevistados começaram suas atividades públicas como conselheiros de CEBs.

Ibiassucê pode ser classificada como uma *comunidade semicívica*, em virtude de sua esfera pública ser caracterizada por uma elite historicamente oligárquica e uma sociedade civil organizada e participante das questões coletivas. As CEBs, juntamente com as associações comunitárias rurais, constituem os principais sistemas de participação cívica da comunidade de Ibiassucê. Além dessas, outras organizações, como as comissões pastorais, o Cube de Mães, o Movimento de Mulheres Camponesas e o Sindicato de Trabalhadores Rurais (este em menor escala) completam os sistemas de participação cívica que compõem uma sociedade civil organizada e envolvida com as questões coletivas. Os mutirões e as festinhas de leilão são exemplos recorrentes de regras de reciprocidade, que caracterizam o elevado grau de cooperação e de solidariedade existente na comunidade.

Fatores que permitem aferir altos estoques de capital social em um município inserido no semi-árido nordestino, mas que, nem por isso, deixou de buscar soluções que melhorassem sua qualidade de vida. O gráfico abaixo sintetiza a esfera pública local:

Gráfico 1: Esfera pública do Município de Ibiassucê



Como se pode ver, o Gráfico 1 apresenta uma relação de equilíbrio entre os componentes da esfera pública, na qual sociedades política e civil ocupam parcelas significativas da vida pública local. No centro, os conselhos comunitários configuram-se como fórum de interposição das duas partes.

3.2. SÃO MIGUEL DAS MATAS

3.2.1. Aspectos gerais

O Município de São Miguel das Matas está situado no Recôncavo Baiano, fazendo parte do Vale do Jiquiriçá, distando de Salvador 219Km ao Sul. De clima variando de úmido a subúmido e com boa disponibilidade de rios, água não é problema no Município. A densa mata atlântica da região acabou por inspirar o nome do município que, recentemente, vem apresentando um preocupante quadro de desmatamento em virtude da formação de pastos para criação de gado. Mesmo assim, o verde das matas, intercalado por algumas plantações de banana, mandioca e pasto, é a paisagem que se destaca quando se chega ao terreno acidentado, cercado de montanhas, do município.

O município tem mais de cem anos. Obteve sua emancipação do Município de Santo Antônio de Jesus em 1891. No entanto, sua existência como povoado é registrada desde o século XVI, quando foi fundada a Capela de São Miguel, onde se iniciou uma missão jesuíta junto a uma aldeia indígena habitante do local. Nos séculos XVIII e XIX, a então Aldeia de São Miguel foi palco de conflitos armados entre indígenas e colonos.

A população residente no município foi aferida pelo Censo Demográfico de 2000 em 10.001 habitantes, sendo que a população rural representa em torno de 72% do total. A taxa de mortalidade infantil é de 34,1 por mil nascimentos, e a expectativa de vida de 67,52 anos. O analfabetismo apresenta-se num percentual de 29,37% para as pessoas com idade acima de 15 anos (PNUD, 2003).

A economia do município é baseada na agricultura. Os produtos agrícolas mais produzidos são a mandioca e o cacau, este último sendo adotado recentemente como forma sustentavelmente econômica de amenizar o desmatamento que ocorrera na região. A pecuária também é praticada na região por médios proprietários rurais, que para região têm o *status* de fazendeiros, e constitui-se no principal fator de desmatamento no município.

A rodovia de acesso a São Miguel das Matas está em péssimo estado, apresentando asfalto irregular, com inúmeros buracos que forçavam freqüentemente os desvios dos veículos. Há pavimentação em toda a sede do município, que apresenta uma divisão entre uma zona mais antiga, formada por casas geminadas beirando a calçada, e outra mais nova que apresenta avenida larga, com canteiro central, e casas mais novas, cercadas com muros baixos. Já a zona rural, na parte onde foi visitada, não há pavimento nas estradas, mas as casas avistadas apresentam bom aspecto de conservação, a maioria construídas de alvenaria ou adobo.

A infra-estrutura de serviços é razoável para um município de pequeno porte. Apresenta um comércio variado, com farmácias, mercearias, supermercados, restaurantes, bares, duas pousadas e papelaria com acesso a computador e Internet. Há também um mercado público, além de dois armazéns atacadistas de produtos agrícolas. Já, acesso bancário só por meio de um caixa eletrônico do Banco do Brasil. Existe um clube social com boas instalações para prática de esporte, inclusive com uma piscina. Para o atendimento médico, há também uma policlínica particular, de propriedade do atual prefeito.

São Miguel da Matas caracteriza-se basicamente por pequenos proprietários rurais. Do total de 1.666 estabelecimentos rurais, em torno de 85% são terras próprias, sendo que a grande maioria, cerca de 86%, são propriedades com área de até vinte hectares. Com relação à estrutura fundiária, a Tabela 5 apresenta a situação no Município:

Tabela 5 - São Miguel das Matas - Número de estabelecimentos por grupos de área total e condição legal das terras

Grupos de área total	Condição legal das terras		Grupos de área total	
		Qtde		%
Total	Total	1.666	100%	100%
	Terras próprias	1.421	85,29%	
	Terras arrendadas	6	0,36%	
	Terras em parceria	138	8,28%	
	Terras ocupadas	101	6,06%	
Menos de 1 ha	Terras próprias	213	12,79%	15,67%
	Terras arrendadas	1	0,06%	
	Terras em parceria	25	1,50%	
	Terras ocupadas	22	1,32%	
1 a menos de 2 ha	Terras próprias	256	15,37%	19,75%
	Terras arrendadas	3	0,18%	
	Terras em parceria	40	2,40%	
	Terras ocupadas	30	1,80%	
2 a menos de 5 ha	Terras próprias	358	21,49%	26,71%
	Terras arrendadas	1	0,06%	
	Terras em parceria	52	3,12%	
	Terras ocupadas	34	2,04%	
5 a menos de 10 ha	Terras próprias	209	12,55%	14,11%
	Terras arrendadas	1	0,06%	
	Terras em parceria	17	1,02%	
	Terras ocupadas	8	0,48%	
10 a menos de 20 ha	Terras próprias	162	9,72%	10,14%
	Terras em parceria	3	0,18%	
	Terras ocupadas	4	0,24%	
20 a menos de 50 ha	Terras próprias	133	7,98%	8,10%
	Terras em parceria	1	0,06%	
	Terras ocupadas	1	0,06%	
50 a menos de 100 ha	Terras próprias	50	3,00%	3,00%
100 a menos de 200 ha	Terras próprias	27	1,62%	1,74%
	Terras ocupadas	2	0,12%	
200 a menos de 500 ha	Terras próprias	11	0,66%	0,66%
500 a menos de 1.000 ha	Terras próprias	2	0,12%	0,12%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/1996

3.2.2. Cultura política

Comportamento da elite

Em São Miguel das Matas, a esfera política municipal também apresenta um histórico de hegemonia de um determinado grupo político que gira em torno de uma família tradicional da região. Há cerca de 60 anos, esse grupo ocupa a Prefeitura, sendo que um de seus membros foi eleito prefeito por seis mandatos alternados, além de eleger seus sucessores. Constitui-se na principal liderança no município e o político que mais vezes exerceu o mandato de prefeito em um município brasileiro. O atual ocupante do cargo máximo municipal é filho de ex-prefeito e afilhado do principal líder político do município:

“(...) Eu entrei na política até por questões de família. Meu pai foi prefeito uma vez, meu padrinho foi prefeito seis vezes, meu tio foi prefeito, meu outro tio foi prefeito. Então eu diria que a família coordena a política de São Miguel há 60 anos, sempre tendo um certo político, que é Ademário, e como antes não tinha reeleição, era: Ademário, meu pai, depois Ademário, um tio, Ademário, outro tio. Até que Ademário, hoje com 76 anos praticamente, tá na política ainda.” (Entrevista nº 1)

Tal grupo representa o Partido da Frente Liberal no município. O principal grupo político de oposição, na verdade, é uma dissidência do grupo dominante, o qual ocupou a Prefeitura entre 1996 e 2000. O partido que representa esse grupo é o PP – Partido Progressista, aliado ao PFL no plano político estadual. Por isso, há depoimentos que reconhecem que ambos fazem parte do mesmo grupo, do mesmo “partido”, não havendo, portanto, uma real oposição no município:

“A política aqui é aquela política mesmo de cair na disputa entre dois partidos de direita, que é oposição aqui no município, mas, no estado, tá todo mundo junto” (Entrevista nº 4)

“A situação e a oposição é tudo do mesmo partido, tudo PFL. Teve o PP que agora é oposição, mas é do antigo grupo dominante. É oposição aqui dentro. Chega lá em Salvador é o mesmo. Então quase não existe oposição aqui em São Miguel.” (Entrevista nº 6)

Na última campanha municipal eleitoral, esses dois grupos voltaram a se unir e elegeram o atual prefeito. No entanto, um desentendimento entre o prefeito e o presidente da câmara (que é filiado ao PP) acabou por separá-los novamente. Restou, então, em torno

da candidatura de oposição, a união de vários partidos sem muita expressão política no âmbito municipal, que, apesar da expressiva votação, não conseguiu superar o grupo dominante.

Ao contrário de Ibiassucê, a vida política em São Miguel das Matas está longe de ser pacífica. Uma série de conflitos foi objeto de relato na visita de campo, indo desde a exaltação dos ânimos nos períodos de eleições, passando pelo antagonismo entre Prefeitura e Câmara de Vereadores e chegando a embates entre a Prefeitura e a sociedade civil organizada, da qual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais protagonizou importante papel de liderança. O período eleitoral é marcado por confrontos, xingamentos, ameaças, brigas. O desenrolar violento do confronto político não é fato incomum nesse período:

“O prefeito saiu ‘batendo’ em todo mundo pra votar nele, ameaçando. Chegou no dia da eleição, saiu gente com facão, tinha algumas pessoas na zona rural dando tiro, batendo nos outros.”
(Entrevista nº 2)

A compra de votos e a prestação de serviços individuais também foram práticas citadas nas entrevistas. Esta última, também chamada de favores pessoais, é uma prática assumida por um dos representantes políticos entrevistados, que a considera como inevitável em face da carência da população e do tamanho da cidade, que, por ser pequena, aumentaria os laços de amizade:

“(...) Uma cidade pequena não é igual a uma cidade grande. Aqui, o cara ali jogou bola comigo quando eu era pequeno, eu nasci e fui criado aqui, o cara é meu amigo, o cara passa fome ali e vem me procurar, o cara tá com coisa atrasada e vem procurar a Prefeitura (...) você é tio, é parente, é amigo, e você acaba se perturbando muito com essas coisas, até depois da campanha, essas coisas de clientelismo principalmente em cidades pequenas, ainda mais do Nordeste, é muito forte.” (Entrevista nº 1)

Relacionada especificamente ao processo eleitoral, a compra de votos de eleitores foi uma prática atribuída ao grupo político dirigente e denunciada por um membro da oposição. Na verdade, trata-se de um dissidente do grupo dominante que se sentiu traído pelo fato de o prefeito ter realizado campanha para outro candidato a vereador,

supostamente usando, para isso, a prática da compra de votos. Em sua declaração, percebe-se que o maior problema não foi a suposta compra de votos, mais sim o fato de ter sido usada contra sua campanha:

“(...) Eu fui eleito pelo PFL e saí do PFL porque esse prefeito daqui só quis me derrubar. Ele veio comprando voto pro povo não votar em mim e votar em outro vereador.” (Entrevista nº2)

Porém, não só o voto do eleitor se constitui objeto de barganha financeira. Numa das entrevistas, foi citada a suspeita, que corre no município, a respeito de um dos vereadores ter saído da oposição e passado a apoiar o prefeito graças a sua “generosidade” financeira:

“Das câmaras todas que passaram aqui, 80% fazia o jogo do prefeito. O que o prefeito queria era aprovado. Nessa gestão, a oposição estava com maioria. Já soube que teve um lá – mas não posso afirmar – que já se bandeou pro lado do prefeito. E quando puxa, a gente já sabe né. É o ‘mensalão’ lá [em Brasília] e, aqui [no município], o’ mensalinho’.” (Entrevista nº 6)

Além da questão da suposta compra de apoio de parlamentares municipais pelo prefeito municipal, o depoimento acima apresenta um fato novo a respeito da relação entre a Câmara de Vereadores e a Prefeitura: uma relação, que historicamente foi pautada pela subordinação do legislativo junto ao executivo, passa atualmente por uma fase conflituosa. A presidência da câmara é exercida, justamente, por aquele vereador dissidente do grupo dominante em virtude da “traição” por ele relatada. Conseqüentemente, o poder executivo municipal não consegue aprovar nenhum dos projetos de lei que envia. A gestão municipal é alvo de uma severa fiscalização sobre sua execução orçamentária, chegando mesmo a sofrer uma investigação por parte do Tribunal de Contas do Estado sobre denúncias de superfaturamento formalizadas pela Câmara de Vereadores. Em contrapartida, a Câmara carece de recursos financeiros em virtude do não repasse financeiro legal que deveria ser realizado pela Prefeitura.

O antagonismo entre a oposição da Câmara de Vereadores e a Prefeitura resultou numa aproximação entre a aquela e a sociedade civil. Com o intuito de enfraquecer o

prestígio político da situação e também de consolidar seu próprio espaço como opção de poder, a oposição oferece a Câmara de Vereadores como um porta-voz da comunidade, recebendo suas demandas e reclamações, cobrando e fiscalizando os serviços prestados pela Prefeitura. Pelo menos, essa é a opinião de um de seus membros:

“Tem umas questões aqui que o povo vem porque só o vereador resolve. O vereador cobra, o vereador fala. Nessa quinta-feira, vai está conseguindo a água pra algumas localidades que não a tinha em função do vereador. Se o vereador não tivesse em cima, nada tava acontecendo.” (Entrevista nº 2)

Contudo, o desempenho dos vereadores ainda não é considerado satisfatório por alguns entrevistados. Muitos dos membros do legislativo, uma vez eleitos, irão trabalhar segundo o princípio da gratidão eleitoral, ou seja, prestará algum serviço àqueles cidadãos ou àquelas comunidades onde obteve votos. Além disso, a despeito do reconhecimento da boa relação entre câmara e organizações da sociedade civil local, a atuação dos vereadores é considerada fraca:

“A gente tem uma relação muito boa com a Câmara, principalmente nessa eleição agora. Porque antes, na eleição anterior, era o mesmo prefeito e o presidente da Câmara era do grupo dele e, mesmo assim, ele fazia reunião e mandava convite, mas não saía disso. Hoje, como tem um presidente de câmara de oposição, a gente tá tentando levar a demanda pra ele, as denúncias, para ver se eles vão fazer. Mas a Câmara de Vereadores daqui também é muito devagar, não tem vereador atuante.” (Entrevista nº 4)

Na gestão municipal, o processo de tomada de decisão é assunto específico do primeiro escalão da Prefeitura. O atual prefeito exerce, concomitantemente ao seu mandato eletivo, a profissão de médico, em sua policlínica local. Por isso, há uma delegação quase total aos secretários municipais. O prefeito atuaria na coordenação dos trabalhos, tomando ciência das ações e dos rumos tomados por seus prepostos:

“Cada secretário tem sua autonomia, é lógico que tem decisões que tem que passar por mim. Mas, de maneira geral, o secretário tem sua autonomia pra decidir sobre o que fazer. Eu sou um fiscalizador, eu estou sempre atento nas obras da Prefeitura que estão sendo feitas.” (Entrevista nº 1)

Não foram constatados canais de participação da comunidade na gestão municipal além dos conselhos municipais, estes existentes não por iniciativa da administração local, mas por exigência dos entes federados superiores, Estado e União. Não há incentivo, por parte do poder político local, para uma maior presença da população nos assuntos do município. Ao contrário, mesmo naquelas esferas legais de participação da sociedade civil – no caso, os conselhos – a atitude do grupo político dominante é fazer manobras que possibilitem seu controle sobre as atividades e as deliberações.

Outros indícios demonstram a postura não-democrática do grupo dominante. Historicamente, esse grupo se mostrou avesso às movimentações organizativas da sociedade civil que, primeiramente, foram lideradas pela Igreja Católica e, atualmente, são protagonizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A atitude do grupo político em relação a tais movimentos foi caracterizada como de perseguição e repressão, as quais assumiram uma forma mais ostensiva no regime militar, cuja instauração apoiou desde o início. Assim, denunciavam os movimentos populares como “subversivos” e “comunistas”, acionando a polícia e o exército para reprimi-los. Mais do que por uma questão ideológica, a perseguição efetuada pelo grupo político visava frear a formação de novas lideranças que pudessem por em risco sua posição hegemônica local:

“Todo lugar pequeno no nosso meio rural é assim: o líder tem medo de perder sua posição, ele não quer que surjam líderes. E um movimento desse desperta liderança, acorda a gente para essa coisa. Então, eles têm medo de qualquer liderança que surja.”
(Entrevista nº 7)

Foi percebida, em entrevistas com um dos membros do grupo dirigente, a interpretação de qualquer atitude de contestação como oposição política, ou seja, atitudes e manifestações que contrariem suas ações são compreendidas como atividades que visam a promoção político-eleitoral de seus atores. Como exemplo, as ações reivindicatórias executadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais são tidas como “políticas”, isto é, fruto de um posicionamento partidário oposto ao da gestão municipal:

“(...) O sindicato dos trabalhadores rurais não tem nenhum diálogo com o prefeito por questões políticas. Eu desafio ele me envolver em algum problema de esfera administrativa, a não ser de esfera política.” (Entrevista nº 1)

As atitudes e posicionamentos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que serão mais bem analisadas adiante, contrariamente ao que foi relatado acima, caracterizam-se por uma intencional desvinculação partidária. O que se verificou foi uma cobrança por parte de sindicato e das associações comunitárias por uma priorização das políticas de apoio aos trabalhadores rurais. Apesar de a maioria da população viver na zona rural e trabalhar no setor primário da economia, a Prefeitura não conta com uma secretaria de agricultura. Além disso, as prioridades da gestão municipal manifestadas foram saúde e educação. A questão da agropecuária nem foi citada.

A “briga” maior entre Sindicato e Prefeitura diz respeito ao projeto de construção de uma usina de farinha para os agricultores familiares. Essa usina atenderia todo o município no beneficiamento da mandioca, na embalagem e rotulagem de seus derivados, propiciando agregação de valor e aumento da renda dos produtores que dependiam dos donos de armazém (ou atravessadores, como são chamados) para escoarem sua produção. Por meio do programa Pronaf Infra-estrutura do Governo Federal, seriam obtidos os recursos para a construção da usina e para a compra de um caminhão para o transporte da produção. Para o projeto ser aprovado, foi necessária a constituição do Conselho de Desenvolvimento Rural, formado basicamente pelo sindicato, pelas associações e pela Prefeitura. A usina seria o ponto de partida para a formação de uma cooperativa municipal de agricultores familiares. Esse caso foi narrado em três entrevistas (Entrevistas nºs 2, 4 e 6), mas o relato abaixo retrata bem a questão:

“A gente fez esse projeto pra que a gente pudesse colocar uma usina de beneficiamento da farinha. Aí, a usina teria que ter um caminhão e o dinheiro que sobrou a gente fez duas casas de farinha e um sistema de água. (...) a farinha era pega na casa do produtor, era levada pra usina pra fazer o processo de industrialização. Essa farinha ia sair com uma marca e era vendida no mercado. Os atravessadores tão pagando aqui hoje na farinha R\$ 0.70 o quilo. Essa farinha, lá no mercado, no mínimo, seria vendida a R\$ 1,00. O agricultor se mata de trabalhar na roça pra chegar, na hora de ganhar dinheiro, dá a um atravessador. (...) a gente conseguiu até

montar uma cooperativa e o objetivo dessa cooperativa era administrar essa usina, porque ela tem um poder de venda. Não precisaria mais de atravessador.” (Entrevista nº 4)

No entanto, apesar de os recursos necessários para a execução do projeto terem sido disponibilizados integralmente, os bens obtidos tiveram uso diverso do que foi planejado. Os bens adquiridos ficaram sob a tutela da Prefeitura que, unilateralmente, transformou o que era para ser a usina em mais uma casa de farinha, pois os equipamentos de embalagem e rotulagem dos produtos não foram instalados. Além disso, o caminhão que serviria para transporte da produção estava sendo utilizado para transportar estudantes. Mais do que uma simples questão de prioridade administrativa, tal atitude da Prefeitura consistiu num ato deliberado com o intuito de impedir a consolidação da cooperativa de agricultores, que, caso se concretizasse, praticamente arruinaria os negócios dos donos de armazéns, tidos como importantes financiadores da campanha eleitoral do atual prefeito, sendo um deles, aliás, seu irmão.

“(…) essa é a grande briga que a gente tem com a Prefeitura, porque a gente fez esse projeto, fomos contemplados e, quando o caminhão chega, o prefeito passa mão e hoje tá servindo pra carregar estudante. Nas casas de farinha, não colocaram os fornos. (...) Hoje tem no município alguns atravessadores que, praticamente, são os que bancam a política desses homens aí. Então, eles fazem de tudo pra esses caras não serem atingidos.” (Entrevista nº 4)

“(…) Tem o caminhão que foi adquirido para os produtores rurais, foi adquirido pelo Pronaf e o prefeito toma esse caminhão para os trabalhos da Prefeitura, nunca foi usado para os agricultores. E fez também um projeto, entre 98 e 2002, de uma indústria de beneficiamento de farinha, que esse caminhão era pra pegar os produtos na zona rural e chegar até lá, empacotar e levar ao mercado. (...) Ele pegou e montou uma casa de farinha só pro pessoal do grupo dele, aqui na sede do município. Era pra ser uma empacotadeira, um galpão. O prefeito procurou enterrar, fazer o que ele quisesse.” (Entrevista nº 6)

Nota-se claramente a existência de um conflito de interesses no município: de um lado os trabalhadores rurais, representados pelo sindicato e pelas associações, que buscam abreviar etapas e intermediários entre o processo de produção e comercialização de seus produtos, visando um incremento em suas rendas; de outro, os empresários de armazéns,

apoiados e protegidos pelo grupo político que comanda a gestão municipal, os quais desejam manter a atual estrutura de distribuição da produção agrícola no município, pois monopolizam o mercado atacadista local.

Junto aos donos de armazéns, os fazendeiros compõem o público prioritário da gestão municipal. Um fato que evidencia isso é o tratamento desigual que a Prefeitura tem com relação às estradas na zona rural, onde há uma manutenção permanente das estradas que passam pelas propriedades de fazendeiros, em detrimento das localidades onde predominam os agricultores familiares, que reclamam do mau estado de conservação das vias públicas:

“(...) Ele [o prefeito] tem que zelar por todos. Mas ele zela um, em lugar dos miúdos! (...) Onde tem fazendeiro, as estradas vivem zeladas, têm calçado bom. Lá pra casa, já era! Tem cada buraco que cabe um carro dentro. O prefeito não se importa.” (Entrevista nº 11)

O vínculo do grupo político dominante com os fazendeiros locais é antigo. Num dos depoimentos colhidos (Entrevista nº 7), foi relatada essa união, já na década de sessenta, para contrapor e reprimir os movimentos da sociedade civil, na época, liderados pela Igreja Católica, que apoiava a formação de um sindicato dos trabalhadores rurais.

Comportamento da massa

A questão do clientelismo está presente na relação entre políticos e cidadãos no município de São Miguel das Matas. Trata-se de uma relação de determinância recíproca, pois depende da atitude de oferecer benesses da parte do “patrão” e da atitude de aceitá-la em troca de fidelidade eleitoral da parte dos “clientes”. Apesar de esse tipo de relação não poder ser generalizada para toda a comunidade local, ela garante uma boa fatia dos votos em uma campanha eleitoral, sendo considerada por alguns políticos como prática inevitável, uma vez que poderá ser o fator diferencial numa disputa eleitoral, deixando em desvantagem aquele que se negou a usar esse instrumento. Os “clientes”, portanto, consistem numa parcela do eleitorado, formada predominantemente de pessoas da baixa renda. Nesse sentido, a carência dessas pessoas é o principal fator da permanência de tais práticas.

No entanto, as motivações para escolha do candidato são variadas. Na maior parte das entrevistas com os membros da comunidade, foi constatada a preocupação com a melhoria do bem-estar coletivo. Buscam, dessa maneira, escolher aqueles candidatos que se comprometam em trazer algum benefício para a região. Um outro fator interessante citado por um dos entrevistados é a questão da tradição, do costume, puro hábito de votar sempre no mesmo partido, no mesmo grupo político, sem mostrar nenhum vínculo de lealdade ou dever de gratidão para com esse grupo:

"Eu sempre votei 25 [PFL]. Toda eleição é 25, 25, 25. Desde que venho votando, eu só voto no 25. Meu caso é assim, eu não gosto de mentira. Eu sei que o 25 não dá nada pra ninguém, mas eu acostumei." (Entrevista nº 10)

Uma outra questão que merece ser mencionada é o fato de o voto eletrônico desmotivar a participação eleitoral de pessoas que não têm aptidão com informática. No caso constatado, o entrevistado manifesta interesse em votar, em procurar mudar a composição política local em prol de uma suposta melhoria para a comunidade, mas, após atingir a idade em que o voto é facultativo, não vota por não saber utilizar a urna eletrônica:

"(...) se é comigo, eu não tenho leitura não, eu não voto por causa disso, já tenho 70 anos, mas se a gente saltasse [mudasse o voto] ia melhorar.(...) Agora ficou mais difícil. Mudou de sistema e não sei votar mais não. É o mesmo tipo de caixa eletrônico, quando eu fui bater lá e não deu, até o cartão ficou lá pregado." (Entrevista nº 11)

Boa parte do contato entre cidadão e poder público municipal, seja na Prefeitura ou na Câmara de Vereadores, é pautada por demandas individuais. Na Prefeitura, onde se reserva um dia da semana para o atendimento da população, os pedidos individuais predominam:

"Nós temos um atendimento ao público na quinta-feira à tarde. Chegam demandas horríveis lá, pedidos individuais, coletivos muito poucos." (Entrevista nº 1)

Os vereadores também não escapam dos pedidos individuais de membros da comunidade. A natureza desses pedidos é variada. Foram citados materiais de construção, carregamentos de areia, mas a maioria dos pedidos é referente à questão de assistência médica, como remédios e transporte médico. O vereador acaba exercendo a função de intermediário nos serviços de saúde, seja na interlocução com os agentes públicos de saúde, seja como transportador de pacientes para a policlínica local ou hospitais em outras cidades. Isso ocorre, inclusive, pela falta de um serviço de ambulância eficiente para a população da zona rural:

"(...) Têm só duas ambulâncias e eu falei que quando precisa tá sempre ocupada. Quando a gente precisa de uma, geralmente, é um carro de vereador, que vira uma ambulância particular. Porque o pessoal quando é eleito a vereador, o carro dele (pelo menos a gente botou esse mal costume) era pra levar os doentes pra cidade. E, de vez em quando, ainda reivindica pra levar pra Salvador."
(Entrevista nº 6)

Mas a relação entre comunidade e representantes políticos locais não se resume apenas na troca de favores nesse município. As sessões da Câmara de Vereadores, freqüentemente, apresenta uma boa participação da comunidade, geralmente, quando há algum tema polêmico ou de grande relevância a ser tratado. Foram detectadas fortes experiências reivindicatórias da comunidade, além de o município ter sido palco de grandes mobilizações nas décadas de cinquenta e sessenta lideradas pela Igreja Católica.

Um dos grandes movimentos reivindicatórios ocorreu na Câmara de Vereadores, quando estava para ser votada a privatização da EMBASA, empresa de saneamento local. No dia em que ocorreria a sessão para aprovar a privatização, houve um movimento articulado entre Igreja Católica, associações comunitárias e sindicato, levando um grande número de pessoas para dentro da Câmara que pressionou os vereadores a tirarem o item da pauta. O que se constata é que a comunidade local, quando informada, está disposta a participar das decisões políticas. É justamente a falta de informação, de chamamento para as deliberações, que impede um maior envolvimento da população.

"Se fosse divulgado o que estava sendo votado, a gente tinha interesse em participar.(...) Quando o povo soube, se manifestou. O povo quer participar. Mas eles não passam nada!" (Entrevista nº 6)

Uma outra manifestação importante foi a ocupação da Prefeitura feita por agricultores familiares em 1998 relacionada com o projeto de construção da usina de farinha para os produtores de mandioca do município. Prestes a vencer o prazo para assinatura do convênio com o Governo Federal, o prefeito viajara para Salvador. Então, os agricultores, liderados pelo sindicato, ocuparam a sede da Prefeitura, fazendo o prefeito retornar para a cidade e assinar o convênio. É de se notar que esse fato acaba por corroborar o desinteresse dos detentores do poder público municipal pela construção da usina de farinha. Desde o início, os agricultores tiveram grande dificuldade em levar adiante esse projeto.

"(...) me falaram que só tinha aquela semana. Se o prefeito não assinasse aquele projeto, a gente ia perder(...) Aí, de imediato, a gente se mobilizou e colocamos cento e cinquenta pessoas dentro da Prefeitura. O prefeito tava em Salvador.(...) A gente ficou até umas quatro horas da tarde dentro da Prefeitura e, no dia seguinte, formou-se uma comissão pra negociar e o prefeito assinou quando veio de Salvador." (Entrevista nº 4)

Experiências organizativas e atitudes comunitárias de solidariedade social

Essas manifestações não são fatos ocasionais. Existe um histórico de mobilização e organização comunitária que, pelo que se pôde constatar, inicia-se na década de cinquenta com o movimento da Ação Católica chamado JAC – Juventude Agrária Católica, em que a Paróquia de São Miguel das Matas figura entre as pioneiras no país. Inspirada pela Teologia da Libertação, procurava organizar a população rural por meio de uma liturgia cristã relacionada à realidade socioeconômica local. Formavam-se lideranças que se incumbiam de organizar grupos em suas comunidades.

Um dos grandes reflexos desse trabalho da Igreja Católica, uma vez que visava a mobilização e a organização da juventude no meio rural, foi o engajamento dos jovens não somente para as questões religiosas como também para a sua realidade social. Começaram a se formar lideranças de expressão regional, num processo que culminou com a fundação

do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cujo incentivo e apoio da Igreja foi fundamental para sua consecução.

O sucesso desse movimento, no entanto, não agradou os detentores tradicionais do poder político local. O processo de organização popular e de surgimento de novas lideranças fora considerado uma ameaça à posição hegemônica dos líderes tradicionais, acostumados a serem o único referencial de influência junto à comunidade. Com o golpe de 1964, obtiveram apoio dos militares para reprimir o movimento. Utilizavam a polícia e até o Exército para intimidar ou proibir as atividades da JAC.

“Como se tratava de um movimento que acordava a consciência da nossa juventude,(...) então tinham medo de surgirem lideranças, tinham medo dessas pessoas terem esclarecimentos, acostumados a ter o seu grupo dominado pelo cabresto. (...) quando estourou a revolução, eles ficaram do lado da revolução, é lógico, e se tornaram os grandes salvadores da pátria, e aí acusaram muito o movimento da JAC: que era subversivo, que era comunismo disfarçado, essas coisas todas.” (Entrevista nº 7)

Apesar da repressão, a comunidade procurou resistir e continuar com as atividades da JAC. Um bom exemplo disso era um evento chamado de “Festa do Agricultor”, organizado pelo movimento *jacista* objetivando conscientizar o agricultor para o seu papel como cidadão e de sua importância como homem do campo. A festa ficou conhecida por todo o Estado da Bahia e reunia em torno de cinco mil pessoas, quando era mostrada a produção dos agricultores, as técnicas que resultaram no alcance dessa produção, além de serem feitas apresentações culturais. A festa foi denunciada e chegou a ser proibida pelo Exército, mas, pela interferência do pároco local, acabou sendo liberada:

“(...) eu fui lá, discuti, briguei e consegui autorização e fizemos a festa. Veio representante do exército fiscalizar e voltou entusiasmado. Então ele filmou e passou lá no comando (...). Era uma luta, nós lutamos contra os poderes constituídos, mas tínhamos coragem, e a juventude tem coragem. Inclusive no dia dessa festa,(...) havia ameaças, se houvesse a festa a cidade seria bombardeada. E as cinco ou seis mil pessoas desfilarão: ‘nós não sairemos, morreremos juntos, nós não desistiremos’.” (Entrevista nº 7)

É nítido o protagonismo do pároco local junto ao movimento da JAC. É com ele que o movimento nasce e é com seu apoio que os jovens da época conseguiram enfrentar a repressão local e federal. Não há dúvida de que um passado de organização, mobilização e enfrentamento dos poderes constituídos como o apresentado por essa comunidade terá criado uma cultura de maior reivindicação e envolvimento com as questões coletivas. Com a substituição do pároco e a contínua pressão exercida pelo grupo dirigente, a JAC acabou perdendo a força de mobilização dos primeiros dez anos. Contudo, a partir da década de setenta, vão surgindo as Comunidades Eclesiais de Base e, em São Miguel das Matas, elas encontraram terreno fértil para seu desenvolvimento. Nas palavras de um entrevistado: “*o movimento eclesial de base é filho legítimo do movimento jacista.*” (Entrevista nº 7)

Em São Miguel das Matas, existem dezenove Comunidades Eclesiais de Base, três na sede e dezesseis na zona rural. Cada comunidade tem um conselho responsável pela coordenação de suas atividades, pela celebração de cultos, realização de leilões, arrecadação de donativos, entre outros. Também participam de eventos dos trabalhadores rurais, como o 1º de maio e o Grito dos Excluídos. Os cultos ocorrem todos os domingos e sem a presença do padre. Ressalta-se que a paróquia de São Miguel das Matas ficou os últimos dois anos sem um padre, justamente em virtude dos conflitos entre Igreja e grupo político local. Como citado por alguns depoentes, foi justamente a organização da Paróquia em CEBs que conseguiu manter as atividades religiosas mesmo com a ausência de um pároco.

Outros movimentos organizados pela Igreja foram citados, como o Conselho de Administração Paroquial, que é um grupo de voluntários da comunidade que se incumbem de realizar eventos, as comissões pastorais, das quais as mais citadas foram a da Criança, a da Família e a da Juventude. Hoje em dia, a atuação desses movimentos da Igreja não apresenta tanto envolvimento com as questões de mobilização e reivindicação popular como no passado. Isso se deve, entre muitos fatores, à expansão de outras seitas e de outros movimentos advindos da própria Igreja Católica e, também, à institucionalização de outras formas de organizações populares como as associações comunitárias e, principalmente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que se inseriram nesse espaço, antes ocupado unicamente pelos movimentos da Igreja.

A formação de associações comunitárias se iniciou em meados da década de noventa no município, sendo o principal fator motivador a busca de determinados serviços ou bens públicos para suas respectivas comunidades. Energia elétrica, casas de farinha, abastecimento de água e crédito agrícola são os exemplos mais citados. Para boa parte dos entrevistados, as associações comunitárias exercem um papel muito importante na busca de benefícios para a coletividade. O grau de organização e de diversificação das atividades é bem variado. Algumas só foram instituídas para conseguir um determinado benefício e, portanto, só existem no papel. Outras focalizam certas atividades específicas, como administração das casas de farinha ou elaboração de projetos para financiamento agrícola. Existem também algumas que atingiram um alto grau de organização e de diversificação das atividades, trabalhando, além das questões de busca de bens e serviços públicos, com beneficiamento e distribuição da produção e defesa do meio ambiente. Essa variação da questão do associativismo entre as comunidades rurais de São Miguel das Matas é bem retratada pelos dois depoimentos seguintes, oriundos de pessoas integrantes de duas associações distintas. O primeiro demonstra as dificuldades em se obter a participação e o envolvimento da população, enquanto o segundo demonstra o inverso, inclusive, com o estabelecimento de mecanismos para garantir a participação dos associados:

“[A associação] tá dando certo, mas dificuldades têm. A maior dificuldade é a pessoa não aceitar as propostas, acha que não dá certo e aí começa a cobrar do presidente que essa associação não deu nada e o povo acaba desanimando. (...) mas em outras comunidades a associação tá indo em frente, porque o povo tá aceitando, tomando conhecimento do que é associação” (Entrevista nº 13)

“Sim [o povo costuma ir às reuniões]. Inclusive, tem no estatuto da associação: se a pessoa perder três reuniões consecutivas, ela pode ser notificada e depois até perder o direito de ser associado. Se ele perder três reuniões consecutivas, ele tem que justificar o porquê, senão ele pode ser excluído.” (Entrevista nº 6)

Esta última citação refere-se à Associação Comunitária Rural de Sucupira, que merece alguns comentários por ter sido mencionada, recorrentemente, pelos entrevistados e também pelo fato de os líderes comunitários entrevistados serem integrantes de sua

diretoria. Trata-se de um exemplo de associação envolvida com uma diversidade de tarefas. Seu surgimento ocorreu da organização de um grupo de moradores que reivindicava alguns benefícios para a comunidade, como energia elétrica, construção de estradas e água encanada. Atualmente, além da busca de bens públicos para a região, essa associação exerce atividades relacionadas à conservação do meio ambiente, como palestras de conscientização ecológica, programas de reflorestamento e preservação das nascentes de rios. Tem uma forte atuação na área econômica, gerenciando uma casa de farinha, produzindo derivados da mandioca. Está, inclusive, na fase final de um projeto audacioso de rotulagem de seus produtos, o que permitirá sua distribuição diretamente ao mercado consumidor, eliminando a dependência em relação aos atravessadores, buscando, por conta própria, o incremento do processo de produção e distribuição que não foi conseguido pelo projeto da usina de farinha.

A Associação busca fazer uma série de parcerias com diversas instituições, como Sindicato dos Trabalhadores Rurais, EBDA (órgão estadual de extensão rural), SEBRAE e Prefeitura Municipal, mantendo, no entanto, sua autonomia em relação a qualquer uma dessas entidades. Constatou-se a preocupação de seus membros em não envolver a Associação com política partidária, precaução surgida da própria experiência associativa que enfrentou problemas no início de suas atividades:

“(...) A Associação, por exemplo, não é partidária. O nosso lema na associação é não ser partidário. Cada um faz a política que bem interessar em particular. Agora, dentro da Associação, nosso lema é esse, não importa de onde venha. (...) Na verdade, quando ela começou, tinha a política partidária e não funcionou. O que mais desmotivou a gente foi isso, foi a política partidária. (...) a gente procura fazer parceria com qualquer um que se disponha a nos ajudar.” (Entrevista nº 6)

São Miguel das Matas apresenta uma relativa diversificação na questão do associativismo. Além das associações comunitárias, outros tipos de organizações associativas foram verificados no município, uma de natureza esportiva – a Liga Desportiva de Futebol, outra que gerencia uma rádio comunitária – a Associação Cultural Esportiva e Educacional. Existe também uma associação comercial que organiza, em conjunto com os produtores rurais, os dias de feira na cidade. Vale ressaltar a formação da

cooperativa de agricultores familiares que seria responsável pelo beneficiamento e distribuição dos derivados da mandioca, cuja consolidação foi impedida pela ação da Prefeitura, conforme caso já relatado.

A comunidade de São Miguel das Matas também apresentou atitudes de solidariedade social, a maioria consistindo em mutirões. Um exemplo de mutirão muito freqüente é o organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais em conjunto com as associações comunitárias para atividades de reflorestamento das nascentes e margens de rios. Também são comuns os mutirões realizados pela comunidade para construção de casas.

Outra prática realizada nas localidades é a organização de listas de ajuda, que consistem em colher ajuda financeira dentre os membros da comunidade para ajudar alguém com algum problema ou necessidade específica. Pelo depoimento seguinte, essa prática é constatada, além de apontar para o grau de iniciativa e autonomia comunitária em relação ao poder público para resolver certas questões:

“Tem alguns problemas aqui. Por exemplo, tem uma família que está em dificuldade: aí, a gente reúne as pessoas e dá uma pequena ajuda, mas a gente ajuda, não precisa procurar prefeito. Tem alguém que tá precisando de uma viagem: a gente faz a lista, a gente arruma o dinheiro e dá pra essa pessoa pagar passagem e comprar remédio. Aí, a gente ajuda, né?” (Entrevista nº 13)

Movimento sindical

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel das Matas foi fundado na década de sessenta com o apoio da Igreja Católica, por meio do movimento *jacista*. O regime militar, motivado pelas denúncias e perseguições dos fazendeiros e chefes políticos locais, acabou determinando sua extinção, chegando mesmo a prender alguns dos líderes sindicais. A fundação do Sindicato foi um dos maiores motivos de conflito entre o movimento da Ação Católica e os chefes políticos locais:

“(...) foi aí que começou o maior barulho: o sindicato rural pra eles era um absurdo. Nós temos, na região Leste da paróquia aqui, as

maiores fazendas, terras boas, fazendeiros ricos no passado. E eles ficaram muito unidos, com medo, porque o sindicato, na mentalidade da época, era um meio de unir o povo pra tomar terras dos fazendeiros, e eles queriam ver o satanás e não queriam ouvir a palavra 'sindicato'." (Entrevista nº 7)

Somente no final da década de setenta é que o Sindicato voltou a funcionar. Atualmente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais conta com cerca de quatro mil e quinhentos sócios. Levando em conta que a população rural no Município está na faixa dos sete mil e duzentos habitantes, tem-se um grau de sindicalização acima de 60%, o que é bastante alto, considerando-se que nem todos os habitantes da zona rural se enquadram na categoria de “trabalhador rural”.

Cada diretoria tem um mandato de quatro anos, sendo que o atual presidente está em seu segundo mandato consecutivo. Dos processos eletivos para sua diretoria, somente o último apresentou mais de uma chapa, devido a uma dissidência da diretoria anterior. O processo decisório ocorre mediante reuniões de diretoria e assembléias gerais. As primeiras ocorrem de dois em dois meses para tratar das atividades cotidianas do Sindicato. As segundas são realizadas para resolverem questões mais decisivas e importantes da categoria, ocorrem duas ou três vezes ao ano, apesar de o estatuto prever apenas uma anual para prestação de contas. As assembléias costumam apresentar um quórum de cerca de 50% dos sócios em dia com as mensalidades do Sindicato, que correspondem à cerca de trezentos filiados.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais apresenta um leque bastante amplo de atividades, desde suas funções básicas de defesa dos direitos do trabalhador até atividades de preservação do meio ambiente. As principais atividades são as relativas à previdência social, elaboração de projetos de financiamento agrícola, capacitação nas áreas de agricultura e ecologia, além de serviços de saúde para o filiado. Na área de meio ambiente, estabelece uma série de parcerias com as associações comunitárias e outras entidades como o GAMBÁ – Grupo Ambiental da Bahia, realizando palestras, cursos e mutirões de reflorestamento. Realiza também parcerias com a EBDA e a CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, a fim de realizar capacitações sobre manejo de culturas. Busca também articulação com os sindicatos dos municípios vizinhos com o

intuito de mobilizar a categoria para determinadas questões geralmente relacionadas com o desenvolvimento de processos produtivos sustentáveis na zona rural.

Junta-se a essas atividades a mobilização comunitária que o Sindicato realiza para reivindicar direitos e benefícios junto ao poder público. O empenho pela construção do projeto da usina de beneficiamento da mandioca e os conflitos assumidos contra a Prefeitura, já relatados anteriormente, constituem os casos mais exemplares. Desempenha um papel muito importante na organização comunitária, chegando a ponto de liderar a formação de uma cooperativa de produtores de mandioca.

O Sindicato está envolvido freqüentemente em conflitos com os chefes políticos locais. Esse antagonismo é reconhecido pelos dois lados, como corroboram os seguintes depoimentos:

“É péssima a relação do Sindicato e da Prefeitura. A gente tentou de todas as forma, algumas vezes, buscar aproximação, a gente se reunia direto, elaborava projeto, só que hoje o prefeito não responde mais a gente, não. Quando a gente chega na reunião com eles é pipocando.” (Entrevista nº 4)

“[A relação] não é boa aqui em São Miguel. Tentei de todos os modos pra que tivéssemos uma relação boa, mas o presidente não nos dá espaço. (...) Sempre foi uma relação conflituosa. Porque, antes da minha gestão, basicamente era a Igreja que complicava o Sindicato (...) a gente tinha uma rixa muito grande e isso acaba passando pras gerações.” (Entrevista nº 1)

Em virtude desses conflitos, o Sindicato é acusado pelo grupo político dominante de promover os confrontos contra a Prefeitura motivado por interesses político-partidários. No entanto, o que se constatou foi o profundo envolvimento do Sindicato com as questões coletivas do Município, principalmente, aquelas se relacionam com a defesa de interesses dos trabalhadores rurais. Além disso, há uma preocupação manifesta de não envolvimento com política partidária. Não se nega o Sindicato como ator político, inserido com as questões públicas, mas não a ponto de se alinhar a determinado partido ou grupo político com intuito eleitoral:

“(...) a política partidária não pode fazer parte da política sindical. A gente tem que tá enfrentando os políticos, tem que tá batendo de frente, tem que tá reivindicando, (...) tem que tá envolvido direto com isso, tá junto com o movimento social. Mas tá junto com movimento político-partidário eu sou contra.” (Entrevista nº 4)

Na esfera pública municipal de São Miguel das Matas, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais protagoniza as manifestações populares na busca por benefícios coletivos e por maior participação no processo decisório. Demonstra um alto nível de autonomia no desempenho de suas ações, mantendo distância do processo político-partidário. Essa luta por maior participação na esfera pública acaba por gerar um clima de tensão entre comunidade e poder público local, fato que se torna evidente em alguns conselhos comunitários, como será visto a seguir.

Conselhos Comunitários

O período da visita realizada no Município de São Miguel das Matas coincidiu com uma reunião do Conselho de Educação, o que constituiu uma oportunidade para observar a dinâmica da reunião e também para entrevistar um de seus integrantes. Esse conselho é composto por nove representações assim distribuídas: três representantes da Secretaria Municipal de Educação; dois representantes dos professores; dois representantes dos funcionários da rede municipal de educação; uma representação dos pais de estudantes; e uma das associações. O mandato dos membros é de dois anos, sendo que o estatuto estabelece uma continuidade de 25% dos integrantes para o mandato posterior. As reuniões ordinárias acontecem mensalmente, na primeira semana de cada mês.

A reunião presenciada visava a elaboração de um novo estatuto único para as unidades de ensino municipal. Havia em torno de dez pessoas na reunião, sendo duas delas funcionárias do Governo Estadual incumbidas de orientar os municípios na elaboração desse estatuto. Basicamente, a reunião se resumiu numa leitura da minuta do estatuto, cuja conclusão e aprovação ficou marcada para uma reunião extraordinária que ocorreria na semana seguinte.

Os participantes estavam dispostos numa distribuição circular, a grande maioria composta por mulheres, e somente um integrante do sexo masculino, que é o representante das associações e o presidente do Conselho. A reunião foi bem participativa, com falas registradas de todos os participantes, dentre os quais, quem mais exerceu o direito de voz foram o representante das associações e as funcionárias do Governo Estadual, justamente por serem as orientadoras do processo de elaboração do estatuto. A reunião foi bastante tranqüila, não apresentando polêmicas ou conflitos aparentes e, por si só, não serve para demonstrar as reais tensões ente sociedade civil e poder público municipal.

Essas tensões somente aparecem em fóruns em que os conflitos de interesses e a animosidade entre Sindicato e Prefeitura são evidentes. Os Conselhos de Saúde, de Desenvolvimento Rural Sustentável, além do CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural, são aqueles em que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais possui representação e são, justamente, nesses fóruns colegiados que se constata conflitos. Pelo que foi apurado nos depoimentos, esses conflitos ocorrem por dois fatores principais: a constante ingerência dos detentores do mandato executivo nos conselhos, de forma a garantir maioria e evitar contestações para, dessa maneira, conseguir aprovar as deliberações segundo suas diretrizes; e, por outro lado, o Sindicato liderando as mobilizações da sociedade civil a fim de conseguir voz nesses fóruns, para que sejam realmente participativos e propícios à defesa dos interesses coletivos.

Vários relatos obtidos descrevem as ações da Prefeitura a fim de manter o controle sobre os conselhos comunitários, geralmente interferindo nas indicações dos representantes ou garantindo maior número de cadeiras ao poder executivo municipal. Dessa forma, consegue que os assuntos que entram em discussão sejam aprovados favoravelmente a seus interesses.

“Os conselhos que têm aqui a maioria é tudo do prefeito. O prefeito já bota aqueles que são mais puxa saco pra poder ter maioria. Eu faço parte de um conselho, mas a maioria é ele que comanda”
(Entrevista nº 2)

Na ocasião em que essas investidas não democráticas dentro dos conselhos encontram a resistência de entidades ou lideranças que buscam, justamente, uma fatia do

poder decisório, obviamente, conflitos ocorrerão. É o caso do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS. Pode-se dizer que esse conselho foi formado devido às ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, uma vez que sua instituição era uma exigência do Governo Federal para que o Município recebesse os recursos para a construção da usina de farinha, cujo projeto foi de iniciativa do Sindicato. Em uma das reuniões do Conselho (ocorrida uma semana antes da visita ao Município), a Prefeitura tentou aprovar um regimento único para as casas de farinha que, entre outras coisas, exigia do agricultor uma parte da produção de farinha como contrapartida pela utilização das instalações. O presidente do Sindicato conseguiu, juntamente com os representantes das associações comunitárias, impedir a aprovação do regimento alegando que havia, primeiramente, a necessidade de estruturar e fazer funcionar o próprio Conselho.

Mas o melhor caso que evidencia a tensão entre poder político e sociedade civil foi o processo de escolha dos representantes municipais no CONSAD, o qual se trata de um consórcio intermunicipal (geralmente microrregional) formado a fim de elaborar projetos de infra-estrutura voltados para o desenvolvimento rural financiados pelo Governo Federal. Cada município integrante do consórcio é representado por oito pessoas: quatro advindas da sociedade civil e outras quatro indicadas pela Prefeitura. Em São Miguel das Matas, o dia para escolha dos representantes foi dividido em duas etapas, sendo que, pela manhã, iriam ser escolhidos os membros da sociedade civil e, pela tarde, os do poder público. Para a etapa da manhã, a Prefeitura tentou interferir no resultado ao escalar pessoas para fazer campanha para os candidatos alinhados ao prefeito. No mesmo momento, o presidente do Sindicato denunciou publicamente a manobra, neutralizando-a e conseguindo sua escolha como um dos membros. À tarde, os detentores do poder público ameaçaram não indicar os seus quatro representantes se o nome do presidente do Sindicato não fosse retirado da representação no consórcio:

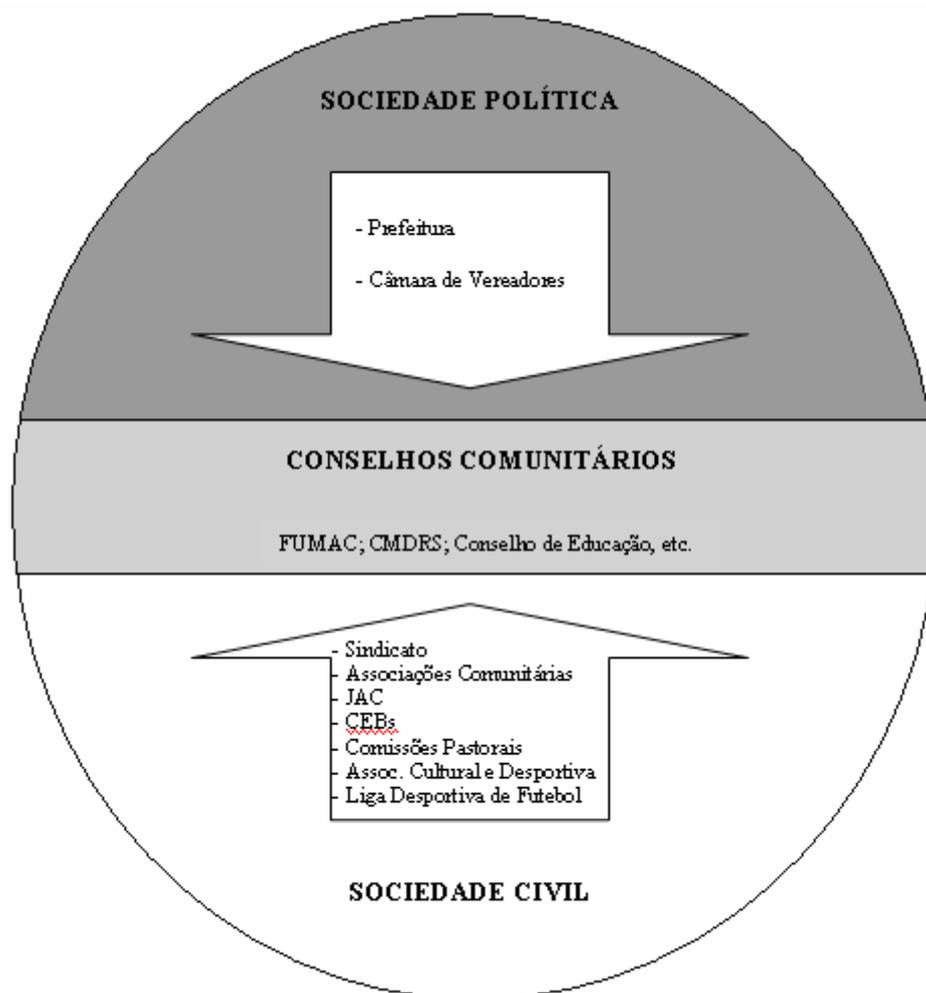
“De manhã, tinha duas pessoas lá pedindo às pessoas que votassem em fulano e em fulano(...) Aí, tava uma menina de Salvador pra criação do conselho [consórcio]. Cheguei e falei pra ela: ‘tá havendo uma articulação do pessoal do poder público, pedindo que o pessoa votasse em duas pessoas (...)’ E aí eu peguei no microfone, falei da situação (...) Quando foi de tarde, que era pra escolher os

quatro membros deles, eles disseram pra menina que só iria ter assembleia pra escolher os deles, se me tirassem do conselho. Aí a menina de Salvador, Conceição, disse: 'nem eu, nem o Presidente Lula tira ele, porque ele foi eleito, foi o povo que escolheu'(...) E aí, consegui que eles escolhessem os representantes deles. Mas nunca participaram de nada. (...) Os conselhos aqui ou é criado da forma que eles querem ou não cria." (Entrevista nº 4)

A esfera pública do Município de São Miguel das Matas manifesta uma constante tensão, fruto do choque das atitudes não democráticas do grupo político dominante - que busca sua permanência no poder, sem desejar compartilhá-lo - com o considerável grau de organização, experiência de mobilização e reivindicação da sociedade civil, demandante por maior participação no processo decisório das questões coletivas. O cenário político do Município está pautado por conflitos dentro da própria sociedade política, no caso, entre Prefeitura e Câmara de Vereadores, bem como entre sociedade política e sociedade civil, com os confrontos envolvendo, principalmente, Prefeitura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Dessa forma, São Miguel das Matas apresenta também uma *comunidade semicívica*: sociedade política com comportamentos autocráticos e altos estoques de capital social na sociedade civil. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as associações comunitárias, a cooperativa de produtores rurais, a associação cultural e desportiva, as CEBs e a JAC compõem o sistema de participação cívica do município. As regras de reciprocidade são exemplificadas pelos mutirões e listas de ajuda organizadas pelos membros das comunidades rurais. Abaixo, o gráfico sintetiza a esfera pública local:

Gráfico 2: Esfera pública do Município de São Miguel das Matas



3.3. POÇO DAS TRINCHEIRAS

3.3.1. Aspectos gerais

A história de Poço das Trincheiras inicia-se com as invasões holandesas no Nordeste Brasileiro. Seu nome ocorreu em virtude de um poço (hoje não mais existente) próximo ao qual foram construídas trincheiras de pedras para enfrentar eventuais ataques holandeses. Seus primeiros habitantes foram uma família da corte dos Países Baixos, que tinha sido deportada para o Brasil em virtude de conflitos com a realeza daquele país. O povoado, no entanto, somente conquistou *status* de município em 1958, quando se emancipou de Santana do Ipanema.

Está situado no Sertão Alagoano, distando da capital Maceió 220 Km. Está numa região de vale, com leves colinas e rodeado por serras. De clima semi-árido, apresenta uma média pluviométrica anual de 750mm³, com uma vegetação predominantemente formada pela caatinga, que, no período da visita de campo, ainda estava verde, uma vez que o período de chuvas tinha recentemente acabado. Há alguns rios que chegam até a sede, que apresentavam apenas um filete de água.

O acesso ao Município se dá por uma estrada asfaltada, com muitos buracos desde Santana do Ipanema até o trevo de acesso à sede, onde as condições da estrada melhoram um pouco. Sua sede é muito pequena, com poucas ruas pavimentadas além da avenida principal, onde beiram as casas geminadas, antigas e modestas. Não foram vistas casas mais modernas. Em sua parte central, fica a Igreja envolvida por duas praças e as duas mãos da avenida principal, com a Prefeitura em um de seus lados.

O comércio de Poço das Trincheiras é pífio. Conta com apenas dois mercados e não ocorrem feiras semanais. Não há agências bancárias, restando à população os serviços de uma lotérica, correspondente bancário da Caixa Econômica Federal. Próximo à igreja, há um salão de festas com o nome de “Clube Municipal”. Para atendimento médico, existe um posto de saúde, hospital somente em Santana do Ipanema. A cidade não é servida por ônibus, cabendo às peruas e aos *paus-de-arara* a função de transporte coletivo.

A zona rural é servida por estradas sem pavimentação. Em um dos povoados, vêem-se casas populares, pintadas com propaganda política, na beira do asfalto, fornecidas pela Prefeitura para substituírem as de taipa. Vêem-se ainda muitas casas de taipa na zona rural. O que não é o único indício de pobreza da população local. Nesse povoado visitado, havia pessoas, no momento da visita, a beira do asfalto esperando uma distribuição de cestas básicas, numa época que não era de seca. Também, é fácil de se encontrar pedintes nas ruas, inclusive, crianças.

Segundo dados do último Censo Demográfico, Poço das Trincheiras possui 13.224 habitantes, 88,23% na zona rural. Apresenta um elevado índice de analfabetismo: 51,03% das pessoas maiores de 15 anos. Por sua vez, a esperança de vida ao nascer é baixa, não chega a 56 anos. A taxa de mortalidade infantil atinge a proporção de 85 óbitos para cada mil nascimentos. (PNUD, 2003)

O Município apresenta uma estrutura fundiária caracterizada pela pequena propriedade rural: mais de oitenta por cento das terras medem até vinte hectares. Porém, ao se analisar a condição de posse e uso dessas terras, há um considerável número de não proprietários, que corresponde a 37,38% dos estabelecimentos rurais, conforme demonstra a Tabela 6:

Tabela 6 - Poço das Trincheiras - Número de estabelecimentos por grupos de área total e condição legal das terras

Grupos de área total	Condição legal das terras		Grupos de área total	
		Qtde		%
Total	Total	1299	100,00%	100,00%
	Terras próprias	816	62,82%	
	Terras arrendadas	45	3,46%	
	Terras em parceria	118	9,08%	
	Terras ocupadas	320	24,63%	
Menos de 1 ha	Terras próprias	91	7,01%	13,01%
	Terras arrendadas	4	0,31%	
	Terras em parceria	11	0,85%	
	Terras ocupadas	63	4,85%	
1 a menos de 2 ha	Terras próprias	74	5,70%	15,86%
	Terras arrendadas	9	0,69%	
	Terras em parceria	33	2,54%	
	Terras ocupadas	90	6,93%	
2 a menos de 5 ha	Terras próprias	170	13,09%	26,79%
	Terras arrendadas	20	1,54%	
	Terras em parceria	56	4,31%	
	Terras ocupadas	102	7,85%	
5 a menos de 10 ha	Terras próprias	151	11,62%	16,24%
	Terras arrendadas	9	0,69%	
	Terras em parceria	14	1,08%	
	Terras ocupadas	37	2,85%	
10 a menos de 20 ha	Terras próprias	138	10,62%	12,55%
	Terras arrendadas	1	0,08%	
	Terras em parceria	4	0,31%	
	Terras ocupadas	20	1,54%	
20 a menos de 50 ha	Terras próprias	103	7,93%	8,62%
	Terras arrendadas	2	0,15%	
	Terras ocupadas	7	0,54%	
50 a menos de 100 ha	Terras próprias	58	4,46%	4,54%
	Terras ocupadas	1	0,08%	
100 a menos de 200 ha	Terras próprias	16	1,23%	1,23%
200 a menos de 500 ha	Terras próprias	12	0,92%	0,92%
500 a menos de 1.000 ha	Terras próprias	3	0,23%	0,23%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996

3.3.2. Cultura política

Comportamento da elite

No que se refere à questão de perpetuação no poder, Poço das Trincheiras não foge da regra, pois também apresenta um histórico de dominação política de um grupo político.

Desde sua emancipação até início da década de noventa, a vida política local foi protagonizada por um apenas um grupo, sem nenhum abalo a sua hegemonia.

O ambiente político de Poço das Trincheiras é extremamente conturbado, registrando situações graves de violência, sendo comum os crimes por encomenda. Vários casos de assassinatos por pistolagem, de emboscadas e de tentativas de assassinatos foram relatadas nas entrevistas e a motivação mais comum para esses crimes são questões políticas, seja para eliminar um adversário político, seja para suprimir um aliado que esteja ocupando o cargo político cobiçado.

“Foi o seguinte: a partir do momento que eu tava fazendo um trabalho junto à comunidade, de oposição política (...) eu começava a incomodar. E, nas eleições, eu sempre participei com uma desigualdade, sobretudo, no campo financeiro. E ele, com o poder na mão, com todo o dinheiro à disposição. E as eleições a gente sempre disputava em igualdade de condições. Então isso sempre incomodou (...) Então, eu fui vítima de algumas tentativas de morte.” (Entrevista nº 2)

Por esse depoimento, vê-se que a pistolagem é o recurso de uso da força, no caso ilegal, adotado pelos tradicionais detentores do poder local, numa reação à sua crescente crise de hegemonia. Isso se deve ao surgimento de uma liderança política que começara a ser uma referência cada vez mais importante no cenário político municipal.

Outras práticas de violência física ou simbólica do grupo político tradicional foram constatadas. Atitudes como ameaças aos eleitores, compra de votos, uso da máquina administrativa nas campanhas eleitorais são freqüentes, além de, durante as gestões, hostilizar qualquer tipo de participação ou reivindicação da comunidade.

“Interessante que nós tivemos sempre um grupo político que eu diria até que atroz. (...) a visão era aquela do patrão. O povo não tinha voz, era apenas para ouvir, não era para opinar.” (Entrevista nº 2)

“(...) o Prefeito era uma pessoa assim que atendia a pessoa, muitas vezes, ele dava esporro nas pessoas. (...) Mas a gente, como cidadão, a gente quer o nosso bem, o nosso direito, então a gente não aceitaria ser atendido com um atendimento desagradável. (...)

eu quero que, quando eu chegar aqui, se puder me dar um sim, diga sim e, se não puder, dê um não. Agora, dê um não mais educado, eu preciso ser respeitado também.” (Entrevista nº 6)

Falta de espírito coletivo também foi uma das características atribuídas ao grupo político tradicional por alguns depoimentos. As ações dos gestores públicos municipais visavam interesses privados, beneficiando a si próprios e aos fazendeiros que os apoiavam, ou, ainda, procurando perpetuar sua dominação política. Num município predominantemente rural, a Prefeitura não tinha um setor destinado à implementação de políticas dirigidas à agricultura ou à pecuária, executando, precariamente, suas funções básicas de educação e saúde.

“O que é interessante é que as administrações anteriores eram voltadas apenas para a educação no aspecto de administrar os recursos, não no aspecto da qualidade de ensino. A saúde era a mesma coisa. A agricultura não tinha nenhum tipo de apoio. No ano passado, principalmente a classe rural (88% da população era rural), não se discutia com o produtor rural nada a respeito da produção agropecuária” (Entrevista nº 3)

A partir da década de noventa, a oposição começou a ganhar força, com a consolidação da liderança política do técnico da Emater no município. As eleições passaram a ser mais competitivas e o grupo político dominante passou a ter dificuldades de continuar detendo o poder político. Chegando, em uma das eleições, o resultado da votação a apresentar uma diferença de apenas catorze votos.

Na última eleição, um fato interessante ocorreu em Poço das Trincheiras. Os principais líderes da situação eram o então prefeito e sua esposa, que tinha sido a prefeita anterior. Numa manobra política, o casal forjou uma separação a fim de evitar problemas jurídicos relativos à impugnação da candidatura do cônjuge, garantindo, dessa forma que um pudesse suceder o outro no mandato executivo municipal.

No entanto, a separação, que, a princípio, era virtual, passou a ser de fato, e, em virtude disso, uma dissidência política ocorrera. A ex-primeira dama, a partir de então, começou a fazer oposição ao ex-marido, aliando-se ao principal líder opositor.

“(...) Nessa última eleição, foram apenas dois candidatos: eu e meu adversário e, diga-se de passagem, que ele foi meu esposo. A criatura deu trabalho ao criador. A criatura aprendeu direitinho a lidar com o criador. Então, eu fui apresentada à política por ele, e, há dois anos, como ele tinha direito à reeleição, eu cedi para ele, mas no início do mandato dele, foi o mandato passado, ele resolveu romper comigo também e nós hoje temos os partidos bem distintos” (Entrevista nº 1)

Na última eleição, o grupo político tradicional era representado pelo Partido Liberal – PL, coligado a outros partidos de menor expressão local, com o então prefeito como candidato a reeleição. A oposição era representada pelo PSDB e pelo PSB, com a ex-primeira dama candidata a prefeita e o líder da oposição a vice. A aliança de ambos propiciou uma vitória relativamente fácil da oposição sobre o grupo político tradicional.

A atual composição de forças que detém o poder político configurou, pelo que foi observado, uma nova visão de gestão pública, mais democrática e com ações incipientes voltadas para o desenvolvimento rural.

É nítida a disposição da atual administração para um maior envolvimento da comunidade nos negócios públicos. A Prefeita tem uma rotina de visita às comunidades, onde conversa com os líderes comunitários. Além disso, manifesta um discurso favorável à participação da sociedade civil na tomada de decisão.

“(...) não vai adiantar querer fazer determinadas atividades sem que essas atividades não sejam necessidades da comunidade. Não é construir, por exemplo, uma escola em uma determinada comunidade e aquela comunidade está precisando de mais um posto de saúde e a escola poderia ficar para depois. Então, o que precisa, antes de tudo, é estar em consonância com a comunidade para fazer um governo participativo.” (Entrevista nº 1)

Efetivamente, porém, o processo de tomada de decisão ainda é caracterizado pela predominância do primeiro escalão da Prefeitura. Em termos práticos, a disposição para uma maior participação comunitária se resume mais no aspecto consultivo do que no deliberativo. Um bom retrato dessa situação é o processo de elaboração do Plano Plurianual, realizado “de cima pra baixo”, isto é, a base do plano é elaborada nos gabinetes

dos secretários e da Prefeita para, somente depois, ser discutido com as lideranças comunitárias.

“O nosso PPA é entregue agora em 31 de outubro, porque, pela Lei Orgânica do Município, nós temos mais 60 dias. (...) Nós estamos ainda a nível de secretarias. De acordo com as secretarias, nós vamos ampliar para as associações, lideranças e comunidades. Até porque se você trazer toda comunidade você não tem como discutir, porque vêm aquelas opiniões diferentes.” (Entrevista nº 1)

O maior entusiasta ao envolvimento da comunidade com os negócios público, na atual gestão, é o vice-prefeito, que é o maior adversário político do grupo tradicional. Projetou-se politicamente no município mediante sua atuação como técnico da Emater ao longo de trinta anos, procurando incentivar o associativismo local. Além do cargo de vice-prefeito, acumula o de secretário da agricultura, cuja pasta foi criada na atual gestão e uma das condições estabelecidas, por ele, para a aliança política na última campanha eleitoral. Em virtude dessa “imposição”, hoje, a Prefeitura, além de ter criado uma secretaria específica, tem o setor agrícola como uma de suas prioridades. Dessa forma, a atual administração municipal oferece alguns programas de incentivo à produção agropecuária familiar, como capacitação para criação de galinha caipira, piscicultura e produção de mel.

Educação e saúde completam o rol de prioridades da Prefeitura atualmente. No entanto, procura-se dar um enfoque mais qualitativo para esses setores e não apenas orçamentário, procurando ir além da mera aplicação legal dos recursos destinados a tais áreas.

“O que é interessante é que as administrações anteriores eram voltadas apenas para a educação no aspecto de administrar os recursos, não no aspecto da qualidade de ensino. A saúde era a mesma coisa. A agricultura não tinha nenhum tipo de apoio. (...) Mas, na administração atual, é exatamente o inverso: entender que a economia rural deve ser tratada com valor, assim como a saúde, a educação, etc. E, a partir daí, entender que a parte da agricultura precisa de suporte.” (Entrevista nº 3)

Apesar de todo esforço e entusiasmo do Vice-Prefeito, a pasta de agricultura na Prefeitura ainda é precária. Não possui instalações próprias, ocupando uma sala na sede da

Cooperativa de Desenvolvimento Rural, conta com apenas três funcionários e os recursos orçamentários destinados para o setor são escassos.

É notável também o empenho que a Secretaria da Agricultura tem demonstrado, mediante seu titular, para se aproximar do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de modo a formarem uma parceria. O objetivo expresso pela Secretaria de Agricultura é reorganizar o Sindicato a fim de regularizar a aposentadoria dos trabalhadores rurais. A reorganização consiste em tornar cada presidente de associação rural em delegado sindical em sua localidade. Este, por sua vez, ficaria incumbido de mobilizar a categoria para novas filiações. Pode-se supor também uma estratégia velada de cooptar o Sindicato para o lado da atual gestão municipal, já que sempre foi vinculado ao grupo político tradicional.

De qualquer forma, é nítido o esforço do atual grupo detentor do poder político local em fortalecer e organizar a sociedade civil. Mesmo que isso não signifique, necessariamente, dispor mecanismos que possibilitem a partilha do poder decisório da Prefeitura com os cidadãos.

A relação entre Prefeitura e Câmara de Vereadores, atualmente, não apresenta grandes conflitos, pois a maioria pertence ao grupo político da situação. Porém, há reclamações feitas pelo atual grupo detentor do mandato executivo acerca de críticas e denúncias efetuadas pelos vereadores de oposição, que seriam infundadas e teriam o único objetivo de diminuir o prestígio político da atual gestão.

“(...) O que atrapalha é quando você tem na Câmara, vereadores de oposição e eles não enxergam o que o Município faz. Eles ficam procurando coisas mínimas que o Município deixou de fazer ou que não está fazendo ainda. Ficam tumultuando.” (Entrevista nº 1)

Novamente, constatou-se que os vereadores exercem a função de prestadores de serviços individuais para a comunidade. Ou, ainda, de intermediários em demandas pontuais junto à prefeitura. Isso quando o vereador é situacionista, pois, caso contrário, a demanda não seria atendida:

“(...) Tem o Vereador lá embaixo que é ‘assim’ com a Prefeita. Então, se eu quero alguma coisa, eu falo assim: ‘Oh, Everaldo...’ aí ele vai. (...) É intermédio tudo do vereador do lado dela. Do outro partido, se eu falar, ninguém manda não. É besteira.” (Entrevista nº 12)

Uma das demandas mais comuns, no Município, é o uso do carro do vereador como condução para as cidades vizinhas ou para Maceió, geralmente para realizar exames ou tratamentos médicos. Os serviços individuais prestados pelos vereadores são encarados como troca de favores: ou buscam retribuir ao voto declarado pelo cidadão ou tentam conquistá-lo. Por outro lado, aqueles que não votaram ficam excluídos da lista de favorecidos, prática que, aliás, é atribuída não só ao vereador, mas também a todos os políticos locais:

“Na minha opinião, o prefeito tem que trabalhar para a comunidade em geral, sem querer saber se é A ou B. Eu não tô dizendo que a daqui tá escolhendo, não, sabe? Mas, sempre o que há é escolha, você sabe que tem. De qualquer maneira, por bom que o prefeito fez, sempre tem o seu. E não é só o prefeito, não. Cada um tem o seu.” (Entrevista nº 12)

Entre a prestação de favores e a compra de votos há um limite muito tênue e o que mais diferencia um do outro é o período em que a prática ocorre, mais do que sua natureza. Na época de eleições, intensificam-se os favores e os bens oferecidos:

“Rapaz, a campanha aqui, a gente tem que tá dia a dia com o pessoal, com os eleitores, tem que sair de casa em casa (...) Aqui, não se faz campanha de graça, não. (...) quando a gente sai pedindo voto, o povo pede muito, o povo pede energia, cimento – o mais que pede é cimento. Aqui, a campanha não faz de graça, não!” (Entrevista nº 2)

Em nenhum momento das entrevistas, foram atribuídas aos vereadores práticas que se aproximem da sua função básica de legislar. A Câmara de Vereadores de Poço das Trincheiras não é uma esfera de discussão, de debate com a comunidade. A população não é chamada a discutir sobre questões coletivas. Tampouco, há, entre os vereadores, a prática de debater sobre os problemas do Município.

Comportamento da massa

A prática recorrente da elite política em levar os benefícios públicos somente para seus eleitores e correligionários criou a noção entre os cidadãos de que, para ter algum benefício para si, tornar-se-ia necessária a adesão a um dos grupos políticos locais, ou seja, para ser atendido em alguma demanda junto ao poder público, deve-se escolher um lado e torcer para que este seja o vencedor das eleições. Caso contrário, ficar-se-á quatro anos alijado das benesses do grupo dirigente.

Como consequência, Poço das Trincheiras apresenta-se como uma comunidade acentuadamente politizada, no sentido da disputa partidária e não da participação na esfera pública ou da reivindicação de direitos e bens públicos. É muito freqüente, desse modo, a manifestação de lealdade política a um líder e a identificação com um determinado grupo político, o que gera uma sociedade acentuadamente dividida e rivalizada. Rivalidade que acaba por se refletir em outras esferas sociais, para além do aspecto político partidário.

Há um clima de desunião e desconfiança entre os cidadãos locais. Cada um procura resolver seus problemas individuais e imediatos, buscando o apoio de seu chefe político. Isso torna muito difícil a organização da comunidade para defender seus interesses comuns:

“Aqui, as pessoas só vivem pra brigar por causa de política. Ninguém se une, não. Só quer saber de politicagem. Briga assim não resolve nada. É um de um lado e outro do outro. Um come o outro, por causa de política.” (Entrevista nº 10)

“(...) mas o povo, por ser o outro lado, ficava aperreado. Porque, vamos dizer assim: a política, por ser uma política sempre de você ser de um lado ou do outro lado, eles não se comunicavam junto, não.” (Entrevista nº 6)

Obviamente, o sentimento de desconfiança e rivalidade é muito mais intenso em relação aos chefes do grupo político adversário. Não se acredita que uma ação pública irá beneficiar a todos, mas sim aos partidários da situação. O clima de rancor, por se ter

perdido a eleição, não permite admitir que uma gestão municipal possa fazer um bom trabalho e a serviço de todos:

“(...) E, assim, como eu lhe disse, a cultura é um pouco diferente. Em algumas comunidades ainda tem radicalismo. Quando o prefeito assume, aquela ala que não votou no prefeito, até se acostumar, leva um tempinho. Tudo o que o prefeito fizer ainda é pouco” (Entrevista nº 1)

A relação entre comunidade e poder público municipal é pautada por demandas individuais. Para isso costuma-se usar o vereador como intermediário junto à Prefeitura ou como prestador direto dos serviços ou bens pedidos. Uma vez eleito, o vereador se vê envolvido em uma enxurrada de pedidos vinda da comunidade, tendo que usar do seu salário para suprir essas demandas:

“(...) pra vereador, praticamente, aqui na nossa cidade (é uma cidade muito pequena), é salário mínimo, muito pequeno. A gente, às vezes, tem vontade de fazer alguma coisa e não pode porque o salário é a minoria. (...) quando tem aqui um vereador, eles pensam que o vereador tem obrigação de tá com carro carregando coisas praqui e praulá. Então, aqui, o povo judia muito do vereador. Então, é por isso que não têm esses grandes interesses. Além do salário ser pequeno, o povo judia muito do vereador” (Entrevista nº 2)

A concessão desse tipo de benefícios, ou favores, é o principal fator de motivação para escolha de um candidato na época de eleição. Não se procura saber do candidato quais são suas propostas e seus posicionamentos, o que pretende defender quando no exercício do mandato político, mas sim o que ele tem para dar.

“Escolhe aquele candidato que sempre ajuda a gente um pouco. Que, às vezes, a gente precisa de alguma coisa, mas, com sacrifício, a gente vai lá e ele ainda arruma alguma coisa. Se ele precisa da gente, a gente dá um voto nele. (...) Primeiramente, o que mais o povo pede aqui nessa região é remédio. É negócio de saúde e, depois, pede tudo, tudo. Tudo que o povo faz na casa dos vereadores é pra pedir. Pede cimento, pede caibro, pede telha. Aliás, todo mundo é pra pedir pros vereadores.” (Entrevista nº 12)

Mais uma vez, a tese da determinância recíproca como explicação para a prática da compra de votos se confirma. Esta só se concretiza se esse for de interesse das duas partes. Essa prática implica em uma relação de reciprocidade. Se a oferta é grande, o candidato terá que escolher entre seguir o jogo político ou negar a compra e ver sua campanha fracassar, uma vez que outros candidatos não terão o mesmo pudor. E, em Poço das Trincheiras, observou-se que é comum, também, a oferta do voto pelo cidadão em troca de dinheiro.

“(...) aqui era assim, chegava um político, então, pronto, dizia: ‘me dê dez contos que eu voto em você’. Pelo amor de Deus! Não faça isso, você tem que fazer o melhor pra você e não o melhor pra político” (Entrevista nº 7)

Não foi constatada nenhuma iniciativa comunitária em prol de demandas coletivas junto ao poder público municipal. Existe o entendimento de que a ação pública depende dos chefes políticos locais. Entre os membros da comunidade entrevistados, quando se pergunta quem deve participar da esfera pública, a resposta mais recorrente é apontar para o prefeito ou alguém que exerça uma liderança junto à comunidade. Não há noção de organização e mobilização a fim de reivindicar benefícios coletivos. O cidadão comum se vê incapaz de atuar pelo bem da coletividade:

“(...) Deve ter um cabeça que bote as coisas em frente pra resolver. Eu acredito que seja o prefeito aqui, o governador. (...) tem que ter um representante que vá lá pedir pro governador. Aí, quem é fraco não vai lá pedir, tem que ser gente que sabia chegar lá e falar e pedir” (Entrevista nº 13)

A população, historicamente, não apenas não foi chamada a participar das deliberações coletivas, como também foi reprimida em relação a qualquer tipo de iniciativa dessa natureza, devido a um grupo político tradicional avesso a manifestações comunitárias. Dessa forma, o cidadão se retrai ao ambiente privado, por hábito e também por receio de ser hostilizado:

“A comunidade, hoje, nos negócios públicos, tem muitos deles que nem entende o que é isso! A gente diz, a gente sempre fala com eles. Hoje, já tem muitos que já estão conhecendo os negócios públicos,

mas tem muitos assim: ‘a gente não sabe disso, o que é isso?’”
(Entrevista nº 7)

“[organização comunitária para reivindicações] nunca foi. Em meu conhecimento, não. (...) aqui, o pessoal, não sei se eles têm medo de ir, eles acham que não é um dever, acham que não há necessidade. Eles acham que, se forem, não vão ser servidos. Então o pessoal é meio desorganizado nesse ponto.” (Entrevista nº 14)

Em Poço das Trincheiras, predomina a visão de que somente a elite política é responsável pelos problemas do município e, por conseqüência, a única que poderá solucioná-los. Atribui-se o estado de pobreza geral em que vivem os habitantes do município à histórica falta de consciência dos gestores públicos, que sempre buscaram beneficiar um grupo de privilegiados. Existe um sentimento generalizado de dependência do cidadão comum em relação a seu chefe ou líder local para tratar dos assuntos coletivos, numa comunidade que nunca se organizou espontaneamente para a busca de bens públicos e que somente, recentemente, optou por mudar o grupo dirigente do espaço político local. Tal visão e apatia comunitária acabam por legitimar atitudes não democráticas do grupo dirigente.

Conselhos Comunitários

No Município de Poço das Trincheiras, existem sete conselhos comunitários vinculados à Prefeitura, todos por exigência de programas oferecidos do Governo Federal. São os Conselhos: de Saúde; de Educação; de Merenda Escolar; da Criança e do Adolescente; Tutelar; da Agricultura; de Assistência Social. Desses, foram apontados como mais atuantes o Conselho de Saúde e o de Assistência Social por terem mais visibilidade junto à comunidade e se reunirem mais freqüentemente.

Pelo que se pôde verificar mediante as entrevistas realizadas, há uma diferença no tratamento do poder público municipal com relação aos conselhos, entre o grupo político tradicional e o que ocupa atualmente a Prefeitura. Nas gestões anteriores, os conselhos existiam basicamente no papel, sem uma efetiva participação e discussão de seus membros. Existiam por serem condição estabelecida pelo Governo Federal para aplicar recursos no

Município e apenas referendavam o que era previamente decidido pelo primeiro escalão da Prefeitura.

Na atual gestão, a disposição pró-participação comunitária nos negócios públicos manifestada pelos titulares dos cargos de Prefeita e Vice-Prefeito aponta para conselhos mais participativos e realmente atuantes. Procuram fazer reuniões com frequência e levar os temas para serem debatidos e deliberados dentro desses conselhos, que agora são reconhecidos como fóruns legítimos de decisão conjunta entre sociedade civil e poder público municipal.

“Essa é uma questão também que procuramos dar uma nova forma. Os conselhos anteriormente eram conselhos obedientes. Era por eles formados. Tanto é que quase sempre não se reunia. Era apenas para assinar a ata e aprovar as contas. (...) Mas a forma atual é diferente. Na forma atual, o conselheiro participa da discussão, ele toma parte e faz parte dele.” (Entrevista nº 3)

O Conselho de Agricultura está diretamente ligado à recém-criada Secretaria da Agricultura, cujo titular da cadeira é o Vice-Prefeito. Sua principal função é deliberar sobre a aprovação de projetos na área de crédito fundiário junto aos agricultores familiares. O trabalho consiste em analisar o objeto da venda, no caso, o imóvel rural, sua localização e seu potencial para exploração agropecuária, além de analisar a parte de quem compra, ou seja, o agricultor familiar a ser beneficiado. É formado por sete cadeiras, com a Prefeitura sendo super-representada com dois representantes, as demais são distribuídas entre as associações, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Igreja.

O período da visita de campo no Município não coincidiu com nenhuma reunião de conselho. No entanto, ocorreu uma reunião na Cooperativa de Desenvolvimento Rural de Poço das Trincheiras, quando estavam presentes o Vice-Prefeito e os presidentes das associações rurais do Município. Como o objetivo é analisar a relação entre sociedade civil e poder público municipal em um fórum de deliberação, essa reunião acabou se tornando a melhor oportunidade para fazê-lo. Primeiramente, algumas considerações sobre a Cooperativa devem ser feitas.

A Cooperativa existe há dez anos e foi fundada por iniciativa e incentivo do então técnico da Emater no Município (hoje, Vice-Prefeito). Na verdade, ela é um fórum de reunião dos presidentes de associações rurais, onde ocorrem palestras, capacitações na área de agropecuária, sempre com a liderança e o apoio do atual Secretário de Agricultura. Não está vinculada diretamente a nenhuma atividade econômica e se assemelha muito mais a um conselho do que a uma cooperativa.

A reunião presenciada é uma das ordinárias que acontecem a cada trinta dias. Os participantes estavam sentados e dispostos em semicírculo, com o Secretário de Agricultura em pé, liderando a reunião. A participação era composta, predominante, pelos presidentes de associações rurais, havendo, entre eles, apenas uma mulher, cuja participação foi passiva durante todo o encontro.

Seu objetivo era a realização de uma palestra, proferida pelo Secretário de Agricultura, sobre a questão da produção leiteira, seu potencial de incremento de renda para o produtor resultante da eliminação do atravessador. Concluindo sua palestra, o Secretário falou sobre uma excursão para o Município de Garanhuns, em Pernambuco, a fim de ver a experiência local de produção de leite, convidando os presentes para essa atividade. Terminada a palestra, foi-me passada a palavra para que explicasse aos presentes o motivo da visita de campo. Em seguida, foi passada a palavra à Secretária de Saúde, que fez um discurso extenso, criticando a gestão anterior e valorizando a atual. Houve muito pouca participação do plenário, com duas ou três breves intervenções, numa reunião monopolizada pelas falas do Secretário da Agricultura e da Secretária de Saúde. A conclusão que se chega é a de que as reuniões da Cooperativa é um esforço do atual Secretário da Agricultura em dar formação para os agricultores familiares na área agropecuária e de buscar uma organização e mobilização para que defendam seus interesses. Ao término da reunião, os participantes foram convocados pelo Secretário para um outro encontro a ser realizado na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, evento que será tratado mais adiante.

Experiências organizativas e atitudes comunitárias de solidariedade social

Se forem levados em consideração apenas dados quantitativos, Poço das Trincheiras está no mesmo patamar, em termos de associativismo, que os dois primeiros municípios analisados, pois possui 23 associações rurais, uma associação que administra a rádio comunitária e, ainda, uma cooperativa de produtores rurais. Contudo, a pesquisa qualitativa, no caso presente, baseada na visita de campo e nas entrevistas realizadas, permite observar que a dinâmica e a atuação dessas instituições é muito diferente. Começa-se pela Cooperativa, a princípio, considerada um estágio superior a das associações por supor a organização e união dos produtores em uma determinada atividade econômica. Em Poço das Trincheiras, como foi visto, a Cooperativa é um mero espaço de reunião entre os presidentes das associações rurais. Com as associações, a situação é mais problemática, pois, praticamente, só existem no papel.

A história das associações, no Município, começa a cerca de trinta anos, com a chegada do atual Vice-Prefeito que, na época, iniciou seu trabalho como técnico da Emater. A partir de então, começou a incentivar a formação de associações na zona rural a fim de buscar benefícios para as comunidades, configurando-se como uma forte liderança local e se projetando para o cenário político partidário, como principal líder de oposição ao grupo político tradicional.

“Esse trabalho de associativismo já começou exatamente quando eu comecei a trabalhar no Município. Aí, eu vi que havia uma necessidade de que a comunidade procurasse se reunir, procurasse entender seus problemas” (Entrevista nº 3)

A principal função das associações é servir de meio legal para a obtenção de bens públicos, como: energia elétrica, casas de farinha, poços, além de serviços como aprovação de crédito agrícola, havendo também uma associação numa localidade chamada Quandu voltada para a capacitação das mulheres em corte e costura. Esta tinha o objetivo de fornecer uma atividade econômica rentável por meio da organização das mulheres, só que seus trabalhos, na época da visita, estavam parados.

A despeito de a história das associações ser antiga, há quase que uma unanimidade entre os entrevistados de que elas não funcionam. Na prática, não desempenham nenhuma

atividade e, tampouco, ocorrem reuniões freqüentes. Há casos, inclusive, de associações que deixaram de existir em virtude da desistência ou morte de seu presidente:

“[A associação não está funcionando] porque o presidente desistiu. Aí passou pra outro presidente. Aí ficou para hoje, e amanhã ter uma reunião e nunca que saiu essa reunião. Diz que já tá marcado pra domingo pra ter essa reunião” (Entrevista nº 12)

“(...) Eu pagava a água pela associação. Mas não chegava água até a gente. Aí, eu deixei de pagar. (...) Eu era associado no Barro Vermelho, mas, depois, o presidente morreu. Aí, ficou desmantelado e eu deixei de pagar.” (Entrevista nº 13)

Torna-se evidente a dependência que os cidadãos têm de uma liderança, de alguém que assuma as responsabilidades e as atividades que, a princípio, deveriam ser partilhadas por todos os associados. Quando se encontra alguém disposto a assumir a presidência de uma associação, aliena-se, quase que instantaneamente, o poder decisório e o de comando. Tamanha é a acomodação que não há apoio efetivo por parte de seus membros, mas severas cobranças sobre seu desempenho.

Trata-se de um associativismo totalmente dependente do Estado, seja para dispor de recursos públicos para levar adiante suas atividades ou, simplesmente, para se incentivar a participação e a organização. Isso ocorre, atualmente, com as ações do atual Vice-Prefeito, responsável pelo surgimento das associações e que, aproveitando o fato de fazer parte no comando da gestão municipal, procura dar novo ânimo à questão da organização comunitária:

“As associações estão ‘meio assim’ por muita falta de credibilidade dos associados, que deixam atrasar [as mensalidades]. (...) juntamente com a Secretaria da Agricultura, estão pegando uma posição agora, por orientação do Valmiro, como Secretário de Agricultura, tava organizando essas associações” (Entrevista nº 5)

É fato recorrente que o escolhido a presidente de uma associação seja pessoa ligada a lideranças políticas locais. O objetivo seria facilitar a concessão de recursos para a comunidade. No entanto, acaba ocorrendo uma partidarização dentro das associações, pois nem todos, daquela determinada comunidade, são partidários do mesmo grupo político do

presidente, o que constitui em mais um fator de desagregação e desorganização que não permite o desenvolvimento do associativismo.

Poço das Trincheiras é uma comunidade dividida. Divisão que começa no âmbito político partidário e acaba por se estender a outros aspectos da vida social. A radicalização de rivalidades não permite uma coesão social que possibilite a organização de ações coletivas em prol de interesses comuns. Não foram encontradas atitudes comunitárias sistemáticas e recorrentes de solidariedade ou mobilização social. Apenas dois casos eventuais de mutirões, ambos por iniciativa e liderança do atual Vice-Prefeito. O primeiro caso diz respeito à construção da sede da Cooperativa de Desenvolvimento Rural, e o segundo é referente à construção de casas populares. No entanto, a visão predominante é a de que nenhuma forma de organização comunitária vai em frente devido ao clima de rivalidade existente:

“(...) é como disse a colega aqui, que sempre vê a política, que teve em muitas épocas aqui, é que foi dividida. Mesmo passando o tempo da eleição, ela continua dividida.” (Entrevista nº 6)

“Não [não existe assunto que a comunidade se reúne para resolver]. Aqui as pessoas só vivem pra brigar por causa de política. Ninguém se une, não. Só quer saber de politicagem. Briga assim não resolve nada. É um de um lado e outro do outro. Um come o outro por causa de política.” (Entrevista nº 10)

Ao clima de rivalidade e de divisão social, junta-se a questão da hierarquização social, em que qualquer questão ou problema coletivo é alienado para alguns “cabeças”. Numa comunidade marcada pela fragmentação comunitária e pela hierarquização social, obviamente, formas de organização comunitárias horizontais e igualitárias, como as associações e as cooperativas, tendem a não se desenvolver.

Como nos demais municípios, procurou-se, também, em Poço das Trincheiras, verificar a influência da Igreja Católica em aspectos da vida comunitária além da religião. A Paróquia de Poço das Trincheiras é bem recente: tem apenas dois anos. Anteriormente, pertencia à Paróquia de Santana do Ipanema. Atualmente, está dividida em vinte e sete comunidades, criadas após a fundação da Paróquia.

Dentro da Igreja, há vários movimentos religiosos, como o do Apostolado da Oração, Mãe Rainha, Nossa Senhora do Monte Serrat, Carismáticos, cujas atividades consistem na celebração de oração, reza do terço na casa das famílias. Há ainda o Movimento Bíblico, iniciado na região e que tem, como atividade, a reunião de fiéis para leitura da Bíblia. O único movimento que tem um trabalho mais voltado para a área social é a Comissão Pastoral da Criança. Os demais se preocupam apenas com as atividades tradicionais da Igreja, não se estendendo para a organização da vida comunitária.

Além disso, não existe uma articulação entre esses movimentos. Pelo contrário, o clima de rivalidade na comunidade se estendeu para o campo da religião, a despeito de esses movimentos pertencerem à mesma instituição religiosa, no caso, a Igreja Católica:

“Aqui tem o grupo de jovens e tem o grupo de oração, que se comem! Brigam muito. Não funcionam, não.” (Entrevista nº 10)

Também não foi percebida uma preocupação, pelo atual pároco, em incentivar a organização comunitária. Existe uma ênfase muito grande à esfera familiar, na condenação da violência doméstica, na preocupação com o alcoolismo e à educação dos mais jovens, utilizando-se, para tentar combater a questão da evasão escolar, de argumentos punitivos:

“A violência começa na família. Começa em casa. (...) Depois, passa para a sociedade. O jovem, de um certo modo, tá violento, tá disperso. Esqueci de falar da questão da educação, que está sendo assistido. Também tenho dado um empurrão muito grande e tenho chamado a atenção das famílias, dos pais que acompanhem seus filhos. Na própria confissão, eu tenho colocado como pecado grave o jovem que não se interessa, que não se dedica ao estudo.” (Entrevista nº 8)

Não há nenhum vínculo da Igreja Católica local com a Teologia da Libertação. As divisões da Paróquia são chamadas de comunidades, mas não se configuram como CEBs, sua função restringe-se a celebração de cultos. A mensagem difundida pela Igreja tem uma conotação meramente moral, mesmo quando se preocupa com questões sociais, enfocando o individual e o privado, não se preocupando com questões relacionadas à organização e à mobilização popular.

Movimento sindical

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poço das Trincheiras foi fundado em 15 de outubro de 1978. Antes disso, era uma delegacia do Sindicato de Santana do Ipanema, cuja fundação data de início da década de setenta. O presidente do Sindicato está no seu comando desde a época em que era delegacia sindical, “herdando” a presidência quando houve a divisão do sindicato, que até então era regional, em municipais. Cada mandato é de quatro anos, sendo que, em Poço das Trincheiras, sempre ocorreu chapa única nas eleições.

Há, no Sindicato, atualmente, 1614 filiados. Isso representa apenas cerca de 14% da população rural do Município. Desse total de filiados, em torno de 40% estão com as mensalidades em dia. A participação dos filiados nas assembléias é baixa, geralmente, de 30 a 40 pessoas. A frequência de realizações de assembléias não ficou bem explicitada pelo representante sindical entrevistado, que enumerou, confusamente, três tipos de assembléias: mensal, extraordinária e ordinária:

“(...) nesse ano, nós tamos prestes pra fazer duas assembléias e esperamos, assembléias extraordinárias e a assembléia geral é sempre mensal. São pros trabalhadores pra dar orientação. Já ficou na terceira terça-feira de cada mês a assembléia geral. E a sessão extraordinária é duas ou três vezes por ano. E a ordinária, quando é pra alguma outra coisa e quando existe necessidade.” (Entrevista nº 5)

A confusão do relato acima pode demonstrar um desconhecimento do representante sindical sobre quais os tipos e as funções de cada uma das assembléias. Também não foi possível confirmar suas informações com consultas a estatutos e atas, pois o acesso a esses documentos não foi possível.

A função do sindicato, no Município, se resume a exercer atividades burocráticas junto a seus filiados. Basicamente, realiza atendimento ao trabalhador rural para assinatura de projetos de crédito fundiário ou agrícola, além de cadastramento do filiado para concessão de benefícios previdenciários. Seu desempenho nessas atividades é muito

precário, principalmente, com relação à questão da Previdência Social, pois o déficit de aposentadorias entre os trabalhadores rurais em idade para tê-las é muito alto. Há sérias críticas sobre a atuação do Sindicato como entidade de representação profissional.

“(...) eu não tenho muita ligação com o Sindicato, porque, antigamente, a gente pagava o Sindicato, precisava pagar, depois, teve um momento que nós desistimos do Sindicato, (...) porque o sindicato não dava assistência de nada” (Entrevista nº 2)

O presidente do Sindicato é aliado do grupo político regional e fazia uso político de sua posição de representante sindical. Em um dos depoimentos, relatou-se o uso da atividade sindical para favorecimento político a pessoas leais ao seu grupo e deixando de atender os trabalhadores pertencentes ao grupo adversário. Negava-se a entrar com a documentação para aposentadorias, chegando, inclusive, a cobrar pelo serviço:

“A gente ficou chateado, aqui, também, porque tinha umas mulheres aqui pra se aposentar e foi fazer uma declaração. Ele não quis dar. Às vezes ele cobrava um dinheiro muito alto que as pessoas não tinham pra pagar” (Entrevista nº 7)

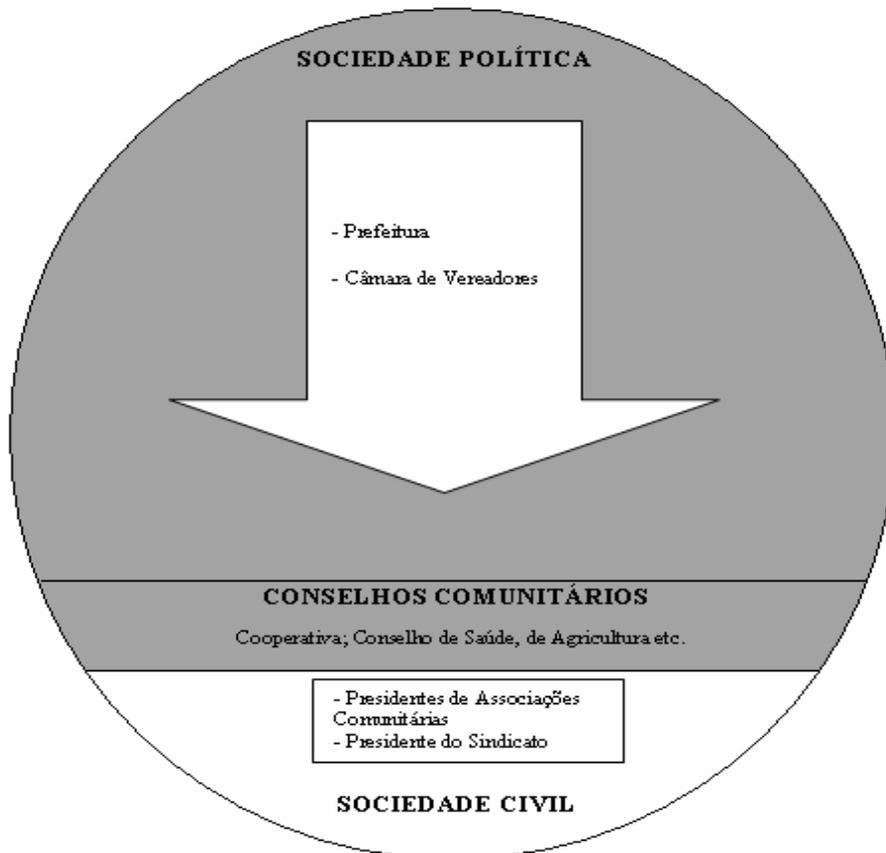
Tais denúncias motivaram o INSS a conceder à Secretaria da Agricultura a prerrogativa de encaminhar os processos de aposentadoria. A partir desse momento é que se inicia uma tentativa de aproximação entre a Prefeitura, ocupada pelo grupo político adversário ao presidente, e o Sindicato. O objetivo da parceria, como já foi relatado, seria buscar reorganizar o sindicato, constituindo delegacias em cada uma das comunidades rurais, fazer uma ampla campanha de filiação dos trabalhadores de modo a fortalecer o sindicato e diminuir o déficit de aposentadorias no Município. Como a constituição de delegacias envolve os presidentes das associações rurais, a grande maioria aliada ao Vice-Prefeito, a reorganização do sindicato, com aumento do seu número de filiados, pode resultar numa mudança no comando sindical.

Durante a visita de campo, logo após a reunião ocorrida na Cooperativa, houve um encontro, na sede do Sindicato, entre o seu presidente e os das associações rurais, juntamente com o Vice-Prefeito. Tinha como tema, justamente, a parceria Prefeitura/Sindicato relatada acima. Mas o fato curioso foi o que ocorreu no intervalo das

duas reuniões: o Vice-Prefeito convocou todos os presentes na sede da Cooperativa para uma passeata até o Sindicato, percorrendo um trecho de aproximadamente quinhentos metros, numa manifestação atípica, pois se esperaria ocorrer o inverso, ou seja, o sindicato mobilizando sua categoria para alguma reivindicação junto ao poder público.

A Cooperativa e as associações existentes em Poço das Trincheiras não podem ser chamadas de sistemas de participação cívica, uma vez que não constituem formas efetivas de organização e participação popular. Além disso, os mutirões citados não constituem bons exemplos de regras de reciprocidade, já que, além de raros, não são advindos de iniciativa comunitária. O município apresenta, portanto, baixos estoques de capital social, dado que, associado ao histórico oligárquico de sua elite política, configura Poço das Trincheiras como uma *comunidade não-cívica*. A seguir, o Gráfico 3 demonstra a esfera pública local, marcada pela predominância do poder político oficial sobre uma sociedade civil desorganizada e pouco atuante:

Gráfico 3: Esfera pública do Município de Poço das Trincheiras



Por esse gráfico, nota-se que o baixo estoque de capital social resulta no pequeno espaço de atuação da sociedade civil e os conselhos comunitários são, basicamente, extensões da prefeitura, sem participação efetiva da comunidade.

3.4. MURICI DOS PORTELAS

3.4.1. Aspectos gerais

Pertencente à Microrregião do Litoral Piauiense, o território do Município de Murici dos Portelas situa-se a beira do rio Parnaíba, compondo divisa com o Estado do Maranhão, distando 80 Km do mar e 261 Km da capital, Teresina. Seu relevo é predominantemente formado por planície, numa região onde o cerrado é a vegetação típica. O regime de chuvas é classificado como equatorial marítimo, apresentando índices pluviométricos que variam de 800 mm³ a 1600 mm³ durante o ano, com os meses de fevereiro, março e abril como os mais chuvosos.

A história desse lugar se inicia com a chegada da família Portela, originária do Estado do Ceará, que ali instalaram a fazenda com o nome de Murici, no final do século XIX, trazendo consigo cerca de trinta serviçais. A partir de então, começou-se a criação de gado, principal atividade da fazenda. Com o passar dos anos, o número de moradores da fazenda foi aumentando, a fazenda se desagregando e originando um povoado com o nome de Murici dos Portelas, cujo território pertencia ao Município de Buriti dos Lopes. Sua emancipação somente ocorreu em 1997, fruto de uma articulação de líderes locais (inclusive membros da família Portela, ainda com muito influência na comunidade) com políticos de expressão regional.

Para se chegar à sede do município, é necessário percorrer cerca de 8 Km de estrada sem pavimento, repleta de cascalho. O centro da cidade é muito pequeno, sua avenida principal é continuação da estrada de acesso, só que pavimentado em todo o perímetro urbano. A maior concentração de casas ocorre, principalmente, na avenida principal, construções simples, a maioria de alvenaria, mas algumas de taipa. Há muito pouco movimento na rua, poucos carros transitando e a cena mais comum que se vê, na rua, durante o dia, são animais (porcos, galinhas, jumentos, vacas) criados soltos e perambulando livremente de um lado para outro das vias.

Os prédios que mais se destacam são a Prefeitura, construção mais moderna da cidade, e a capela situada ao final da avenida, construída na década de 50. Possui uma precária infra-estrutura de serviços: somente um mercado, de propriedade da atual prefeita, duas lanchonetes e uma agropecuária. Não se viu farmácia nem posto bancário na cidadezinha.

Na zona rural, é onde se vê realmente a situação de pobreza e precariedade em que vive a população rural. Todos os acessos às localidades rurais são de estrada de chão, sem pavimento. A maioria das habitações são compostas de taipa, havendo algumas de alvenaria recentemente construídas por meio do Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR – do governo estadual. Num município banhado pelo segundo maior rio do Nordeste, a maioria da população carece de água tratada e, somente agora, inicia-se um projeto de eletrificação rural, financiado pelo Governo Federal.

Habitam, em todo o território municipal, 6.379 pessoas, a grande maioria, 84,28%, moradora na zona rural. O percentual de analfabetos no município é altíssimo: 54% da população com idade superior a quinze anos. A esperança de vida ao nascer está muito abaixo da média nacional, 57 anos e a mortalidade infantil também se apresenta num patamar preocupante de 73 óbitos para cada mil nascimentos. (PNUD, 2000)

A análise da estrutura fundiária em Murici dos Portelas ficou prejudicada em virtude de sua emancipação ter ocorrido após a realização do último Censo Agropecuário. A solução mais razoável foi buscar os dados do Município de Buriti dos Lopes, do qual Murici dos Portelas era território. Essa escolha permite uma boa estimativa da situação de Murici, pois, além da pouca variação que geralmente ocorre em municípios rurais, vizinhos e constituintes de uma mesma microrregião, as informações sobre os estabelecimentos de Murici estão contabilizadas pelo Censo no conjunto de dados do Município de Buriti dos Lopes.

Assim, os dados sobre a estrutura fundiária do Município de Buriti dos Lopes, no período anterior às emancipações que ocorreram, demonstram que a região é composta basicamente por pequenos estabelecimentos rurais, com quase oitenta por cento deles

medindo até cinco hectares. Além disso, a grande maioria dos estabelecimentos é explorada por não proprietários, já que cerca de setenta e quatro por cento são terras arrendadas, em regime de parceria ou ocupadas. Na Tabela 7, seguem os dados gerais:

Tabela 7 - Buriti dos Lopes - Número de estabelecimentos por grupos de área total e condição legal das terras²

Grupos de área total	Condição legal das terras		Grupos de área total	
		Qtde	%	%
Total	Total	3676	100,00%	100,00%
	Terras próprias	964	26,22%	
	Terras arrendadas	527	14,34%	
	Terras em parceria	1.450	39,45%	
	Terras ocupadas	735	19,99%	
Menos de 1 ha	Terras próprias	218	5,93%	41,76%
	Terras arrendadas	186	5,06%	
	Terras em parceria	835	22,71%	
	Terras ocupadas	296	8,05%	
1 a menos de 2 ha	Terras próprias	49	1,33%	23,34%
	Terras arrendadas	130	3,54%	
	Terras em parceria	433	11,78%	
	Terras ocupadas	246	6,69%	
2 a menos de 5 ha	Terras próprias	90	2,45%	14,01%
	Terras arrendadas	162	4,41%	
	Terras em parceria	121	3,29%	
	Terras ocupadas	142	3,86%	
5 a menos de 10 ha	Terras próprias	63	1,71%	4,35%
	Terras arrendadas	23	0,63%	
	Terras em parceria	49	1,33%	
	Terras ocupadas	25	0,68%	
10 a menos de 20 ha	Terras próprias	86	2,34%	3,07%
	Terras arrendadas	12	0,33%	
	Terras em parceria	6	0,16%	
	Terras ocupadas	9	0,24%	
20 a menos de 50 ha	Terras próprias	179	4,87%	5,39%
	Terras arrendadas	6	0,16%	
	Terras em parceria	4	0,11%	
	Terras ocupadas	9	0,24%	
50 a menos de 100 ha	Terras próprias	149	4,05%	4,38%
	Terras arrendadas	6	0,16%	
	Terras em parceria	2	0,05%	
	Terras ocupadas	4	0,11%	
100 a menos de 200 ha	Terras próprias	56	1,52%	1,61%
	Terras ocupadas	3	0,08%	
200 a menos de 500 ha	Terras próprias	51	1,39%	1,44%
	Terras arrendadas	1	0,03%	
	Terras ocupadas	1	0,03%	
500 a menos de 1.000 ha	Terras próprias	15	0,41%	0,44%
	Terras arrendadas	1	0,03%	
1.000 a menos de 2.000 ha	Terras próprias	4	0,11%	0,11%
2.000 a menos de 5.000 ha	Terras próprias	4	0,11%	0,11%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/1996

² Dados que compreendem, atualmente os Municípios de Buriti dos Lopes, Caraúbas do Piauí, Caxingó e Murici dos Portelas, os três últimos são municípios recentemente emancipados do primeiro.

3.4.2. Cultura política

Comportamento da elite

A recente autonomia política de Murici dos Portelas não implica a inexistência de uma história política mais antiga que sua emancipação, pois o povoado de Murici já se formara desde meados do século XX, o que implica relações de poder e atitudes políticas entre lideranças e comunidade locais e destes com o poder público do município ao qual o povoado era pertencente. Isso dá a oportunidade de verificar se há indícios de mudança de comportamento político em virtude da emancipação política.

O Município de Buriti dos Lopes, a cuja jurisdição Murici dos Portelas pertencia, apresenta um histórico político de disputa entre dois grupos tradicionais que se revezavam no poder executivo municipal. Somente na última eleição é que houve uma mudança a partir da vitória eleitoral de uma liderança desvinculada desses dois grupos.

Murici dos Portelas, em seu histórico recente de três mandatos políticos, ensaia um roteiro muito semelhante. Os dois primeiros mandatos foram ocupados por um dos dois grupos políticos locais, em que o então prefeito e sua vice são grandes proprietários de terras. O terceiro está sendo ocupado por uma liderança do grupo de oposição, sendo a prefeita dona do mercado local. Ressalta-se que a família Portela está presente nos dois grupos: no primeiro a então vice-prefeita é considerada uma matriarca da família e exerce grande influência na comunidade. No atual grupo detentor do poder político local, tanto a Prefeita quanto seu substituto pertence a essa família.

As lideranças políticas locais configuram, desde antes da emancipação, pessoas ligadas a grande propriedade rural. Exercem sua influência pela tradição da família fundadora do povoado e pelo seu poder econômico, uma vez que grande parte da população é constituída por camponeses não proprietários de terras, cultivando nas grandes e médias propriedades sob regime de parceria ou arrendamento. O movimento de

emancipação política foi, na verdade, uma articulação dessas lideranças com representantes políticos estaduais, ficando a população local alheia a tal processo.

As campanhas eleitorais no Município apresentam conturbações, exaltação de ânimos e, inclusive, violência. A ânsia de conquistar um cargo político resulta no recurso à força para intimidar os oponentes:

“São poucos os que disputam, mas são muito complicados. Inclusive, na eleição, aqui, agora, pra prefeito, só três candidatos. Foi muita violência na política, né? (...) Teve briga, teve tiro (...) Os políticos invadiram a casa de outros políticos pra bater, pra brigar. A violência foi grande demais, viu? Aí, apesar de a cidade ser uma cidade pequena, com poucos habitantes, é uma política bastante violenta.” (Entrevista nº 3)

A compra de votos e o clientelismo são, mais uma vez, práticas comuns. A primeira mais focalizada no momento da campanha eleitoral, quando se oferecem favores, bens ou dinheiro em troca do voto do eleitor. A segunda se estende durante ao longo da vida política local.

“(...) de fato, numa cidadezinha pequena, os políticos aqui, no nosso município (...) existe aquela política chamada clientelismo. (...) na época da eleição, chegam lá nos interiores, visitando. Aí, dão, sei lá, um agradecimento, uma bola, essas coisas, um litro de cachaça.” (Entrevista nº 4)

A prática do clientelismo é bem exemplificada no uso da estrutura burocrática da Prefeitura para empregar cidadãos e conquistar sua lealdade política. Numa região onde impera a pobreza rural e a falta de oportunidades de emprego, esse tipo de prática garante uma boa quantidade de votos, pois não somente o beneficiado com o emprego na prefeitura, mas também sua família, ficará eternamente grato pelo emprego concedido.

Ficou evidenciada a falta de espírito coletivo dos representantes políticos locais. Foram recorrentes os relatos caracterizando os comportamentos dos políticos como particularistas. Somente se procura o cidadão no momento das eleições, fazendo várias promessas, para, posteriormente, não as cumprir, não atendendo a população e nem

prestando conta de suas atividades como representante político. Não se propõem projetos que visem beneficiar a coletividade. Ademais, houve citações de que a Câmara de Vereadores deliberara questões desfavoravelmente aos seus eleitores.

Um desses casos é referente à desapropriação de terras e regularização de lotes para os moradores da sede, cujo projeto, encaminhado pelo poder executivo, não foi aprovado pelos vereadores. A questão do impasse é que a maior parte das terras estão sob a titularidade da ex-vice-prefeita, cuja família condicionou a entrega dos lotes por um preço inacessível aos atuais moradores.

“(...) aqui, teve um pequeno caso de desapropriação. Então, essas desapropriações vêm complicando muito. (...) Teve um filho aqui de Dona Neném (que era a vice-prefeita na outra gestão) e essas terras eram dela. Nunca ela fez um projeto com a Prefeitura, um levantamento. Nunca ela dividiu essas terras, entregando aos próprios donos. (...) Nós, moradores, aqui, dentro dessa avenida, estamos sendo perseguidos por esses filhos adotivos dela. Cobraram aí um déficit alto na justiça do valor que nós não podemos pagar.” (Entrevista nº 11)

“(...) os vereadores, eles não fazem isso que prometeram. Eles prometeram: a primeira coisa que tinha que fazer aqui era se reunir para eles assinar e fazer o projeto para desapropriar aqui pro povo. O próprio presidente da Câmara foi o primeiro a votar contra e foi o primeiro que prometeu a fazer” (Entrevista nº 10)

O cargo político é considerado, pelos seus detentores, como instrumento de poder para defesa de seus interesses particulares e de opressão sobre o cidadão pobre. Um caso típico foi relatado por um dos entrevistados e refere-se a um conflito entre fazendeiro e agricultor familiar. O primeiro era, na época, o detentor do mandato municipal e se aproveitou dessa condição para usar a polícia contra um agricultor que trabalhava em suas terras. O relato dessa história merece ser transcrito:

“(...) Eu não sou mesmo essas pessoas de altas categorias, mas todo mundo tem seu valor. O que aconteceu comigo: trabalhei uma vida inteira para o pai dele, do ex-prefeito. E, quando fui ajustar conta com ele, um resto de serviço que tinha, vê se você imagina o que ele fez pra me pagar esse dinheiro? (...) Ele pagou com uma cadeia. Fui preso por causa disso. E, hoje, ele tá aí dizendo pra todo mundo que

não me deve. (...) O delegado ainda disse assim: ‘tome cuidado pra não dizer que esse homem tá lhe devendo, porque ele tá no poder’. (...) ele me incriminou lá na delegacia. Disse pro delegado que tava roubando as coisas dele. Olha: quando levantei da cadeira pra dizer que ele era mais ladrão do que eu, o delegado: ‘ô, compadre, não mexa, não se mexa’. Dois policiais do lado. Tavam pro que der e vier, cada um com um pedaço de pau na mão. E eu lá não podia dizer nada. Tava humilhado.” (Entrevista nº 9)

O vereador, em Murici dos Portelas, não consegue exercer razoavelmente nem a atividade de mediador entre comunidade e Prefeitura para atender demandas individuais. Geralmente, nega esse tipo serviço ao demandante ou diz que não foi possível concedê-lo, responsabilizando a Prefeitura pela negação do serviço:

“(...) vereador, mesmo, aqui, pra nós, eu posso inteiramente dizer que a gente aqui não tem, assim, uma pessoa pra ajudar. De maneira nenhuma. Então, a gente vota em vereador porque é pra votar. Mas, na hora, tudo é o prefeito, só joga pro prefeito. (...) vereador, mesmo, pra nós, aqui, é muito fraco.” (Entrevista nº 5)

A comunidade não é chamada a participar das sessões da Câmara. Suas deliberações ocorrem sem que a maioria da população fique sabendo das questões debatidas. Sem participação do cidadão, o parlamentar fica livre de pressões e pode votar conforme suas conveniências, sem prestar contas à população.

“(...) existem projetos de tramitação na Câmara de Vereadores, que é pra ser em benefício da comunidade, ela é votada por uma meia dúzia de vereador e ninguém participa. Uma, por as pessoas estarem totalmente desacreditadas e outras porque os políticos, primeiro, não fazem questão que a comunidade participe. Eu não sei quem está votando a favor ou quem está votando contra.” (Entrevista nº 6)

A falta de incentivo à participação popular na esfera pública é também explicada pela formação do povoado, que, como foi visto, surgiu de uma fazenda, onde uma família tem o poder de mando sem contestação devido sua condição econômica, pois os demais moradores, inicialmente, eram seus serviçais. Com o tempo e com a fazenda se constituindo em povoado, os antigos vínculos de influência permanecem, ainda mais quando os antigos serviçais continuam a eles dependentes economicamente, já que não

detém a propriedade da terra em que cultivam e habitam. Os antigos patrões passam a ser chefes políticos e não têm o costume, nem o interesse, de compartilhar o poder de decisão.

Na atual gestão municipal, verificou-se um posicionamento favorável à questão da participação popular. Trata-se, no entanto, pelo que se pôde constatar, de uma predisposição retórica, no âmbito do discurso. Não foram encontradas atitudes práticas que procurem ou incentivem o envolvimento comunitário nos assuntos da prefeitura. O processo de tomada de decisão da gestão pública local envolve, somente, a Prefeita e seus secretários.

Na verdade, a questão da participação é interpretada sob o aspecto da “consciência cívica”, relacionada ao zelo pelo patrimônio público, e, também, sob o aspecto do associativismo, que possibilitaria a busca de benefícios por conta da comunidade e desoneraria o gestor municipal. Com relação aos assuntos de estrita responsabilidade da Prefeitura, orçamento, por exemplo, a questão da participação não foi citada.

“[a participação] ela deva, eu imagino assim: cada um que vive ali na sua localidade, que precisa e não tem como viver sem as coisas públicas, que ajudem. Cada um ajude a preservar, por exemplo, na localidade que tem um colégio, na localidade que tem um Posto de Saúde (...) que procure preservar aquilo. (...) poderão me ajudar em outras formas, fazendo associações, eles mesmos procurem recursos. (...) Conseguem muitas coisas que já é um descanso pra um gestor público.” (Entrevista nº 1)

Novamente, as prioridades manifestadas da gestão pública são saúde e educação, suas atribuições clássicas. Não há uma Secretaria ligada ao setor agrícola, mas existe o Departamento de Assistência para o Produtor Rural, criado na atual gestão e cuida, essencialmente, da questão do financiamento agrícola para o trabalhador rural, o que é considerado insuficiente para um município em que predomina a zona rural, onde se encontram os maiores problemas coletivos.

“(...) O gestor do município vê, como metas de trabalho, obras de construção de praças, de colégios (...). Os maiores investimentos do município, na verdade, é para o centro da cidade. É como se fosse aquela coisa de status. (...) a gente gostaria que o prefeito e

gestores, na verdade, eles clareassem um pouco a mente para desenvolver o setor primário” (Entrevista nº 6)

Um dos maiores problemas do Município é a questão do abastecimento de água, principalmente, na zona rural. Porém, não se observou nenhuma ação da Prefeitura a fim de solucionar essa questão. Há que se considerar que a Prefeitura passa por uma séria dificuldade financeira. A gestão anterior deixou vencer uma dívida muito grande, o que levou a Prefeitura a ser incluída no CADIN³, ficando impossibilitada de receber recursos financeiros dos Governos Federal e Estadual. Como a arrecadação própria é ínfima, o Município conta apenas com os repasses constitucionais – FPM e FUNDEF, que ou estão vinculados a determinada atividade da prefeitura, como no caso do FUNDEF, ou praticamente comprometidos com a folha de pessoal em virtude da máquina inchada de funcionários.

Comportamento da massa

A comunidade de Murici dos Portelas está habituada à falta de compromisso dos seus representantes políticos com as questões coletivas. Dos relatos recolhidos, há uma unanimidade sobre a atuação particularista dos políticos locais e não se diferencia os grupos políticos quanto a essa questão. Ao acreditar que essa falta de compromisso se estende a todos, o cidadão aproveita a época das eleições para usufruir algum benefício, uma vez que é o único período em que é lembrado pelos políticos. A prática da compra de votos, então, encontra condições favoráveis para ocorrer. O pedido de favores, de bens ou de serviços no período eleitoral tornou-se um hábito comum no Município.

“(...) o eleitor, também, por não ter uma consciência política aberta, pega lá aquele negócio que tá na mesa e vota pra eles. (...) ele não se preocupa muito em se organizar a fazer os seus direitos.(...) uma boa parte do eleitor acha que o político só ajuda, só tá ajudando, se tiver fazendo isso. Então, é um saco de cimento, uma carrada de barro.” (Entrevista nº 4)

Fora do período eleitoral, o cidadão fica totalmente alheio às questões públicas e às deliberações. Seu único contato com o representante político é para tentar buscar algum

³ Cadastro de inadimplentes do Governo Federal

benefício particular e eventual. Boa parte das reclamações vindas da comunidade em relação ao representante político é, justamente, pelo não atendimento dessas demandas individuais.

“(...) se eu pedi a eles, não ajudam. Diz que tem, que tá fraco, que não tem nada. Aquilo que eles já falam sempre. Aquilo que eles ainda fazem, aqui, é levar gente pra hospital. Isso eles socorrem um pouco, mas não todos também” (Entrevista nº 10)

“(...) no período que eles tão no comando, não resolvem nada. Se você chega pra ele pedindo alguma ajuda, eles dizem que não tão podendo porque estão ainda pagando coisa da campanha.” (Entrevista nº 8)

O último relato deixa evidenciado que não se espera do político, necessariamente, a disponibilização de um serviço a ser oferecido pelo poder público local. A demanda é por benefícios meramente particulares e, para isso, o político poderia retirar de seu próprio bolso para atender o pedido.

Na vida política de Murici, a prática do clientelismo é bem exemplificada na concessão de empregos públicos. O cidadão pobre, que sempre passou por dificuldades em virtude de não ter sua própria terra para poder cultivar e sem outras possibilidades de garantir o sustento de sua família, quando beneficiado por um emprego na Prefeitura, tende a manter um vínculo de gratidão e de lealdade com o líder político que o agraciou, fato que, geralmente, é precedido por laços de amizade ou de compadrio.

“(...) Quando essa prefeita entrou agora, o que ela fez? Eu tava lá em casa e ela mandou me chamar: ‘Compadre Isaías, vem cá. Olha: eu tenho um serviço pra você.’ ‘Serviço pra mim? Aonde?’ ‘Na Prefeitura’. ‘Na prefeitura?’ Eu tô me admirando com isso. Porque eu moro aqui, desde 58, e nunca tive nada de benefício pela Prefeitura.” (Entrevista nº 9)

A comunidade não apresenta em sua história nenhum evento que se configure como mobilização popular em torno de alguma questão coletiva. O próprio processo de emancipação do Município foi um ato deliberado da elite local que se articulou com deputados da região. A população não teve participação alguma. Não existem

reivindicações junto ao poder público municipal para buscar benefícios para a comunidade em virtude da falta de organização comunitária e pelo descrédito em relação à atuação dos representantes locais.

Sem incentivo para se envolver com os problemas coletivos e acostumada a ser lembrada somente na hora de votar, a comunidade local não procura por formas de participação nos debates e deliberações do Município. A esfera pública, no âmbito municipal, é de responsabilidade restrita do gestor municipal e dos vereadores, mesmo reconhecendo que o desempenho desses é falho. Novamente, depende-se da figura de um chefe, de um “cabeça”, que se incumba em buscar os recursos e benefícios públicos.

Configura-se um clima de apatia e resignação pelo estado das coisas, em virtude da crença de que são incapazes e que não têm responsabilidade pelos rumos de sua localidade e do reconhecimento da falta de atuação dos que seriam legitimamente incumbidos de resolver os problemas.

“A pessoa daqui da região, ela foi acostumada a ter a sua utilidade numa data só, época política, aquele dia da votação, né? Então, ela se acostumou com isso. É a própria cultura do povo, mesmo. A gente tem muita dificuldade quanto a isso. (...) O sujeito, se ele for analisar, assim: a comunidade está participando de que decisões no município? Acredito que quase nada. Não tem participação.”
(Entrevista nº 6)

Experiências organizativas e atitudes comunitárias de solidariedade social

A história do associativismo em Murici dos Portelas é coisa recente, em torno de cinco anos, algumas delas têm menos de um ano. A única exceção se refere à associação de um assentamento formado há cerca de vinte anos em uma das localidades rurais do Município. Todas são associações comunitárias rurais e a maioria foi fundada por exigência do Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR, coordenado pelo governo do estado, para liberação de recursos. Atuam na elaboração e aprovação de projetos de infraestrutura para a zona rural, como obras de energia elétrica e água encanada, além de construção de casas populares, de alvenaria, a fim de substituir as casas de taipa, muito comuns na região.

“(...) a associação, ela é a porta de entrada pra todos os projetos que geram nas comunidades. Não vai pra qualquer instituição, não. Tem que ser através de associação. Então, nós se reunimos e fundemos a associação pra vê se fica mais fácil alguma coisa que chega pra gente.” (Entrevista nº 5)

Essas associações acabam, na prática, por existirem apenas formalmente, constituindo apenas o meio legal para a angariação de recursos públicos. Não são esferas de reunião e deliberação dos membros a respeito de seus problemas e interesses comuns. Não surgiram de forma espontânea pela comunidade, como resultado de uma cultura de organização e de cooperação pré-existente. Na maior parte dos casos, surgiu pela iniciativa de um líder da localidade, motivado mais pela questão do *status* de ser presidente de associação do que por espírito coletivo.

“(...) Pra você ter ma idéia, hoje, do município, tem, parece, vinte e oito associações. Todas as associações foram feitas sem fundamento. É um líder que se manifestou da hora pra outra, achou o nome de associação bonito e tudo. Pegou uma lista de frequência e pegou essas pessoas e criou uma associação.” (Entrevista nº 6)

Muitas das associações, mesmo aquelas que foram recentemente criadas, já apresentam quadro de endividamento, ficam com sua prestação de contas atrasadas e, por conseqüência, ficam impossibilitadas de receber recursos públicos, inviabilizando, dessa maneira, a única razão de ser para sua existência. Além da questão de não haver participação dos membros associados, a falta de preparo e de informação de seus presidentes contribuem para o fracasso da associação.

“(...) nós pegamos várias associações que estavam com três anos, outras com quatro anos, que o presidente não prestava contas na Receita Federal. (...) o presidente falou pra mim que nem sabia disso. Nem sabia que precisava prestar contas. Não sabia nem o que era a Receita Federal.” (Entrevista nº 4)

As questões tratadas no ambiente de uma associação não passam pela decisão e pelo controle de seus membros. É o presidente que, na maioria dos casos, toma todas as decisões, sem nenhuma transparência e sem prestar conta aos demais sócios. Um caso

típico dessa situação diz respeito à associação mais antiga, formada há aproximadamente vinte anos para gerir um assentamento instalado no município. Trata-se da história sobre um projeto de construção de casas de alvenaria para os assentados, financiado com recursos vindos do PCPR em convênio com o INCRA.

Foram colhidos relatos que denunciam o mau uso dos recursos pelo presidente da associação. Determinadas casas ficaram sem acabamento e não houve fiscalização por parte do governo. Além disso, o processo de seleção dos beneficiados não foi transparente, ninguém sabia dos critérios e há sérios indícios de favorecimento e desvio de finalidade. Vê-se, na localidade, muitas dessas casas de alvenaria fechadas, cujos donos moram em outro lugar, geralmente na sede. Vizinhas a elas, várias casas de taipa, habitadas por pessoas que não foram contempladas pelo projeto.

Em uma reunião da associação destinada a analisar a execução do projeto, a construção das casas foi aprovada, mesmo com algumas delas ainda não terminadas. Durante essa reunião, ocorreu uma desavença entre um dos associados e o presidente, em virtude daquele contestar a execução do projeto, uma vez que sua casa apresentou problemas pela má qualidade dos produtos empregados na construção. O presidente, não aceitando a contestação, chegou a ameaçar o associado:

“(...) eles deram essa casa, mas faltou seis manilhas. Aí, eles trouxeram umas manilhas muito ruim e quebrou. Mas eles não deram mais. Aí, como ficou: foi assinado! (...) O presidente respondeu muito mal aqui. O presidente da associação respondeu muito mal aqui. Infelizmente, ele até partiu pra me bater. Aí, eu digo: ‘não bate, não, que não dá certo!’” (Entrevista nº 7)

Fica evidenciado que, nesse caso, o presidente da associação praticamente impôs a aprovação do projeto, usando, inclusive, de intimidações para evitar contestações. Num fórum que deveria ser pautado pela participação democrática dos membros, é nítida a predominância da vontade de seu presidente, configurando uma relação autocrática dentro de uma associação, em que a mesma pessoa vem ocupando o cargo de presidente, há vinte anos, desde sua fundação.

A relação autocrática dentro das associações parece ser comum no Município. A atitude passiva do cidadão, sua falta de iniciativa para se impor e tratar de questões coletivas acaba por fazer prevalecer o poder de mando do presidente. Este, geralmente por ter sido o fundador da associação, vê-se no direito de tomar as decisões e determinar os rumos dos trabalhos, não permitindo contestação, impondo-se à associação como seu “dono”, termo captado em conversas informais.

Há pouco mais de dois anos antes da realização da visita de campo, começou a se configurar uma nova liderança na comunidade. É pertencente à família tradicional do lugar, mas ficou fora do lugar por cerca de oito anos, quando formou-se em medicina veterinária e iniciou seus trabalhos profissionais no Maranhão. Após seu retorno a Murici, iniciou junto aos agricultores familiares alguns projetos produtivos apoiados pelo SEBRAE. Para implementar esses projetos, formou duas associações: uma para a produção de mel e cera de abelha e outra para criação de caprinos e ovinos; além de iniciar a reorganização de uma associação rural já existente para trabalhar com artesanato e fruticultura de sequeiro. Trata-se de uma primeira tentativa de organizar a comunidade em torno de atividades econômicas.

A principal dificuldade encontrada, desde o início, por essa nova liderança, está relacionada à questão da adesão dos trabalhadores a esses projetos, uma vez que não estão acostumados a se unirem e a se organizarem e, também, por não aceitarem, inicialmente, uma mudança em suas atividades produtivas. Para tentar diminuir essas dificuldades, conseguiu, novamente por meio do SEBRAE, um curso de capacitação em associativismo.

“(...) por conta das pessoas da região, por uma cultura bem forte, as pessoas têm muita dificuldade de aceitar mudanças. Este é o maior imprevisto que a gente tá tendo. Quanto a isso mesmo, o maior desafio que está sendo feito é a própria aceitação das pessoas de participar de reuniões. Eles têm um certo receio em participar de reuniões. A gente não consegue entender o porquê!” (Entrevista nº 6)

Nesse processo de incentivo e formação para o associativismo, uma das atitudes tomadas pelo líder foi deixar a presidência das associações, que exerceu inicialmente, para um membro dentre os agricultores, devido ao receio que se tinha de debater idéias com

alguém oriundo de família tradicional e formado em nível superior, ou seja, uma pessoa cujos posicionamentos nenhum deles teria condições de contrariar. Essa estratégia resultou numa maior disposição para o debate e para troca de idéias dentro da associação.

Em virtude da iniciativa dessa liderança, foi realizada a única experiência local de organização e ajuda mútua constatada entre a comunidade de Murici dos Portelas. Trata-se da organização de um mutirão para a fabricação de caixas de colméias para a atividade de criação de abelhas da associação de produção de mel. Nenhuma outra prática comunitária foi observada durante a visita de campo.

A comunidade de Murici dos Portelas pode ser classificada como uma sociedade hierarquizada, dependente da iniciativa de líderes que assumam a responsabilidade perante os dilemas coletivos. Quando o assunto é associativismo, não existe uma noção de compartilhamento de tarefas, de deveres e de poder decisório, aspectos que são alienados ao presidente da associação.

“(...) Tem que ter o presidente pra essas coisas da associação. Se o presidente achar que aquilo não tá tendo força pra ele, ele pode vim e fazer a fala pelo povo. Porque ele tem que fazer é a fala por esse povo que tão sofrendo aí.” (Entrevista nº 10)

“[para ter associação] O que falta é uma pessoa competente. Que tenha competência, que imagine como é que pode fazer e fazer isso pra nós. Só isso” (Entrevista nº 9)

“(...) é aquele problema: aqui, pode criar uma associação, uma associação de moradores. Dentro da associação, se pode vir uma pessoa ou ter uma aqui (aqui dentro tem gente de prestígio) que possa ficar dentro do cadastro, fazendo-os, certo? (...) eles não criaram. Tem que criar o presidente pra gente se associar.” (Entrevista nº 11)

Procurou-se verificar a atuação da Igreja Católica junto à comunidade, para saber se há algum tipo de movimento que incentivasse a organização comunitária. O Município conta com uma capela, subordinada à Paróquia de Buriti dos Lopes, onde as pessoas se reúnem para fazer novena aos domingos. Missas ou visitas de padre são raras, pois o pároco responsável pela capela da comunidade afastou-se de suas atividades e, até o

momento da visita de campo, não havia substituto. Existe apenas um grupo de jovens começando a se organizar. Do que se observou, pode-se concluir que a Igreja não tem grande influência na vida comunitária local.

Conselhos comunitários

Não foi possível apurar todos os conselhos comunitários existentes no Município. Pode-se constatar, junto aos entrevistados, os seguintes conselhos: de Saúde, de Ação Social, de Educação, Tutelar, de Desenvolvimento Rural e do FUMAC. Nenhum deles foi instituído por livre iniciativa da Prefeitura, pois constituem exigências, ou do Governo Federal ou do Estadual, para a liberação de recursos.

A avaliação geral que se tem dos conselhos é de que são pouco atuantes, sem participação efetiva da comunidade, servindo as reuniões apenas para cumprir as formalidades necessárias para a execução das atividades da Prefeitura em suas respectivas áreas. Parece haver uma disposição, ainda que incipiente, por parte da atual gestão municipal em fortalecer a atuação dos conselhos.

“(...) Os conselhos ajudam a fiscalizar. Então, eles são importantíssimos. (...) seja na área da merenda escolar, (...) seja na ação social. (...) Os conselhos têm que existir mesmo. A parti daí, a gente sente mais segurança naquilo que está fazendo, porque a gente tá sabendo, também, que não está sozinho.” (Entrevista nº 1)

Na prática, permanecem numa inércia de inoperância e passividade. Além disso, há relatos de que o membros do grupo político dirigente se utilizam dos conselhos para fazer política partidária, buscando vantagens eleitorais. Isso acaba resultando num descrédito dos conselhos em relação a sua natureza de fórum de integração entre Prefeitura e sociedade civil para deliberações sobre os negócios públicos.

“(...) normalmente, esses órgãos que mexem com comunidade rural, quando você mistura muito a política, ele termina atrapalhando um pouco, porque as pessoas não trabalham pensando em desenvolver o município. Estão pensando em se promover e eu não fiz muita questão, não. Tive lá, participei e tudo, a gente fez algumas declarações e hoje a gente tem tido mais resultado trabalhando do

jeito que tá. Trabalhando por fora, a gente se envolve menos. Fica menos fácil de você enganar esse pessoal que está desinformado.”
(Entrevista nº 6)

Dos conselhos instituídos, escolheu-se aprofundar a análise do Conselho do FUMAC – Fundo Municipal de Apoio Comunitário, que é um programa do PCPR gerenciado pelo Estado do Piauí. A escolha desse conselho ocorreu devido ao fato de ter uma relação direta com as associações rurais do Município.

O Conselho do FUMAC é composto por representações da Prefeitura, da Câmara dos Vereadores, da Emater, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, das Igrejas e das associações rurais, esses devendo ser em número suficiente para compor, no mínimo, 80% dos membros do Conselho. Foi instituído em Murici dos Portelas ainda na primeira gestão municipal, há cerca de oito anos. No entanto, somente a partir do mandato atual, é que começou a exercer alguma atividade, realizando reuniões e aprovando projetos para os habitantes da zona rural.

Sua principal função é reunir as associações para deliberar sobre obras de energia elétrica, abastecimento de água e construção de casas populares. Tem como princípio norteador o desenvolvimento do associativismo entre os trabalhadores da zona rural. Tarefa que acaba se mostrando difícil, devido às resistências da comunidade local em participar das reuniões. Uma prova dessa dificuldade é o fato de que a frequência das reuniões está prevista estatutariamente para ocorrer mensalmente, mas, devido às recorrentes faltas de quórum, ficou acertado informalmente que as reuniões ocorreriam a cada três meses.

É justamente a falta de envolvimento comunitário com as deliberações coletivas a principal dificuldade apontada para o bom funcionamento do Conselho. Existe ainda uma crença difundida entre a comunidade local de que o associativismo e a participação comunitária não são necessários para conquistar benefícios públicos. Atitude que é atribuída a uma mentalidade tradicional de que bastaria a ação dos chefes políticos locais para atuar nessa área.

“(...) uma das polêmicas que têm aqui é porque ainda existe aquele tipo de pessoa, aqui no município, que pensa que o projeto do município não precisa de participação na associação. (...) É só o prefeito ir lá, em Teresina, em Brasília, o vereador ir lá e, aí, o projeto chega.” (Entrevista nº 4)

Nesse processo inicial de relação entre Prefeitura e associações rurais por meio do Conselho do FUMAC, constatou-se, ainda, uma ingerência da primeira sobre as segundas em torno da composição de suas diretorias. O objetivo expresso é substituir as presidências antigas, exercidas por pessoas de idade avançada e com baixo grau de instrução, por pessoas mais jovens e que tenham, pelo menos, o 1º grau completo. Além de se configurar numa prova da relação de dependência das associações com o poder público local, esse fato evidencia que, novamente, põe-se, na figura do presidente da associação, a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso da associação. Visão que é, portanto, compartilhada entre a elite e a sociedade civil local.

Movimento sindical

Inicialmente, o movimento sindical dos trabalhadores rurais em Murici restringia-se a uma delegacia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buriti dos Lopes. Somente após a emancipação do município que se conquista o *status* de sindicato autônomo. Conta, atualmente, com a filiação de cerca de mil trabalhadores rurais, número que representa 18% da população rural. O número de filiados com mensalidades em dia, no entanto, não passa dos quatrocentos.

Cada diretoria exerce um mandato de três anos. Nos dois primeiros mandatos, a presidência foi exercida pelo antigo delegado sindical, que não pode se reeleger para o terceiro devido a sua condição de funcionário público. Porém, o presidente seguinte praticamente “herdou” a cadeira de seu antecessor. Como apenas se formava chapa única, essa era formada pelo então presidente, que indicou uma pessoa de seus vínculos de amizade para o comando do sindicato.

“O ex-presidente antes de mim era muito amigo do meu pai. (...) Então, no dia 19 de dezembro de 2002, ele me cedeu uma vaga no Sindicato como secretário. Eu trabalhei três meses. (...) Desde o

início do primeiro presidente, foi só chapa única.(...) o presidente convocava uma assembléia e ele mesmo fazia a chapa única e botava em votação. (...) Depois que ele passou seis anos, não podia ser mais candidato a presidente.(...) aí que, por isso, ele saiu e eu entrei.” (Entrevista nº 3)

A dinâmica autocrática no Sindicato se mostra quando o presidente exerce, sozinho, o comando, escolhendo os integrantes da diretoria e fazendo, sem contestação, o seu sucessor. As assembléias são convocadas apenas no momento de se eleger a nova diretoria e os assuntos gerais do sindicato não eram deliberados pelos filiados. A partir do presidente seguinte é que começaram a ocorrer assembléias deliberativas. No entanto, eram pouco participativas, com quoruns baixíssimos que, muitas vezes, inviabilizavam a reunião.

“Aqui o grau de participação é pouco. Só tem mais quando a gente fala e divulga nas rádios que tem uma pessoa de fora. (...) Por causa do costume. Porque não tinha assembléia na gestão do ex-presidente, antes de mim. Aí eles pegaram esse costume e, quando aparecem, não dão muita atenção.” (Entrevista nº 3)

Recentemente, ocorreu uma dissidência dentro da diretoria do sindicato, havendo denúncias de desvio de dinheiro, numa desavença que acabou por forçar o afastamento do presidente e convocar uma nova eleição, com a formação de uma diretoria provisória até o dia do pleito. Dessa vez, houve a formação de duas chapas para disputar o novo mandato. A chapa constituída pelo grupo dissidente foi impugnada pela comissão eleitoral, da qual o presidente anterior era membro. O caso foi parar na justiça e a votação para nova diretoria estava suspensa até o momento da visita de campo.

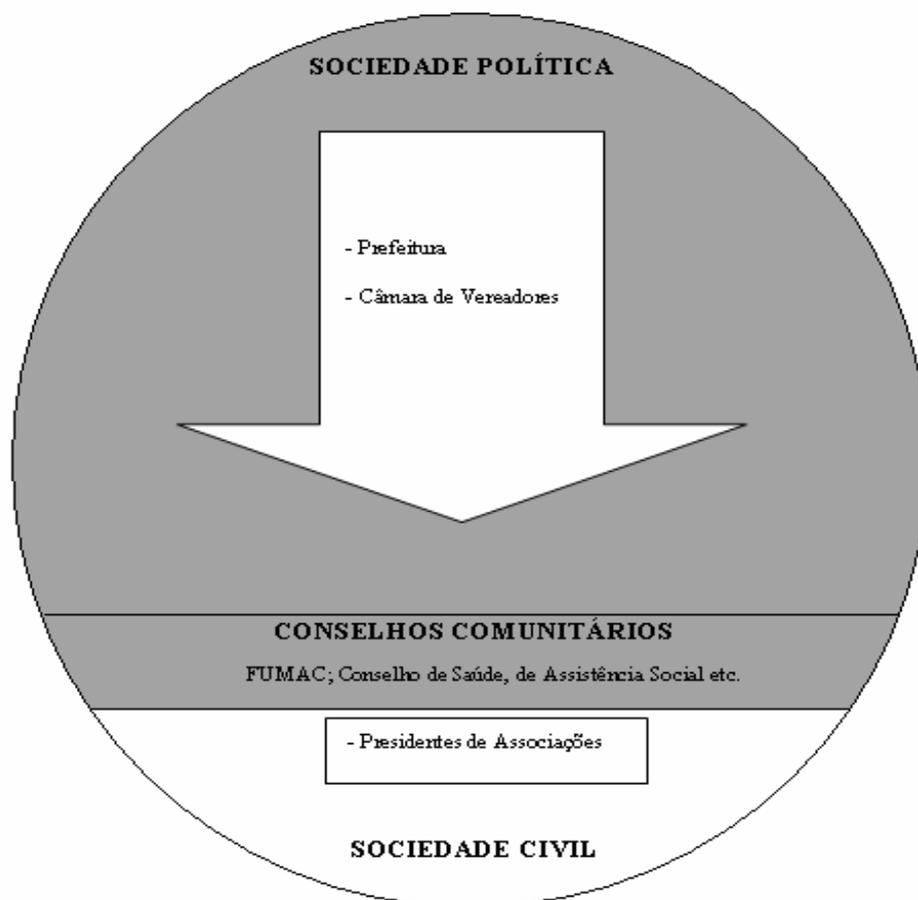
As atividades do Sindicato consistem basicamente na viabilização de benefícios previdenciários para o trabalhador rural e na assinatura da carta de aptidão para concessão de financiamento agrícola, cujos trabalhos estão parados por causa da questão judicial em que o Sindicato se envolvera devido aos conflitos internos da diretoria. Não foi citado nenhum trabalho de organização da categoria em prol de algum objetivo comum. O Sindicato não exerce uma função representativa junto aos agricultores, restringindo sua atuação ao âmbito de sua sede, como um escritório de prestação de serviços.

“O Sindicato aí, do município, ele não atua muito bem. (...) o que a gente vê e percebe é que outros sindicatos, aí, vizinhos, têm muito andamento, dá muita parceria junto com as associações. E o nosso sindicato, aqui, do Murici, ele não atua por esse lado aí. Ele não tem participação junto com o trabalhador.” (Entrevista nº 5)

Cobra-se do Sindicato uma atuação visando à organização dos trabalhadores e à articulação com as associações comunitárias rurais a fim de compartilharem projetos de benefício à categoria. O único caso de tentativa de articulação do sindicato com uma associação, aconteceu, por iniciativa desta, para uma parceria num projeto de construção de casas populares. Para formalização da parceria era necessária a aprovação da diretoria do Sindicato, o que não ocorrera por falta de quórum. Fato que demonstra o estado de desarticulação e de falta de cooperação social na comunidade local.

A despeito das iniciativas recentes de fortalecer o associativismo local, não se pode dizer que Murici dos Portelas tenha sistemas de participação cívica, pois seus cidadãos apresentam pouca disposição para se envolverem com as questões coletivas. Tampouco, há exemplos efetivos de regras de reciprocidade, uma vez que foi constatado apenas um caso isolado de mutirão que, mesmo assim, não foi organizado pela base comunitária. Adicionando o histórico oligárquico de sua sociedade política, o município enquadra-se num caso de *comunidade não-cívica*. A esfera pública de Murici está representada pelo Gráfico 4:

Gráfico 4: Esfera pública do Município de Murici dos Portelas



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os quatros municípios estudados apresentam um histórico semelhante de oligarquização do poder político oficial, visto que, ao longo do tempo, este era controlado por grupos políticos geralmente vinculados a uma família tradicional. Práticas como compra de votos, clientelismo, perseguição política e pouca disposição para compartilhar o poder decisório com a população são comuns a todos os municípios. Ainda, há agravantes em três municípios: Murici dos Portelas, São Miguel das Matas, Poço das Trincheiras, que apresentam processos eleitorais conturbados, com intimidações, violência física, sendo que o terceiro apresenta casos recorrentes de crimes por encomenda de motivação política até os dias atuais. Por outro lado, Ibiassucê aparece como uma exceção a essa regra, pois mostrou um processo eleitoral mais pacífico, sem casos de violência física constatados.

Em dois deles, foram observadas mudanças de rumo no campo político institucional, rompendo o histórico de oligarquização. Ibiassucê, cujo poder político municipal fora dominado pelo mesmo grupo desde sua emancipação, a partir da década de 1990, foi cenário do surgimento de um grupo político oriundo das organizações da sociedade civil local, mostrando-se competitivo na última eleição e conquistando o poder executivo após uma disputa judicial. Tal grupo manifesta uma predisposição para envolver a comunidade nos assuntos da gestão municipal, citando, inclusive, mecanismos de participação popular como o orçamento participativo.

O outro município que apresentou rupturas na sua história política foi Poço das Trincheiras. Nesse lugar, a posição diferenciada de um funcionário de órgão estadual possibilitou a formação de uma liderança política de oposição ao grupo dominante. No entanto, somente após uma dissidência do grupo político tradicional, por uma questão muito singular de divórcio conjugal entre seus principais líderes, é que foi possível uma recomposição de forças que resultou na ruptura com a oligarquia local. A partir dessa ruptura, o novo grupo dirigente ensaia ações que permitam e incentivem um maior envolvimento da comunidade na esfera pública, seja revigorando os conselhos comunitários, seja pela tentativa de reorganização e fortalecimento das associações comunitárias e do sindicato de trabalhadores rurais.

O processo de ruptura em Poço das Trincheiras foi muito diferente daquele que ocorrera em Ibiassucê, onde o grupo político de oposição originou-se da base social local, fruto de um crescente processo de organização comunitária que propiciou a formação de lideranças. Em Poço das Trincheiras, por sua vez, pode-se dizer que a ruptura ocorreu em virtude do acaso, pois dependeu, primeiramente, da disposição de uma pessoa, externa à realidade social do município, mas que ocupara uma posição de destaque em relação à comunidade, em liderar a formação de um grupo de oposição e, em seguida, de um acontecimento de foro particular entre membros da elite local.

Em São Miguel das Matas, o grupo político dominante se orgulha do recorde conquistado por seu principal líder ao apresentar o maior número de mandatos que um prefeito já exerceu no país. Até os dias de hoje, esse grupo ocupa o poder executivo, havendo apenas uma interrupção em um dos pleitos, quando um grupo dissidente exerceu a gestão municipal. A mesma situação ocorre em Murici dos Portelas, município recém-emancipado, mas que apresenta um histórico de dominação da família fundadora do povoado, que exerce, até hoje, forte influência sobre a comunidade. Os dois grupos políticos, que se revezam no mandato executivo municipal, são liderados por membros da mesma família.

Os grupos tradicionais desses quatro municípios, a despeito das atitudes autocráticas que entre eles se generalizam, manifestam algumas distinções em relação à participação comunitária na esfera pública. Nos municípios de Ibiassucê e Murici dos Portelas, pode-se dizer que, pelo menos, há uma tolerância com relação à organização popular em torno das questões coletivas, porém, desde que fiquem restritas à esfera da sociedade civil, pois a tomada de decisão da gestão municipal não é compartilhada com a comunidade. Já os grupos tradicionais de Poço das Trincheiras e São Miguel das Matas apresentam um histórico de hostilidade contra manifestações organizativas da sociedade civil, principalmente, em São Miguel, cujo grupo político tem um passado de rivalidade com os movimentos populares oriundos da Igreja Católica e um presente marcado por conflitos com o sindicato de trabalhadores rurais.

As distinções entre os municípios começam realmente a aparecer quando se analisa a sociedade civil local. Podem-se dividir os municípios analisados em dois grupos: o dos municípios que manifestam um capital social relativamente alto e o daqueles que apresentam baixo estoque de capital social. O primeiro grupo é composto pelos municípios de Ibiassucê e São Miguel das Matas. Poço das Trincheiras e Murici dos Portelas compõem o segundo.

Ibiassucê apresenta experiências recorrentes de regras de reciprocidade, como mutirões, organizações de eventos de solidariedade, manifestando alto grau de cooperação e solidariedade social. Apresenta, nas associações comunitárias e nas Comunidades Eclesiais de Base, formas efetivas de sistemas de participação cívica, nas quais a comunidade manifesta o hábito de participar ativamente de reuniões e atividades, com o sentimento compartilhado entre seus membros de responsabilidade individual perante as questões coletivas. Fatores que acabam por caracterizar uma sociedade civil igualitária, constituída por formas horizontais de relações sociais e com manifestações de espírito coletivo, qualidades que propiciaram o surgimento de lideranças de base que se mostraram aptas a conquistar o poder político oficial.

A sociedade civil de São Miguel das Matas manifesta regras de reciprocidade na realização de mutirões e na organização de listas de ajuda mútua. Seu histórico de mobilizações populares, inicialmente lideradas por movimentos oriundos da Igreja, demonstra um alto grau de organização comunitária e de não sujeição às atitudes autocráticas do poder político oficial. O sindicato dos trabalhadores rurais é, hoje, o principal exemplo de sistema de participação cívica do município, responsável pela maioria das manifestações reivindicatórias junto ao poder público e pela articulação de atividades comunitárias em favor dos interesses coletivos. As associações comunitárias constituem também formas importantes de sistemas de participação cívica, com um grau de organização variando, no entanto, entre as diversas localidades submunicipais. O processo de acumulação de experiências horizontais de organização comunitária resultou na formação de uma cooperativa de agricultores familiares.

Por sua vez, Poço das Trincheiras é uma comunidade fragmentada e hierarquizada. O processo político-partidário dividiu a sociedade numa rivalidade que se estendeu da esfera política para outros aspectos da sociedade, inclusive o religioso. Não há formas efetivas de sistemas de participação cívica, pois as associações existentes não funcionam, não apresentam organização nem a participação ativa de seus membros. Mostrando pouca cooperação e pouco envolvimento com as questões coletivas, o cidadão local sente-se incapaz de atuar na esfera pública, dependendo de sua lealdade a um dos chefes políticos locais para ver suas demandas individuais atendidas. As experiências referentes a regras de reciprocidade, além de raras, ocorreram devido à iniciativa de um líder político e não oriundas de manifestações espontâneas da população.

Situação semelhante ocorre no município de Murici dos Portelas, que apresenta uma dinâmica de esfera pública verticalizada, em que a maioria da população advém de uma relação de subordinação diante de uma família de fazendeiros. Dependente do chefe político, o cidadão fica à espera de alguém que se considere capaz de lutar por seus interesses no espaço público. As associações, muito longe de se constituírem em formas horizontais de organização comunitária, não configuram sistemas de participação cívica. São, na verdade, instituições sem participação efetiva de seus membros e dominadas pela figura autocrática de seu presidente, existindo em virtude de uma exigência governamental e não por iniciativa popular.

O nível de capital social acaba por influir diretamente no grau de participação comunitária em fóruns concebidos para compartilhar o poder de decisão na esfera pública. Em Ibiassucê, observou-se um considerável grau de envolvimento da comunidade nos conselhos comunitários, com os representantes da sociedade civil manifestando voz ativa no momento das reuniões. Em São Miguel das Matas, há constante conflito entre sociedade civil e prefeitura devido às crescentes reivindicações comunitárias em defesa de uma maior influência da comunidade nas decisões coletivas, cobrando e denunciando as manobras da gestão municipal para controlar os conselhos. Em Poço das Trincheiras e Murici dos Portelas, percebe-se a dificuldade das atuais gestões municipais em conseguir a adesão da comunidade na discussão das questões coletivas.

Há, portanto, uma diferença muito grande entre os dois grupos com relação à existência de capital de social em suas comunidades. Ao se analisar a história de cada um desses municípios, constatou-se que, em Ibiassucê e em São Miguel das Matas, houve uma atuação muito forte de movimentos da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação. Fato que não ocorreu nos demais municípios. Movimentos como as Comunidades Eclesiais de Base e as Juventudes Agrárias Católicas, são formados por lideranças leigas e caracterizam-se por serem formas de congregações comunitárias horizontais e igualitárias, em que todos os integrantes compartilham da mesma capacidade de debater e expor idéias. Além disso, não se restringem apenas ao campo religioso, mas sim buscam integrar a reflexão religiosa cristã com a realidade social em que vivem seus membros. Nesse contexto, o padre não mais exerce um papel de autoridade perante os fiéis e sim de um orientador ou de um animador do processo de organização e atuação desses movimentos.

Desse modo, formaram-se comunidades cooperativas, organizadas em prol de interesses coletivos e com relações sociais horizontais e democráticas. Situação que só foi atingida em virtude de um processo educativo, em que se aproveitou um campo da sociedade, no caso o religioso, em que as pessoas já tinham o hábito de se reunir e usou-se o discurso de uma instituição com grande legitimidade na comunidade, incentivando os fiéis a se auto-organizarem. A mudança do discurso e da prática de uma instituição, que tradicionalmente foi caracterizada pela hierarquia eclesiástica, em torno de formas igualitárias de organização religiosa resultou em transformações profundas na mente e nas atitudes dos integrantes das comunidades. Criou-se, por fim, um contexto propício para a disseminação de outras experiências organizativas, como associações e cooperativas. Por outro lado, a ausência desses fatores pode explicar o insucesso da tentativa de se inserir em Poço das Trincheiras uma cultura associativista, mesmo após trinta anos de seu início. Nesse caso, formaram-se associações sem nenhum vínculo com práticas organizativas antecedentes, lideradas por uma pessoa externa à realidade social do município, que não dispunha da mesma legitimidade de um pároco local para mudar comportamentos e visões de mundo.

Um outro fator explicativo é a estrutura fundiária apresentada em cada município, pois se trata de localidades onde a maior parte da população vive na zona rural e, por isso,

a condição de posse e uso da terra é fator relevante a ser analisado. Em São Miguel das Matas e em Ibiassucê, quase a totalidade dos agricultores familiares são proprietários das terras em que trabalham. Em tal contexto, a maioria da população apresenta uma autonomia econômica, não dependendo de relações patronais, o que propicia também uma maior autonomia para resolver questões coletivas. Nos outros municípios estudados, a situação é diferente. Em Poço das Trincheiras, cerca de um terço da população rural não é proprietária de terras e, em Murici dos Portelas, mais de dois terços precisam cultivar em terras de terceiros. Configura-se, então, nesses últimos municípios, uma relação de dependência econômica do trabalhador rural com o dono da terra, o que acaba por resultar numa relação de dominação no campo político, uma vez que os grandes proprietários rurais, geralmente, ditam as regras da dinâmica política local.

Uma vez analisados e comparados os comportamentos das elites políticas e as dinâmicas de cada sociedade civil estudada, pode-se, então, classificar a cultura política dos municípios visitados. Como foi relatado anteriormente, pretendia-se usar a tipologia proposta por PUTNAM para avaliar a cultura política de uma determinada sociedade. Assim, tem-se a *comunidade cívica* e a *comunidade não-cívica*. Foi visto que os municípios em questão não apresentam grandes diferenças em relação ao comportamento da elite política, que manifestam pouca disposição para compartilhar o poder junto à comunidade. A diferença somente vai ser encontrada na dinâmica da sociedade civil, em que o grau de capital social existente nas comunidades de Ibiassucê e São Miguel das Matas é muito maior do que nas comunidades de Poço das Trincheiras e Murici dos Portelas. Considera-se que a classificação adotada se refere a tipos ideais e extremos, podendo assumir tipos mistos e intermediários. Portanto, os municípios de Ibiassucê e São Miguel das Matas ficam classificados como *comunidades semicívicas*, demonstrando elevados estoques de capital social e comportamento autocrático das elites. Os municípios de Murici dos Portelas e Poço das Trincheiras recebem a classificação de *comunidades não-cívicas*, apresentando comportamento autocrático das elites políticas e baixos estoques de capital social.

As duas comunidades classificadas como semicívicas constituem os dois municípios da amostra que apresentavam indicadores de bem-estar relativamente elevados

(IDH-M alto e taxa de mortalidade infantil baixa). Por sua vez, as não-cívicas coincidem com o subgrupo amostral que detém baixos níveis de bem-estar (IDH-M baixo e taxa de mortalidade infantil alta). Dessa maneira, pode-se dizer que a hipótese defendida no início do trabalho foi confirmada, ou seja, a cultura política interfere nas condições de vida de uma sociedade. Quanto mais democrática e participativa for uma comunidade, a qualidade de vida de sua população tenderá a ser melhor.

Alguns fatores explicativos merecem ser considerados para justificar tal confirmação. Uma comunidade que se manifesta como uma sociedade civil fortemente organizada e democrática tende a exercer maior influência na esfera pública, pautando as questões coletivas a serem debatidas. Dessa forma, acaba interferindo na atuação dos dirigentes políticos ao exigir melhores serviços públicos para a população e impedindo o uso da máquina estatal para beneficiar grupos privilegiados locais. Então, consegue-se melhorar os serviços básicos, como saúde e educação, estendendo-os para toda a comunidade. Além disso, a auto-organização comunitária permite soluções autônomas para determinadas questões coletivas, sem a interferência do Estado, mediante a solidariedade social e a cooperação mútua de seus integrantes. Assim, melhorando e generalizando os serviços prestados pelo Estado e buscando soluções próprias para seus problemas coletivos, uma comunidade acaba por obter melhores resultados em sua qualidade de vida. Em contraste, uma sociedade civil fragmentada e hierarquizada configura uma situação de baixo controle social sobre o desempenho de seus dirigentes, aumentando a possibilidade de formação de elites políticas particularistas que se apropriam da esfera pública para conceder favores e serviços a seus afiliados, em detrimento da maioria da população. Obviamente que tal situação tende a resultar em uma precarização das condições de vida.

O trabalho de campo suscitou outras questões que merecem ser mais bem analisadas em estudos futuros. Uma delas é a participação da mulher na esfera pública. Observou-se que, nas comunidades classificadas como semicívicas, há um maior espaço para a participação feminina. As reuniões presenciadas eram compostas por um bom número de mulheres, que, em alguns casos, tinham voz ativa predominante. Nas comunidades não-cívicas, além da rara participação da mulher nos fóruns coletivos, observaram-se atitudes mais ostensivas de machismo. Declarações como “*eu não vou atrás*

de prefeita mulher” feita por um membro da comunidade de Murici dos Portelas ilustra bem essa situação.

Seria, também, interessante acompanhar a vida política dos municípios estudados, principalmente aqueles que apresentaram uma ruptura no poder político: Ibiassucê e Poço das Trincheiras. No primeiro, há uma boa expectativa de ocorrer um processo de desenvolvimento da democracia participativa, uma vez que o atual grupo dirigente é oriundo da base comunitária e manifesta uma predisposição para formas participativas de gestão, atitude que vai ao encontro de uma sociedade com um considerável grau de envolvimento coletivo. No segundo, é importante verificar até que ponto a atual gestão conseguirá, inicialmente, consolidar a atual aliança política e, em seguida, mudar a atitude passiva da comunidade em relação à participação popular. Em Murici dos Portelas, ensaiava-se uma nova fase no associativismo local, mediante a atuação de uma nova liderança que busca envolver os camponeses em organizações voltadas para atividades econômicas. Em São Miguel das Matas, o constante conflito entre sociedade civil e o grupo político tradicional tende a minar a dominação deste e um processo de ruptura poderá acontecer em breve, que ainda não ocorreu em função das lideranças de base não estarem dispostas a concorrer a uma eleição.

Por fim, uma outra questão importante de se analisar são as iniciativas governamentais visando aumentar a participação da comunidade nos negócios públicos. Foi visto que a mera implantação de entidades e/ou fóruns de participação cívica tendem a fracassar por não se adequarem à realidade local, quando não há uma cultura participativa da comunidade pré-existente. O envolvimento da comunidade com a esfera pública ocorre num processo de aprendizagem e de longo prazo. A experiência dos movimentos religiosos ligados à Teologia da Libertação comprova essa afirmação. No entanto, trata-se de uma experiência ocorrida em contexto distinto do atual, exigindo a busca de novas estratégias de formação comunitária para o associativismo. Talvez a escola seja uma delas. Trabalhar a questão da cooperação, da auto-organização e da solidariedade desde a infância pode resultar numa futura geração mais participativa e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. *A gestão participativa das políticas públicas: o desafio para os municípios do Nordeste*. In: *Cadernos Adenauer III (2002), n° 5 – O Nordeste à procura da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2002.
- BRITO, Elizângela Farias. *Festas e Sociabilidade: os festejos de São Sebastião em Ibiassucê e suas transformações histórica (1960 – 70)*. Ilhéus: UESC, 2004. Monografia (Especialização) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2004.
- BRITO, Marússia Rebouças de. *O cerco ao pequeno produtor rural e suas perspectivas de sobrevivência*. In: CARVALHO, Ianá M^a. Moreira de, HAQUETTE, Tereza M^a. Frota (Orgs.). *Trabalho e condições de vida no Nordeste Brasileiro*. São Paulo/Brasília: Hucitec, 1984.
- DUARTE, Renato. *Um tipo singular de desemprego massivo e episódico: o caso dos flagelados das secas no semi-árido brasileiro*. In: *Cadernos Adenauer III (2002), n° 5 – O Nordeste à procura da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2002.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOMES, Gustavo Maia. *Velhas secas e novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semi-árido e dos cerrados nordestinos*. Brasília: IPEA, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores Sociais Mínimos*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 08/11/2006.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- MEDEIROS FILHO, João, SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste: um falso problema*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia – Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. *Medindo o capital social: uma análise das regiões do Rio Grande do Sul*. In: CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- PEDROSA, Luís Antônio Câmara. *A reforma agrária no Nordeste: o caso do Maranhão*. In: *Cadernos Adenauer III (2002), n° 5 – O Nordeste à procura da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2002.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2003*. Disponível em: http://www.pnud.org.br/atlas/PR/Calculo_IDH.doc. Acesso em: 08/11/2003.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS. Ata da 2ª Reunião Extraordinária de 07 de junho de 2005.
- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS. Ata da 3ª Reunião Ordinária de 03 de junho de 2005.
- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS. Ata da 3ª Reunião Extraordinária de 16 de junho de 2005.
- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS. Ata da 4ª Reunião Ordinária de 04 de julho de 2005.
- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS. Ata da 4ª Reunião Extraordinária de 18 de julho de 2005.
- CONSELHO MUNICIPAL DO FUMAC DE MURICI DOS PORTELAS. Ata da Assembléia Extraordinária de 18 de setembro de 2005.
- CONSELHO MUNICIPAL DO FUMAC DE MURICI DOS PORTELAS. Ata da Assembléia Extraordinária de 21 de maio de 2005.
- CONSELHO MUNICIPAL DO FUMAC DE MURICI DOS PORTELAS. Regimento Interno – Murici dos Portelas – Piauí
- MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS – BA. Decreto nº 14 de 19 de abril de 2005. Nomeação dos membros para composição do Conselho Municipal de Educação.
- MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS – BA. Lei nº 99 de 10 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a Reestruturação da Lei nº 55/01, que alterou o dispositivo da Lei nº 11/97 do Conselho Municipal de Educação de São Miguel das Matas, e dá outras providências.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO MIGUEL DAS MATAS. Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 19 de dezembro de 2004.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO MIGUEL DAS MATAS. Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 13 de fevereiro de 2005.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO MIGUEL DAS MATAS. Ata da Assembléia Geral Ordinária de 13 de março de 2005.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO MIGUEL DAS MATAS. Novo Estatuto Social. 2004

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ADENE. *Região semi-árida da área de atuação da SUDENE*. Disponível em: <http://www.adene.gov.br/semiarido/index.html>. Acesso em: 08/11/2003.
- ARENDR, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.
- Cadernos Adenauer III (2002), nº 5 – *O Nordeste à procura da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2002.
- CARVALHO, Ianá M^a. Moreira de, HAQUETTE, Tereza M^a. Frota (Orgs.). *Trabalho e condições de vida no Nordeste Brasileiro*. São Paulo/Brasília: Hucitec, 1984.
- CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. In: Revista Dados. Vol. 40, nº 2. Rio de Janeiro, 1997.
- COMERFORD, John Cunha. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- DUSSEL, Enrique. *Teologia da Libertação: um panorama de seu desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FRANCO, Augusto de. *Capital Social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy*. Brasília: Instituto de Política / Millennium, 2001.
- FRANCO, Augusto de. *Pobreza e desenvolvimento local*. Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002.
- HISTÓRICO – *São Miguel das Matas*. [São Miguel das Matas], [entre 2001 e 2004].
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- MATOS, Aécio Gomes de. *Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos*. Brasília: Núcleo de Estudos Agrário – NEAD / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Editorial Abaré, 2003.
- OLIVEIRA, José Elpídio et al. *Estudo da realidade municipal de Poço das Trincheiras – AL*. Santana do Ipanema: ESSER, 1999. Monografia (Graduação) – Escola Superior de Ciências Humanas, Físicas e Biológicas do Sertão.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

- RENNÓ JR, Lúcio R. *Revisitando a corrente dominante da teoria da cultura política*. In: *Pós – Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Ano I. Volume I, Nº 1. Brasília: ICS-UNB 1997.
- SILVA, Ana Amélia da. *Religião e razão comunicativa: as Comunidades Eclesiais de Base no contexto da redemocratização*. São Paulo: USP, 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.
- VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB, 1999. Vol. 1 e 2.

ANEXO I

ROTEIROS DE ENTREVISTA

1. Membro da Comunidade

1. Composição da família.
2. O que produz?
3. Condição da posse e uso da terra. Tamanho da área.
4. Quais os principais problemas enfrentados pela comunidade?
5. De quem é a responsabilidade para solucioná-los?
6. Existe algum assunto que a comunidade pode resolver sozinha?
7. Quem, dentro do município, melhor representa os interesses da comunidade?
8. Quais os fatores que leva em conta na hora de votar?
9. Quem deve ocupar o cargo de Prefeito? E o de Vereador?
10. Qual a função da prefeitura/prefeito? E da Câmara de Vereadores?
11. De que forma a comunidade tem acesso à prefeitura?
12. Há experiências reivindicatórias da comunidade junto à prefeitura?
13. Qual o papel do sindicato?
14. Quais as experiências associativas na comunidade? Como surgiram?
15. Como participa?
16. O que contribui e o que atrapalha o sucesso dessas experiências?
17. Em regra, há muita ou pouca cooperação?

2. Membro de Conselho Comunitário

1. A qual entidade representa no Conselho?
2. Como ocorre a composição do Conselho? Com que frequência?
3. Qual a frequência das reuniões?
4. Quais os temas tratados?
5. Quais membros costumam ter voz ativa nas reuniões?
6. Existe conflito? Entre quem? Por quê?
7. Como ocorre a participação da Prefeitura?
8. Fale sobre a relação ConselhoXPrefeitura.

9. Qual o papel e a importância do Conselho? Como avalia seu desempenho?
10. Quais as dificuldades enfrentadas?
11. Fale sobre a relação entre políticos e comunidade.
12. Como avalia a participação da comunidade nos negócios públicos? Quando e de que forma é chamada a participar?
13. Conhece alguma experiência associativa? Quais e como surgiram?

3. Dirigente Sindical

1. Qual cargo ocupa dentro do sindicato? Há quanto tempo?
2. Qual o papel e a importância do sindicato? Como avalia o desempenho?
3. Fale sobre as eleições para o sindicato: qual a frequência? Número de chapas que costumam concorrer? Rotatividade dos dirigentes.
4. Quantos filiados? O que isso representa em relação à categoria (%)?
5. Quais as estratégias de filiação e mobilização da categoria?
6. Fale sobre o dia-a-dia no sindicato.
7. Como são tomadas as decisões?
8. Quais as principais questões/problemas enfrentados pelo sindicato?
9. Qual a frequência de assembleias?
10. Qual o grau de participação?
11. Quais os temas tratados?
12. Fale sobre a relação entre sindicato e prefeitura.
13. Como avalia a atuação dos políticos locais?
14. Fale sobre a relação entre políticos e sindicato.
15. Fale sobre a relação entre políticos e comunidade.
16. Como avalia a participação da comunidade nos negócios públicos? Quando e de que forma é chamada a participar?
17. Conhece alguma experiência associativa? Quais e como surgiram?

4. Líder Comunitário

1. Qual sua função como líder?

2. Em que “fóruns” de representação participa?
3. Fale sobre seu trabalho de líder comunitário?
4. Como avalia sua relação com os políticos locais?
5. É filiado a algum partido político?
6. Quais as principais questões/problemas enfrentados na comunidade? Como são resolvidos.
7. Fale sobre os conselhos comunitários.
8. Fale sobre o sindicato.
9. Fale sobre a atuação dos políticos locais.
10. Fale sobre a relação entre políticos e comunidade.
11. Como avalia a participação da comunidade nos negócios públicos? Quando e de que forma é chamada a participar?
12. Conhece alguma experiência associativa? Quais e como surgiram?

5. Representante Político

1. Qual a função da Câmara/Prefeitura? Como avalia seu desempenho?
2. Qual o papel/importância do político?
3. Fale sobre o processo eleitoral.
4. Fale sobre o dia-a-dia de trabalho na Câmara/Prefeitura?
5. Quais as prioridades de governo?
6. Quais os principais problemas enfrentados pelo Município?
7. Como são tomadas as decisões?
8. Quem deve atuar nos negócios públicos?
9. Quais os Conselhos Comunitários existentes? Para que servem? Como avalia? Como é a relação com a Câmara/Prefeitura?
10. O que/quem ajuda para o bom desempenho da Câmara/Prefeitura? O que/quem atrapalha?
11. Fale sobre o sindicato.
12. Quando e como a comunidade pode atuar na esfera pública?
13. Fale sobre a relação entre Câmara/Prefeitura e a comunidade?

ANEXO II

RELAÇÃO DE ENTREVISTAS REALIZADAS

Ibiassucê:

Entrevista	Ator	Descrição
1	Políticos (três)	Prefeito, Secretário, Chefe de Gabinete
2	Político	Ex-vereador
3	Político	Vereador
4	Político	Vereador
5	Política	Vereadora
6	Sindicalista	Presidente do Sindicato
7	Conselheiro	Representante da Prefeitura
8	Liderança	Presidente de Associação
9	Liderança	Presidente de Associação
10	Liderança	Membro de Pastoral
11	Liderança	Pároco
12	Membro da comunidade	Agricultor
13	Membro da comunidade	Agricultora
14	Membro da comunidade	Agricultor
15	Membro da comunidade	Agricultora
16	Membro da comunidade	Agricultor

São Miguel das Matas:

Entrevista	Ator	Descrição
1	Político	Prefeito
2	Político	Vereador
3	Político	Vereadora
4	Sindicalista	Presidente do Sindicato
5	Conselheiro	Representante da sociedade civil
6	Lideranças (dois)	Diretores de associação
7	Liderança	Pároco
8	Membro da comunidade	Funcionário público
9	Membro da comunidade	Agricultor
10	Membro da comunidade	Agricultora
11	Membro da comunidade	Agricultor
12	Membro da comunidade	Agricultor
13	Membro da comunidade	Agricultora

Poço das Trincheiras:

Entrevista	Ator	Descrição
1	Política	Prefeita
2	Político	Vereador
3	Político	Vice-Prefeito
4	Sindicalista	Ex-presidente de sindicato
5	Sindicalista	Presidente de Sindicato
6	Liderança	Ex-presidente de associação
7	Liderança	Presidente de associação
8	Liderança	Pároco
9	Membro da comunidade	Agricultor
10	Membro da comunidade	Desempregada
11	Membro da comunidade	Agricultor
12	Membro da comunidade	Agricultor
13	Membro da comunidade	Agricultor

Murici dos Portelas:

Entrevista	Ator	Descrição
1	Política	Prefeita
2	Sindicalista	Presidente interina
3	Sindicalista	Ex-presidente
4	Conselheiro	Representante da Prefeitura
5	Liderança	Presidente de Associação
6	Liderança	Ex-presidente de associação
7	Membro da comunidade	Agricultor
8	Membro da comunidade	Funcionário público
9	Membro da comunidade	Agricultor
10	Membro da comunidade	Agricultor
11	Membro da comunidade	Agricultor